

**Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde**

LEANDRO ALVES FELICIO

**A MORALIZAÇÃO DO SEXO: OS DEBATES SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL
PARA O PROJETO DE NAÇÃO BRASILEIRA NA I CONFERÊNCIA
NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1927.**

**Rio de Janeiro
2012**

LEANDRO ALVES FELICIO

**A MORALIZAÇÃO DO SEXO: OS DEBATES SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL
PARA O PROJETO DE NAÇÃO BRASILEIRA NA I CONFERÊNCIA
NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1927.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Edler

Rio de Janeiro
2012

F314 Felicio, Leandro Alves

A moralização do sexo: os debates sobre a educação sexual para o Projeto de Nação Brasileira na I Conferência Nacional de Educação, 1927 / Leandro Alves Felicio – Rio de Janeiro: [s.n.], 2012.

155 f .

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2012.

Bibliografia: 151-155 f.

1. Educação sexual. 2. Higiene. 3. Condições sanitárias. 4. Eugenia. 5. Psiquiatria. 6. Psicanálise. 7. História. 8. Brasil

CDD 613.907

LEANDRO ALVES FELICIO

**A MORALIZAÇÃO DO SEXO: OS DEBATES SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL
PARA O PROJETO DE NAÇÃO BRASILEIRA NA I CONFERÊNCIA
NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 1927.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Flavio Coelho Edler (Orientador)
Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Prof. Dr. Robert Wegner (Membro)
Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Prof. Dr. Rafaela Teixeira Zorzanelli (Membro)
Instituto de Medicina Social/UERJ

Prof. Dr. Ana Tereza A. Venâncio (Suplente)
Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

Prof. Dr. Maria Regina Cotrim Guimarães (Suplente)
Instituto de Pesquisa Clínica Evandro Chagas/Fiocruz

Rio de Janeiro
2012

AGRADECIMENTOS

Para a realização desta dissertação muitas pessoas foram importantes, de maneira direta e indireta. De antemão me desculpo, se por ventura alguém não seja citada. Gostaria de agradecer a minha família, em especial a meus pais, José Carlos e Regina, pelo apoio incondicional em todos os instantes de toda a minha trajetória. À Lidiane Ribeiro, luz dos meus dias, a quem agradeço por toda dedicação e auxílio, que sem os quais este trabalho não seria realizável. Agradeço pela paz e amor que me proporcionou e proporciona, que me infundem vida e alegria. *Ich liebe dich!*

Ao longo deste percurso acadêmico pude contar com o apoio e sabedoria do meu orientador Flávio Edler, que desde o primeiro momento, confiou em minhas competências sem mesmo me conhecer. A este agradeço não só pelos aspectos acadêmicos, mas pela amizade oferecida.

Ao professor Ricardo Waizbort e Luis Antônio Teixeira, que me ensinaram o que era efetivamente a História da Ciência e da Saúde, apresentando diversas discussões de maneira inesquecível e desafios que amadureceram minhas convicções sobre o trabalho de um pesquisador.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Ciência e da Saúde por me oferecer a oportunidade de aprendizados memoráveis, ao financiamento e a realização deste trabalho; aos docentes da instituição que, em todos os ambientes, me ensinaram por meio das aulas e debates como desenvolver meus saberes. Aos funcionários, Paulo, Cláudia por sua paciência e prestatividade e o funcionário Néelson que além do apoio ofereceu sua amizade; aos funcionários da Fundação Biblioteca Nacional, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e da Associação Brasileira de Educação, pelo acesso ao acervo necessário a essa pesquisa.

Agradeço também aos meus amigos, de bem perto e de bem longe, longo e pouco tempo, que mesmo com minhas ausências sempre manifestaram sua devoção e *filia* em todos os instantes. “Valeu Noobada!”

RESUMO

Este estudo enfoca as discussões da educação sexual que foram estabelecidas durante a I Conferência Nacional de Educação, realizada durante o ano de 1927 pela Associação Brasileira de Educação. Assim como diversos projetos culturais nacionais, o empreendimento da educação sexual não pode ser compreendido sem sua devida associação com os demais movimentos científicos, que durante a virada para o século XX e as três décadas que iniciam este século discutiram o futuro racial e social da população brasileira. Tratamos das discussões do higienismo, sanitarismo, eugenia, psiquiatria, psicanálise e os projetos educacionais que buscavam produzir saberes capazes de propor soluções aos problemas nacionais de modo a guiar os rumos nacionais à modernidade.

Palavras-chave: Educação Sexual, I Conferência Nacional de Educação, higienismo, sanitarismo, eugenia, psiquiatria, psicanálise, projetos educacionais, século XX.

ABSTRACT

This study emphasizes the discussions of the sexual education that was made during the First National Conference of Education, realized in the 1927 year by the Brazilian Association of Education. As well as various national cultural projects, the venture of sexual education can't be understood without your association with the others scientific endeavors, that during the change to the twentieth century and the three decades who begins this century discussed the racial and social future of the Brazilian population. We treat of the discussions of the hygienism, sanitarism, eugenics, psychiatry, psychoanalysis and the others educational projects who tried to produce knowledge able to solve the national problems leading the national steps to the modernity.

Keyword: Sex Education, First National Conference on Education, hygienism, sanitarism, eugenics, psychiatry, psychoanalysis, educational projects, the twentieth century.

Sumário

Introdução	1
------------------	---

Capítulo I

1 – A Reforma nacional: Os debates das ciências e da educação para uma nação brasileira moderna	10
1.1 – O contexto e os debates intelectuais brasileiros da virada para o século XX	10
1.2 - A questão sexual brasileira na intervenção médica do século XIX	13
1.3 - Os discursos moralizantes das ciências no Brasil	17
1.4 - A educação sexual como pauta científica dos debates do século XX	19
1.5 - Histórico da Associação Brasileira de Educação	21
1.6 - Contexto histórico da I Conferência Nacional de Educação	23
1.7 - As discussões da ciência eugênica e psiquiátrica para a educação sexual no Brasil	26
1.8 - Os debates da educação para a nação brasileira	41

Capítulo II

2 - A educação moral pela cultura nacional e civilismo	50
2.1 - O controle social pelas noções da moral educada	50
2.2 - A moral nos discursos dos médicos e dos religiosos	61
2.3 - A cultura e o civismo para a educação moral	75
2.4 - A pedagogia para a educação moral	80

Capítulo III

3 - As discussões da educação higiênica e sexual na I Conferência Nacional de Educação (1927) ...	87
3.1 - A educação sexual nas teses da I Conferência Nacional de Educação	89
Tese nº 1 - <i>Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar</i> , Belisário Penna	90
Tese nº 74 - <i>Sobre a Educação Sexual</i> , Celina Padilha	95
Tese nº 75 - <i>O problema da educação sexual: Importância eugênica, falsa compreensão e preconceitos – como, quando e por quem deve ser ela ministrada</i> , Renato Kehl	100
Tese nº 68 - <i>O Celibato pedagógico feminino</i> , Nestor Lima	108
Tese nº 84 - <i>A higiene nos internatos: estudo das condições sanitárias nos internatos de São Paulo</i> , Eurico Branco Ribeiro	112
Tese nº 78 – <i>Pela perfeição da raça brasileira</i> , Nicolau Meira de Angelis	116
Tese nº 64 - <i>O caráter do escolar, segundo a psicanálise</i> , Júlio Pires Porto Carrero	124
Tese nº 65 - <i>A psicanálise na Educação</i> , Deodato de Moraes	135
Tese nº 82 – <i>Educação e Higiene Mental</i> , Álvaro Guimarães Filho	142
Conclusão	147
Referências bibliográficas	150
Fontes primárias	153

Listagem de Siglas:

ABE - Associação Brasileira de Educação

I CNE - I Conferência Nacional de Educação

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

ABC - Associação Brasileira de Ciências

SBC - Sociedade Brasileira de Ciências

USP - Universidade de São Paulo

UDF - Universidade do Distrito Federal

LBHM - Liga Brasileira de Higiene Mental

LPHM - Liga Paulista de Higiene Mental

CBPI - Congresso Brasileiro de Proteção a Infância

LPHM - Liga Paulista de Higiene Mental

Introdução

A dissertação a seguir destina-se a analisar as discussões da educação sexual estabelecidas durante a I Conferência Nacional de Educação (I CNE), promovida pela Associação Brasileira de Educação (ABE), realizada durante 1927 na cidade de Curitiba – Paraná.

O interesse pelos estudos sobre a educação sexual partiu de investigações sobre os debates que se destinavam a discutir a moralização das práticas sociais e fundamentalmente das sexuais durante o início do século XX. Estas preocupações eram inerentes a necessidades atribuídas por diversos grupos intelectuais, de se erigir orientações científicas e metodológicas variadas, que buscassem a compreensão das origens do povo brasileiro, assim como sua remodelagem. Tal necessidade estaria atrelada a problemas nacionais, de natureza biológica e social que precisavam ser modificados para o empreendimento de remodelagem da nação brasileira.

Para analisarmos a educação sexual brasileira é imprescindível salientar que tais discussões só podem ser entendidas por meio de sua relação com diversos projetos, dentre eles os eugênicos, sanitaristas, higienistas, psiquiátricos e psicanalíticos no Brasil. Mesmo que houvesse uma correlação dos interesses desses grupos e mesmo dos projetos, é mister destacar que haviam importantes diferenças entre estes, presentes no tema da educação sexual. As discussões de médicos, cientistas, professores, juristas entre outras profissionais que estavam empenhados na regeneração nacional, buscavam estabelecer que práticas e valores sociais precisavam ser modificados, reeducados e moralizados, segundo lógicas diversas, dentre elas as científicas. Os debates desse empreendimento nacional muitas vezes foram marcados pelas opiniões daqueles que almejaram alcançar reconhecimento, prestígio e ascensão social e intelectual entre seus pares e o público mais amplo (SOUZA, 2006).

A educação sexual, antes de ser estabelecida como um tema circunscrito à sexologia foi constituída no âmbito das discussões dos projetos de aprimoramento da raça brasileira, protagonizados por médicos e cientistas, que acreditavam em primeira instância que, os maus hábitos e a perversão sexual – masturbação, entre outros – poderiam desempenhar graves problemas ao futuro racial brasileiro (SANTOS, 2010).

Além de tais apontamentos, os temores sobre os riscos oferecidos pela sífilis, pelo alcoolismo, pela tuberculose e outros problemas considerados como degenerativos ou neuróticos por discursos médicos, eram outros aspectos a serem enfrentados para o bem

maior nacional. A prostituição, a boemia, o pauperismo, o adultério eram algumas das questões que chocavam a opinião das elites nacionais, além de serem considerados como problemas sociais e morais que assolavam a população brasileira. Outros temas como os problemas dos vícios elegantes – drogas – das elites brasileiras eram focos da preocupação dos médicos nacionais (RAGO, 2005). Este quadro da sociedade brasileiro permitia cada vez mais a penetração de saberes científicos e médicos dos intelectuais, uma vez que estes se encontravam inseridos em tal contexto.

Homens, mulheres e crianças passaram a ter suas condutas vigiadas, e tiveram seus papéis na sociedade questionados de acordo com as novas lógicas demandadas pelas ciências. O mesmo se deu com os casamentos, as famílias e outras instituições públicas e domésticas de modo a promover a mudança desejada. Neste empreendimento o papel dos médicos se destacou, uma vez que o sanitarismo e o higienismo eram símbolos do progresso médico-científico no Brasil e no exterior, havendo uma inserção cada vez maior em meio aos espaços sociais. Os presídios, as fábricas, os cortiços, entre outras instituições públicas e espaços sociais eram também alvos de projetos medicalizantes, que pressupunham a autoridade médica como a promotora da regeneração nacional. De todos os espaços sociais cuja ação médico-científica se fez presente, aqueles que mais nos chamaram a atenção foram às escolas.

A escola enquanto espaço de socialização e aprendizagem dos indivíduos, foi alvo de análise e ação de diversos campos da ciência e saúde na busca por medidas preventivas que pudessem modelar os futuros cidadãos do país. A educação sexual nestes espaços foi pensada mediante acirrados debates que buscavam estabelecer quais os parâmetros a serem implementados para tal. A metodologia, os profissionais a educar, as questões de gênero foram alguns dos aspectos das pautas de discussão no contexto.

O contexto em questão também abarcou as discussões dos projetos da Escola Nova que ganhavam espaço no Brasil. O reformismo brasileiro caracterizado por ações de diversos matizes de interesse, dentre eles os de cunho liberal e de otimismo científico, eram marcas dos governos republicanos, esta diversidade de posicionamentos comum ao período promoveu a implantação de novos direcionamentos à educação nacional, dentre estes a educação sexual. Os projetos de educação sexual, além das questões referentes aos parâmetros para sua adoção encontraram o enfrentamento com os valores da educação religiosa. O processo de laicização do ensino público no país, decorrente da última década do século XIX e primeira do século XX, reforçou fatores

que levaram aqueles que eram favoráveis à educação sexual científica – principalmente os adeptos da psicanálise freudiana, que argumentavam que a função sexual era instinto orgânico natural desde tenra idade – ao embate com as lógicas discursivas de sacerdotes e educadores católicos, que muitas vezes pressupunham a instrução sobre a temática sexual como imoral e contrária aos valores religiosos (RAGO, 2006).

Desde o século XIX, teorias científicas chegavam ao Brasil e serviam de instrumental para as análises do contexto nacional e debates sobre a ciência no país. O Darwinismo, o Lamarckismo, o Haeckelianismo, a teoria da degenerescência de Bénédict Morel, a teoria eugênica de Francis Galton, a Psicanálise de Sigmund Freud assim como outras teorias foram amplamente discutidas no Brasil e inseridas em meio às articulações entre a Medicina e a Higiene e a relação entre indivíduos e populações. Tais teorias e suas apropriações permitiram uma série de debates que espelhavam como as ideias científicas europeias – principalmente oriundas da França – aqui encontraram adeptos que as utilizaram mediante as lógicas e demandas do contexto nacional. Como destacou Aguiar

Um exemplo da referida articulação está no modo como o tema da sexualidade é abordado no século XIX, pelos discursos médicos, quando a sexualidade indisciplinada e irregular é vista como um perigo tanto para o corpo individual como para “o corpo social”, a população: a criança que se masturba demais, por exemplo, é apreendida como um potencial adulto doente, e esse indivíduo certamente daria origem a gerações e gerações de doentes e pervertidos.

Este é, em breves linhas, o núcleo central da teoria da degenerescência proposta por Morel. Esta teoria adquire grande força a partir da segunda metade do século XIX e exerce forte influência sobre as teorias e práticas higiênicas e eugênicas, principalmente através da Medicina Legal. Fundamenta-se na idéia de que o núcleo de muitas doenças mentais e anormalidades está na transmissão hereditária de perversões sexuais ou algo dessa ordem. (2009: 24)

Durante a primeira república, tais teorias adquiriam novos olhares no Brasil e suas interpretações causavam polêmicas e discordâncias em meio aos debates nacionais. Mesmo após o enfraquecimento da aceitação de determinadas crenças – como na do determinismo climático – ainda havia relevantes debates sobre as influências do meio sobre a biologia dos corpos. Tais discussões tinham como foco o futuro da formação da raça brasileira, onde a hereditariedade foi discutida e opiniões se dividiam quanto à suposta relação entre natureza, cultura e caráter (VENTURA, 1991).

De acordo com historiadores como Nancy Stepan e Vanderlei de Souza, no contexto nacional das três primeiras décadas do século XX, as discussões da ciência eugênica associaram-se a modelos distintos de eugenia, havendo certo predomínio para o modelo “preventivo” neolamarckista. Este seria orientado de acordo com perspectivas “otimistas” dos cientistas, que acreditavam que através de alterações no meio ambiente poderiam promover melhorias perenes para as gerações futuras. O Neolamarckismo estabelecia que as relações entre hábitos sociais, ambientes, condições mentais e morais poderiam moldar as populações de maneira a melhorá-la ou prejudicá-la diante sua hereditariedade. Esta relação entre natureza e cultura conformou posturas científicas que pretendiam estabelecer exemplos de ação em moldes preventivos, que almejavam principalmente, por meio da educação, elaborar modelos comportamentais e higiênicos capazes de fundar como deveria ser o futuro da nacionalidade.

Esta teoria de origem francesa influenciou o pensamento de diversos intelectuais e seus pressupostos foram absorvidos e apresentados em seus discursos, mesmo sem uma filiação explícita. No entanto a existência de outras vertentes teóricas como o Mendelianismo, que negava a transmissão de caracteres adquiridos às gerações futuras, demarcavam as oposições à retórica do Neolamarckismo.

Entendemos que as discussões das ciências biomédicas nacionais e a própria educação sexual foram marcadas pelos embates discursivos entre os adeptos de diversas vertentes, sendo estes debates assinalados por uma considerável polissemia de interpretações.

À medida que estabelecemos nossas análises em concordância com a corrente historiográfica descrita, destacamos que este trabalho se diferencia de outros que discutiremos sobre a educação sexual estabelecida na I CNE. Nos debruçamos sobre como as teorias biológicas e saberes das ciências da psiquiatria, psicanálise e eugenia que fundamentaram os saberes da sexualidade, foram apresentados no discurso dos conferencistas do evento. Até o final da década de 1920 a orientação da eugenia no Brasil, de cunho preventivo, propunha uma ação científica atrelada ao higienismo e a educação, diferente de modelos como o norte-americano e alemão que possuíram ações baseadas na eugenia negativa. Estas posições serão mais bem desenvolvidas ao longo de nossas análises.

Ao investigarmos a historiografia sobre o tema da educação sexual observamos que nossas análises possuíam relevantes diferenças. Abordagens que trataram da educação sexual discutida durante a I CNE, como a de Susana da Costa Ferreira (1993) e Lucélia

de Moraes Braga Bassalo (1999), apresentaram como as discussões sobre a educação sexual foram marcadas por uma série de divergências e convergências de opiniões. Estas autoras, entretanto, pouco abordaram ou não abordaram – no caso de Ferreira – a relação entre as discussões da educação sexual e da psiquiatria e psicanálise, que apresentaram direcionamentos às questões da instrução da sexualidade.

Outras abordagens como as de Marilici Trentini de Oliveira (2004) e Leonardo Tavares Martins (2010) que versaram sobre a relação entre higiene e sexualidade e a educação do corpo respectivamente, presentes nas teses da I e II CNE, embora apresentem um histórico detalhado das intervenções médico-eugênicas na educação, não explicitam que as teorias biológicas citadas anteriormente tiveram papéis fundamentais para a compreensão dos aspectos explorados pelos modelos eugênicos que vigoraram no Brasil.

De maneira geral, uma de nossas análises também trouxe luz a uma discussão que entendemos como pouco visitada na historiografia, que se refere à educação moral enquanto medida de cunho científico e cívico. Uma vez que entendemos que a educação sexual foi um movimento atrelado a diversos modelos de eugenia e outras ciências, havendo destaque para as concepções neolamarckistas, as preocupações com a modelagem de papéis sociais e condutas morais se afiguram como outra importante chave de análise das questões da educação sexual. Os hábitos a serem combatidos considerados como imorais e viciosos foram uma das premissas apresentadas nas teses e nos oferecem testemunho de que havia o temor de uma hereditariedade de uma cultura promiscua e degenerada. Nosso objetivo não se refere a esgotar as discussões sobre a educação sexual durante a I CNE, mas oferecer outros olhares sobre tais questões que já foram desenvolvidas pelos autores citados.

Assim afirmamos que nossa hipótese central é de que a discussão da educação sexual durante a I Conferência Nacional de Educação, do contexto da década de 1920, foi estabelecida pelos interesses de sanitaristas, psiquiatras, psicanalistas, educadores e eugênicos em moralizar os hábitos sociais no projeto de modernização nacional, com base em perspectivas que articulavam variados saberes científicos. Neste sentido apontamos que além de ter sido fortemente influenciada pelo debate de teorias evolucionistas foi marcado pelas discussões e consolidação das ciências biomédicas no Brasil.

No debate nacional, assim como na Europa e Estados Unidos, cientistas, religiosos e profissionais do ensino de orientações pedagógicas diversas discutiram como

estabelecer e ministrar a educação sexual, e no caso brasileiro, mediante a necessidade de moralizar os hábitos da sociedade.

Sobre estes apontamentos destacamos que a I Conferência Nacional de Educação, realizada pela ABE, foi constituída como um importante fórum de discussões sobre a educação reformadora nacional, abarcando as discussões científicas e morais necessárias a elaboração dos primeiros moldes de educação sexual oficialmente no país.

Mediante estes pontos dividimos nossa dissertação em três capítulos para melhor discernimento das problemáticas que envolveram a educação sexual. No primeiro capítulo buscamos estabelecer alguns marcos historiográficos das discussões sobre os temas da eugenia, sanitarismo, higienismo, psiquiatria e educação observando como estes temas se relacionaram as discussões da educação sexual nacional. Neste mesmo capítulo promovemos um breve histórico sobre a ABE que realizou a I CNE, onde foram apresentadas as teses sobre a educação sexual e outros temas periféricos importantes para a compreensão de nosso objeto de análise. As abordagens sobre os projetos da Escola Nova são outro destaque do capítulo, pois demonstramos como educação sexual também foi pauta do empreendimento reformista de instrução escolar.

Em meio às análises das discussões do primeiro capítulo, assim como aspectos inerentes ao levantamento bibliográfico da dissertação, outras discussões nos chamaram a atenção. Em diversos relatos há menção as preocupações dos intelectuais do debate sobre a necessidade de educar os hábitos da sociedade por meio da educação da moral social. Estes apontamentos nos levaram a construção de nosso capítulo II.

Neste momento de nossa abordagem buscaremos entender porque a moralidade brasileira era questionada pelos intelectuais e instituições nacionais e a partir destes questionamentos, afirmaram a necessidade de moralizar a conduta sexual brasileira. Propomos em nosso capítulo uma análise das teses que discutiram a moral social como aspecto central, referentes às condutas, aspectos psicológicos e implicações cívicas da moralidade educada.

Durante a I CNE vários autores apresentaram teses sobre a importância da educação moral a ser ministrada nas escolas. Como apresentaremos neste capítulo, havia estritas preocupações com a possibilidade de a degeneração moral ser um perigo que pudesse ser transmitido às gerações futuras. Além destes temores, em meio aos debates dos intelectuais nacionais, remanesciam apreensões quanto à imagem que o povo brasileiro simbolizava sobre as condições de moralidade e saúde do país.

Havia algumas crenças em concepções negativas de determinismo biológico em meio aos discursos médico-científicos do contexto em questão, os hábitos considerados libidinosos, criminosos, viciados pareciam ser um traço hereditário da miscigenação, mesmo após o redirecionamento das discussões que apontavam as misturas étnicas como uma melhoria racial no país. A imoralidade dos costumes precisava ser combatida antes mesmo de se instalar nas gerações futuras. Para tal, a educação exerceria a instrução das condutas refletindo os modelos de moralidade apregoados as concepções de modernidade e progresso.

Os diversos autores apresentados neste segundo capítulo abordaram a temática da educação moral segundo os preceitos das ciências, da pedagogia, do civismo e do catolicismo. Esta variedade de correntes discursivas nos permite observar como os pensamentos estabelecidos nas teses abordaram um debate que confrontava as diversas noções de moralidade, demonstrando a amplitude de opiniões. No entanto, ainda sim houve relativa convergência de ideias para a elaboração de modelos morais de comportamento. Outra constatação que apresentamos é de que nem sempre as ideias das ciências e das religiões se faziam como opostas.

Ao tratarmos das defrontações de argumentos e aos consensos e dissensos relativos, o realce deve ser atribuído as discussões relacionadas ao civismo e a moralidade nacional. Nas teses apresentadas neste capítulo o maior ponto de convergência dos autores era a necessidade de se educar a moralidade nas escolas com base, além dos demais fatores, no sentimento pátrio e valorização da cultura e heróis nacionais. O otimismo que vigorou durante a I CNE expressou como os adeptos das ciências e da educação buscavam soluções aos problemas nacionais, assim como estabelecer um ideário reformador empenhado em inspirar modos de conduta que avivassem o patriotismo.

As fontes utilizadas neste capítulo foram às teses sobre a educação moral e cívica além de destaques das opiniões do médico José de Oliveira Pereira de Albuquerque nas obras: *Moral Sexual* (1930), *O perigo venéreo na paz, na guerra e no pós-guerra: utilidade da educação e profilaxia antivenéreas nas classes armadas e suas vantagens* (1941). O uso das fontes de autoria de Albuquerque nos serviu para entendermos algumas das concepções médicas sobre a educação sexual que poderiam apresentar argumentos sobre a relevância da moralidade e do civismo nesta categoria educativa.

José de Albuquerque é considerado pela historiografia como um importante personagem do debate nacional sobre a importância da educação sexual, sendo o

fundador da entidade científica e educacional conhecida como Circulo Brasileiro de Educação Sexual no ano de 1933.

No terceiro capítulo desenvolvemos a discussão central de nossa dissertação, a análise das teses apresentadas na I CNE centradas no tema da educação sexual. Uma vez que ao longo do segundo capítulo desta dissertação abordamos como a moralidade foi discutida enquanto projeto educacional nacional, nos inclinamos com base no elaborado nestas discussões a investigar como a educação sexual foi debatida pelos conferencistas. Neste aporte ponderamos detalhadamente cada tese, observando os principais aspectos apresentados pelos conferencistas onde destacamos as principais convergências e divergências de seus discursos. Em virtude de problemas com o trato de algumas fontes as análises não foram estabelecidas de acordo com temas, análise esta que poderiam deixar o debate da I CNE mais explícito para a compreensão de seus assuntos.

Apontamos que as discussões levaram em consideração questões de gênero, eugenia, psiquiatria, sanitarismo, higienismo além de outros pontos melhor explicitados em nossas análises. Dada esta abrangência de temas, que foram discutidos pelos autores, e a crença que possuíam na conexão destes saberes com as questões da educação sexual, entendemos como necessária uma abordagem mais abrangente dos temas que se ligavam a discussão da educação sexual.

As teses da I CNE sobre a psiquiatria, psicologia, higienismo e sanitarismo foram também analisadas, onde pudemos constatar expressas preocupações de seus autores - muitos deles atuantes nas respectivas áreas e mesmo outros profissionais dedicados a tais discussões - com questões inerentes a problemática da educação sexual.

As análises tanto das teses sobre educação sexual quanto a dos demais temas apresentaram diversos pareceres que julgamos centrais para os tipos de educação propostos. Além das tensões relativas à formação física, mental e moral da sociedade brasileira, um aspecto que desenvolvemos foi como houve a permanência, durante a I CNE, de dois modelos pedagógicos distintos para a educação sexual.

Os adeptos de uma abordagem de cunho normatizante preocuparam-se em elaborar uma pedagogia educacional que estabelecesse um molde geral de condutas a serem seguidas, pressupondo onde, quando e por quem seria ministrada a educação sexual. Neste grupo estiveram presentes intelectuais ligados a psiquiatria e a eugenia fundamentalmente. O outro modelo que identificamos influenciado pela psicanálise freudiana defendia a necessidade de uma educação particular para cada caso

identificado, sem levar em consideração faixa etária e outros parâmetros modelares. Esta abordagem, em lócus escolar, preocupava-se em conservar os traços individuais dos discentes e assim evitar sublimações forçadas de comportamento e mesmo as chamadas neuroses psíquicas. Este grupo foi formado por médicos adeptos das teorias de Sigmund Freud.

As fontes utilizadas neste capítulo englobam as teses da seção de educação sexual, sanitarismo e higienismo, psiquiatria e psicologia. Além destas fontes utilizamos os textos do já citado médico José de Oliveira Pereira de Albuquerque intitulado *Moral Sexual* (1930), *Meu encontro com os outros* (1958) que embora se refiram a fontes que extrapolem nosso recorte temporal referem-se a textos de um autor contemporâneo a I CNE.

Um aspecto que gostaríamos de destacar é referente a algumas dificuldades que encontramos no levantamento biográfico dos autores das teses da I CNE. As informações sobre os diversos conferencistas que discutiram os rumos da ciência e educação na conferência em questão, não puderam ser encontradas em sua plenitude nos diversos acervos que buscamos e mesmo nos arquivos da ABE como descreveram Ana Chrystina Venâncio Mignot e Libânia Nacif Xavier (2004):

Para as responsáveis pelo Arquivo da ABE, preservar a documentação não tem sido tarefa fácil. Mudanças sucessivas de sede, falta de espaço e ausência de recursos humanos e financeiros que permitissem impedir a ação do tempo nos papéis representaram desafios a serem vencidos para que a entidade pudesse manter o rico acervo. Desde a fundação da ABE, na Escola Politécnica, em 1924, até o momento, muitas foram as salas que abrigaram a entidade. A partir de 1970, quando a diretoria se viu obrigada a desocupar o imóvel no qual estava instalada desde 1933, situado na Av. Rio Branco, que pertencia a Ordem Terceira Penitencia e que seria demolido, iniciou-se uma verdadeira peregrinação.

Como o elaborado, muitas dificuldades e mudanças de logradouro sofreu a sede da ABE e concomitantemente o acervo, sendo este um possível fator para a perda e deterioração de documentos da entidade.

Capítulo I

1 – A Reforma nacional: Os debates das ciências e da educação para uma nação brasileira moderna

1.1 – O contexto e os debates intelectuais brasileiros da virada para o século XX

Neste capítulo apresentaremos, assim como estabelecemos na introdução, alguns argumentos que nos auxiliam na exposição do tema educação sexual e como esta se desenvolveu durante a segunda metade do século XIX e nas três primeiras décadas do século XX. Julgamos necessária essa abordagem, pois a educação sexual foi um movimento que esteve associado às discussões da profissionalização da medicina no país, além de outros debates que envolveram os saberes do higienismo, sanitarismo, eugenia, psiquiatria e psicanálise.

O movimento da educação sexual esteve diretamente associado às discussões da construção da sociedade brasileira, havendo estreita relação com a consolidação dos discursos normativos da medicina no país, ao longo do século XIX. Os médicos, no ímpeto de validarem seu estatuto socioprofissional, criaram uma agenda intervencionista centrada nos espaços públicos e privados, estabelecendo modos de conduta sexuais e opondo-se, em certa medida, a uma ordem patriarcal e religiosa.

Neste mesmo contexto as discussões sobre as ciências no Brasil, que ocorriam entre os anos de 1850 a 1888, período marcado pelas principais transformações no país quanto a escravidão, havia os debates sobre tipos raciais assim como ocorria na Europa e Estados Unidos. As interpretações às teorias evolucionistas e deterministas foram efetuadas inicialmente pelos intelectuais brasileiros da chamada “geração de 1870”. Esse movimento intelectual era partidário da crença na ciência e no progresso como salvadores da nação, do desejo de desafiar e pôr fim aos ideais arcaicos apoiados em dogmas religiosos e da visão da busca de renovação das instituições nacionais aos moldes das europeias. A chamada “geração de 1870” foi evidenciada “para evitar a ilusão da unidade de grupo ou da homogeneidade de época” (VENTURA; 1991: 10).

O progresso almejado encontrava como barreiras algumas visões negativas de determinismo que condenavam o futuro do país. Essas perspectivas apontavam que a raça miscigenada, que constituía a sociedade brasileira, era indolente e promíscua. Tais abordagens eram originárias de um diálogo constante com as perspectivas racistas de

cientistas europeus. Era corriqueiro o uso das teorias evolucionistas de Jean-Baptiste Lamarck¹ e Charles Darwin² de modo a hierarquizar os tipos humanos, e assim estabelecer uma hegemonia social daqueles tidos como superiores. No entanto, alguns letrados brasileiros procuraram formular, a partir da ideia de uma natureza americana como espaço de auto-reflexão, o projeto histórico de construção de sociedade e cultura de tipo civilizado, valorizando os aspectos locais (idem, 1991: 34).

O desenvolvimento das cidades, em crescente industrialização e urbanização, trouxe à tona as questões do superpovoamento, das epidemias, do alcoolismo, da criminalidade, das taras e doenças sexuais, que afligiam as populações. Teorias como a de Francis Galton³ (teorias eugênicas) e posteriormente o advento das ciências da psiquiatria e da psicanálise denunciavam os problemas das sociedades e propunham medidas para possíveis soluções (STEPAN, 2004).

Os movimentos do sanitarismo e higienismo eram exemplos de manifestações que visavam promover mudanças para a população brasileira diante do descaso governamental. Os maus hábitos destas populações de incultos eram vistos como perniciosos, principalmente pela falta de cuidados dos governos, potencialmente sendo fatores que comprometiam a herança biológica das gerações vindouras, na visão de muitos intelectuais. Nas primeiras décadas do século XX, cientistas como Renato Kehl⁴ e Gustavo Riedel⁵ apontavam os benefícios da ciência eugênica e psiquiátrica para a

¹ Jean-Baptiste Pierre Antoine de Monet, Chevalier de Lamarck, nasceu na cidade de Bazentin, na França, 1 de agosto de 1744. Foi um naturalista francês que desenvolveu a teoria dos caracteres adquiridos. Lamarck personificou as ideias pré-darwinistas sobre a evolução e introduziu o termo biologia. Faleceu em Paris, no dia 28 de dezembro de 1829.

² Charles Robert Darwin nasceu em Shrewsbury, Inglaterra, em 12 de fevereiro de 1809. Alcançou fama ao convencer a comunidade científica da ocorrência da evolução e propor uma teoria para explicar como ela se dá por meio da seleção natural e sexual. Entre outras obras importantes foi autor do livro "A Origem das Espécies", publicado em 1859, introduziu a ideia de evolução a partir de um ancestral comum, por meio de seleção natural. Faleceu em Downe, Kent, em 19 de Abril de 1882 e está enterrado na Abadia de Westminster.

³ Francis Galton nasceu em Birmingham, Inglaterra, em 16 de Fevereiro de 1822. Foi um antropólogo, meteorologista, matemático e estatístico. Fundou a psicometria (a ciência da medição faculdades mentais) e a psicologia diferencial. Baseado na obra de Charles Darwin, seu primo, elaborou o conceito de Eugenia, teoria que afirma que a melhora de uma determinada espécie dar-se-ia através da seleção artificial. Galton tinha a crença que os seres humanos poderiam ser melhorados caso fossem evitados "cruzamentos indesejáveis". Faleceu em Haslemere, Surrey, 17 de Janeiro de 1911.

⁴ Renato Ferraz Kehl nasceu em Limeira, São Paulo, em 22 de agosto de 1889. Médico fundador da Sociedade Eugênica de São Paulo em 1918, que lutava pela difusão e implantação das ideias eugênicas no Brasil. Fundou em 1922, o Museu de Higiene, onde realizou uma exposição da campanha educativa e sanitária que deveria ser instalada no país. Em 1933, ingressou na Academia Nacional de Medicina. Faleceu em 14 de agosto de 1974.

⁵ Gustavo Kohler Riedel médico que nasceu em Porto Alegre, Rio Grande do Sul, em 1887. Em 1923, fundou a Liga Brasileira de Higiene Mental, com o objetivo de aperfeiçoar a assistência aos doentes mentais. Entre os diversos trabalhos que esteve envolvido podemos citar a fundação do primeiro serviço

saúde e o futuro brasileiro. A questão do analfabetismo era outra das preocupações, a falta de instrução comprometia o acesso à informação e foi denunciada anos mais tarde, às vésperas do Estado Novo, quando o Brasil contava com uma população de cerca de 80% de analfabetos, que sofriam com a falta de condições tidas como fundamentais à vida e à perpetuação da espécie humana, como denunciavam sanitaristas como Belisário Penna⁶ e Arthur Neiva⁷ (PENNA, 1927; STEPAN, 2004).

Associado ao projeto brasileiro de renovação nacional destacamos o movimento liberal da Escola Nova. Os projetos da Escola Nova, desenvolvidos pelo norte-americano John Dewey⁸, encontraram grande repercussão nos meios intelectuais. Através das ações de instituições como a Associação Brasileira de Educação⁹, esse movimento adquiriu amplitude no Brasil por meio das Conferências Nacionais de Educação¹⁰. Intelectuais como Fernando de Azevedo¹¹, Anísio Teixeira¹², entre outros

externo de consultas de profilaxia mental instituído na América do Sul, a remodelação da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro, etc. Faleceu em 1934.

⁶ Belisário Augusto de Oliveira Penna foi um médico sanitarista brasileiro que nasceu em Barbacena, Minas Gerais, em 29 de novembro de 1868. formado pela Faculdade de Medicina da Bahia. Trabalhou na Diretoria Geral de Saúde Pública, onde, em 1904, colaborou no combate à febre amarela, malária e outras doenças no território nacional. Participou da Revolução de 1930, sendo indicado ministro da Educação e Saúde no governo Getúlio Vargas. Foi um dos introdutores no Brasil da teoria da eugenia e membro ativo da Comissão Central Brasileira de Eugenia, da qual se originou a Liga Pró-Saneamento. Foi autor do livro Saneamento do Brasil, publicado em 1918. Faleceu em Sacra Família do Tinguá, em 4 de novembro de 1939.

⁷ Arthur Neiva nasceu em Salvador, Bahia, em 22 de março de 1880. Foi um cientista, etnógrafo e político brasileiro. Dedicou-se à profilaxia e entomologia médica, tornando-se afamado conhecedor dos barbeiros, insetos transmissores da doença de Chagas. Participou da Assembléia Nacional Constituinte de 1933, onde defendeu teses científicas de darwinismo social e de eugenia racial, que propunham a necessidade do "branqueamento" da população brasileira e pediam o fim da imigração de japoneses. Faleceu no Rio de Janeiro, em 6 de junho de 1943.

⁸ John Dewey filósofo e pedagogo, nasceu em Burlington, Vermont, Estados Unidos, em 20 de Outubro de 1859. Exerceu a função de professor de Filosofia na Universidade de Michigan e, em 1887, publicou o seu primeiro livro, "Psychology", onde propôs um sistema filosófico que conjugava o estudo científico da psicologia com a filosofia idealista alemã. A partir de 1888, exerceu também o cargo de professor de Filosofia Mental e Moral na Universidade de Minnesota. Porém, no ano seguinte, regressou à Universidade de Michigan para se tornar chefe do Departamento de Filosofia. Em 1894, saiu de Michigan para a recém-criada Universidade de Chicago onde liderou o departamento de Filosofia e o departamento de Pedagogia, criado por sua sugestão. Finalizou a sua carreira na Universidade de Columbia, em Nova Iorque. Entre suas obras se destacam *The School and Society* (1899; "A Escola e a Sociedade") e *Experience and Education* (1938; "Experiência e Educação"). Faleceu em 1 de Junho de 1952.

⁹ Esta instituição será estudada com maiores detalhes ao longo desta dissertação.

¹⁰ Estes eventos serão estudados com maiores detalhes ao longo desta dissertação.

¹¹ Fernando de Azevedo nasceu em São Gonçalo do Sapucaí, Minas Gerais, em 2 de abril de 1894. Foi um professor, educador, crítico, ensaísta e sociólogo brasileiro. No Distrito Federal (1926-30), projetou, defendeu e realizou uma reforma de ensino das mais radicais que se empreenderam no país. Foi o redator e o primeiro signatário do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (A reconstrução educacional no Brasil), em 1932, em que se lançaram as bases e diretrizes de uma nova política de educação. Faleceu em São Paulo, em 18 de setembro de 1974.

¹² Anísio Spínola Teixeira nasceu em Caetitê, Bahia, em 12 de julho de 1900. Foi um jurista, intelectual, educador e escritor brasileiro. Foi Secretário da Educação do Rio de Janeiro, em 1931, e realizou uma ampla reforma na rede de ensino, integrando o ensino da escola primária à universidade. Anísio Teixeira

promoveram a renovação dos parâmetros educacionais no país, que destacavam a educação física e moral como aspectos fundamentais à regeneração nacional.

Acreditamos que estes apontamentos são fundamentais para entendermos como se deu o desenvolvimento de uma história da educação sexual brasileira enquanto manifestação científica e cultural. Ao longo deste capítulo procuraremos mapear as principais questões que permearam os debates científicos brasileiros, a partir da segunda metade do século XIX e trinta primeiros anos do século XX, que se direcionaram a pensar também a educação sexual brasileira. Buscaremos explorar as premissas do advento do higienismo/sanitarismo, eugenia, psiquiatria e da educação renovada no Brasil de modo a buscar subsídios que nos auxiliem a analisar os discursos dos participantes da I Conferência Nacional de Educação (I CNE) de 1927.

1.2 - A questão sexual brasileira na intervenção médica do século XIX

Objetivamos neste recorte apresentar como as primeiras discussões sobre uma educação sexual começaram a adquirir destaque, a partir de fins do século XIX, devido aos interesses de médicos. Estes buscavam reconhecimento socioprofissional e para isso apresentavam medidas para uma ação na sociedade.

Como abordamos no início desse capítulo, as primeiras reflexões relacionadas às condutas sexuais do brasileiro foram elaboradas paralelamente às reflexões acerca da formação do estado nacional brasileiro.

As primeiras discussões sobre a formação do estado nacional brasileiro, no alvorecer do século XIX, trouxeram em seu arcabouço o gérmen das ideias do cientificismo iluminista. Esse ideário proporcionou ferramentas para que as elites intelectuais brasileiras pensassem a realidade social do país de forma compartilhada. Esses intelectuais, influenciados pelas matrizes europeias, voltavam sua atenção à pátria

assumiu o cargo de conselheiro geral da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura (UNESCO), em 1946. Em 1951, assumiu a função de Secretário Geral da CAPES (Campanha de Aperfeiçoamento do Ensino Superior), tornando-se, no ano seguinte, diretor do INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos). Em fins dos anos 1950, Anísio Teixeira participou dos debates para a implantação da Lei Nacional de Diretrizes e Bases, sempre como árduo defensor da educação pública. Ao lado de Darcy Ribeiro, foi um dos fundadores da Universidade de Brasília, da qual se tornou reitor em 1963. No ano seguinte, com o golpe militar, afastou-se do cargo e foi para os Estados Unidos, lecionando nas Universidades de Colúmbia e da Califórnia. De volta ao Brasil em 1966, tornou-se consultor da Fundação Getúlio Vargas. Faleceu no Rio de Janeiro, em 11 de março de 1971.

propondo soluções aos questionamentos em relação à política, à economia e à sociedade.

De acordo com a mentalidade cientificista, as leis que regiam o mundo físico eram as mesmas que regiam os fenômenos sociais e psíquicos. A moralidade do homem era inerente à sua natureza física, considerado em relação as suas ações, portanto, a autêntica moralidade - e com ela a política e o direito autênticos - decorria dessa natureza física do homem. A ordem social devia espelhá-la (BARROS, 1989:109).

A elaboração dos valores morais, dos ideais sociais, políticos e estéticos dependeriam do estágio em que se encontrasse a humanidade e a sua validade haveria de ser aferida pela adequação maior ou menor à realidade presente. Não haveria assim valores absolutos ou fins que transcendessem o esquema dessa evolução humana; não haveria padrão ético que ultrapassasse o padrão histórico e em função do qual fosse possível produzir julgamentos de valor universal (Idem, 1989:109).

Acreditamos que essa matriz discursiva, que se originou no contexto iluminista (Idem, 1989:109), permeou o século XIX e o princípio do XX e nos favorece na análise de parte dos projetos políticos que estiveram presentes nesse ambiente intelectual. As manifestações de juristas, médicos, engenheiros e outros profissionais liberais, apontavam para os problemas do contexto histórico pré-republicano e buscavam propor soluções para as questões prementes. Autores de orientação foucaultiana, como Cristiane de Oliveira Santos, apontam que, além do objetivo de propor soluções às questões sócio-políticas do Brasil, esses intelectuais possuíam também interesses ligados a sua ação em meio a sociedade.

Como destaca Santos, a medicina no Brasil em sua busca por reconhecimento de utilidade social frente ao Estado, além de alguns antagonismos, se deu por um alinhamento de interesses em normatizar o espaço das cidades e da população, por meio da difusão da medicina social. Havia assim, para a efetivação desse projeto, a necessidade de uma maior intromissão estatal na regulação dos indivíduos, bem como uma reestruturação dos próprios mecanismos de controle de ordem social (SANTOS, 2010: 30).

A ação da medicina é analisada por Santos como fundamental mediadora da ação do Estado em meio à ordem patriarcal. Santos destaca que a família patriarcal brasileira foi um exemplo de resistência à intervenção estatal nos espaços público e privado. Essas famílias (latifundiárias) ao longo de três séculos de colonização configuraram uma

ordem social e econômica no Brasil segundo suas conveniências, mesmo estando sobre o julgo metropolitano (Idem, 2010:30).

Neste sentido, como alegou a autora, era necessária a implantação de novos mecanismos de regulação que pudessem dispersar o poder das famílias oligárquicas, estabelecendo linhas de força que impusessem formas de controle individual, assim como de produção de riquezas. As famílias deveriam ser postas a serviço de um ideal de nação. Assim, se fazia necessário agenciar politicamente os membros dessas famílias de modo a produzir o fim de sua hegemonia. A medicina teria desempenhado o papel de atrair as famílias com os benefícios da higiene no âmbito público e privado.

O interesse da medicina social em intervir no espaço familiar serviu tanto ao propósito de um projeto higienista nacional, como ao interesse de desarticular a estrutura das famílias patriarcais, que impediam a aplicação do poder normatizador dos saberes médicos e a ação do Estado como provedor da ordem nacional (Idem, 2010:33).

A argumentação de Santos nos auxilia a entender como as ações dos intelectuais, naquele contexto oitocentista, se fizeram presentes em meio à sociedade. E é sobre esta análise de contexto que nos apoiamos para inferir que é onde se inicia no Brasil as primeiras preocupações com a questão sexual da população.

Segundo a historiografia, a consolidação de um soberano no Brasil se deu em certa medida com o auxílio do regime de padroado (1824), com o advento do Primeiro Reinado. Nesse regime a instituição da Igreja Católica passou a ser subordinada ao poder do Estado Imperial. No entanto, entendemos que a ordem social impressa por uma moral católica, mesmo após o advento do padroado, ainda vigorava no país, ditando comportamentos dentro da sociedade brasileira que era composta por uma maioria católica.

Nesse sentido, a narrativa de Santos nos fornece recursos para compreendermos como a medicina, ao intervir no espaço doméstico, passou a orquestrar novos parâmetros de conduta para as famílias. O casamento, os papéis sociais do homem, da mulher e da criança passaram a ser repensados segundo uma lógica científica, para adequar-se aos novos ideais de nação. Nessa conjuntura é que se iniciaram as primeiras manifestações de uma educação sexual, quando os médicos apontaram métodos higiênicos para formação e conduta familiar.

Partindo de uma análise sobre a primeira metade do século XIX, Santos destaca que o discurso médico sobre a higiene no casamento foi atravessado pelo discurso cristão do sacramento do matrimônio. A medicina, a partir desse contexto, enfatizava o casamento

como solução para diversos males de ordem individual e social. Destaca discursos médicos que condenavam as práticas do celibato, da continência e da esterilidade, como o apresentado pelo médico Luiz Vianna D'Almeida, em tese defendida no ano de 1847. A reprodução era defendida pela medicina como prática integrante da ordem jurídica do matrimônio, como forma de preservação da família no cumprimento de sua função de fazer crescer, com saúde e com educação, a população. A lógica médica é retratada pela autora como promotora da civilidade brasileira (SANTOS, 2010: 34).

A argumentação médica estava baseada na ideia de longevidade e não na de ascensão espiritual. Desse modo, a satisfação sexual, a ausência de perigos venéreos, a garantia da educação dos filhos eram alguns dos benefícios apontados em relação ao casamento monogâmico em comparação ao comportamento celibatário eclesiástico.

A medicina nesse período já prescrevia cuidados higiênicos para os casamentos, como a faixa etária para os matrimônios e, com isso, o início da prática sexual. Essa medida configurou-se como forte crítica à ordem patriarcal, uma vez que ao buscar apoio jurídico os médicos não só almejavam seu lugar em meio ao estabelecimento da ordem social com sua autoridade, mas também a prevenção de diversos problemas que os matrimônios precoces impostos pelos patriarcas geravam, principalmente às jovens. A partir destas perspectivas, as jovens mulheres eram protegidas contra as tradições patriarcais assim como as futuras proles oriundas dos casamentos precoces. Na primeira metade dos oitocentos, o casamento era defendido pela medicina como instituição a ser definida como instância jurídica (Idem, 2010, p.35).

Concordamos com a argumentação da autora. No entanto, observamos que não havia no Brasil uma lógica de discurso soberano na medicina. A nosso ver a própria consolidação da ciência médica brasileira, ao longo do século XIX e princípio do XX, foi marcada por uma série de dissensões que demonstram a ausência de um discurso médico hegemônico.

Sobre estes aspectos podemos inferir que a abundância de discursos era uma premissa do ambiente intelectual tanto de médicos, como de outros cientistas. A educação sexual, enquanto movimento daquela medicina, não fugiu aos embates de opiniões, sendo, portanto, outro ponto de disputa. Médicos de orientação leiga e religiosa encontravam amplo terreno em meio à questão sexual brasileira para expor seus conhecimentos e defender suas crenças.

1.3 - Os discursos moralizantes das ciências no Brasil

Buscaremos nessa seção destacar alguns aspectos da relação entre as discussões das teorias evolucionistas, das ciências médicas, da educação sexual e dos problemas sociais nacionais que marcaram o final do século XIX. Atribuímos importância a essa divisão, pois a relação entre estes conhecimentos e a problemática nacional se entrelaçavam dando certa centralidade a necessidade de estabelecimento de uma educação sexual.

Muitas disputas que ocorreram em meio aos campos científicos tinham como motivação a orientação teórica dos envolvidos nesse debate. Compreendemos que as visões estabelecidas por cientistas brasileiros sobre os problemas nacionais, derivavam das discussões originárias da Europa de teorias científicas sobre a hereditariedade. A educação sexual esteve diretamente relacionada a estas interpretações. O que se produzia a respeito de tal temática, principalmente na França, encontrava grandes plateias no Brasil.

A partir de meados do XIX, o flagelo das doenças (malária, tuberculose, febre amarela, varíola e outras doenças populacionais) se espalhava extinguindo milhares de vidas brasileiras, constituindo, com as mudanças no panorama das cidades e a crescente urbanização, um período conturbado da história brasileira (CHALHOUB, 2004; BENCHIMOL, 1999). Somado a estes fatores, em fins do século XIX, os entendimentos das teorias científicas adotadas no Brasil se modificavam, do mesmo modo que ocorria, em vultosa medida, no mundo ocidental. Os intelectuais nacionais interpretavam os problemas sociais a luz de tais teorias.

Concomitantemente com essas transformações de cunho social, ocorriam mudanças na produção econômica, centradas na atividade cafeeira, que deslocou o centro das atividades da região nordeste para o sudeste.

As campanhas abolicionistas e republicanas ganhavam cada vez mais força. E neste sentido, as concepções de progresso do país, ligadas à abolição e à aptidão da população para atingir a modernidade, inferiam em outras problemáticas. A ideia de que o Brasil era formado por uma população híbrida trazia em sua envergadura um significado pejorativo, em vista das hierarquias promovidas pelas concepções racialistas. Segundo esse raciocínio, o elemento branco era superior em relação aos elementos negro e índio. Tais pontos de vista sobre o povo brasileiro concebiam até mesmo que o desenvolvimento da raça estava fadado à barbárie, os elementos indígena e negro

estavam associados a uma realidade de insalubridade moral e física. Os índios eram vistos por alguns homens de ciência do XIX, segundo relata Sérgio Carrara (2004:434):

Mais do que sexualmente promíscuos (e obviamente por isso mesmo), os índios americanos deviam ser considerados como reservatórios originais da infecção venérea. Como seus colegas europeus, ao longo do século XIX vários médicos brasileiros acreditavam que a sífilis era nativa das Américas, tendo sido introduzida na Europa viajando clandestinamente nas naus de Colombo. Em seu tratado sobre o clima e as doenças do Brasil de 1844, o influente professor de medicina franco-brasileiro José Francisco Xavier Sigaud escrevia que “a sífilis existiu em todas as épocas no país e é hoje doença predominante” (apud Araújo, 1928:17).

Na mesma análise encontramos a alusão que o elemento negro e o latino (2004:436):

(...) eram também vistos como ‘primitivos’ e, portanto, como mais um problema. No começo do século XIX, o médico francês Julien Virey escrevia que todos os africanos da zona ardente parecem que trazem nas veias o fogo da lubricidade (Virey, 1836:54). Com base na conjugação de determinantes climáticos e raciais, Virey chegava mesmo a dar crédito à idéia de o mal venéreo ter se originado na África. (...) Ainda que em muito menor grau, mesmo os povos de raça latina, neolatinos como os portugueses, eram também conhecidos por seu ardor sexual. Como dizia o higienista brasileiro Afrânio Peixoto em 1913, “a abstinência sexual é prática de higiene e moral, tão infringida, que é quase ridícula sua observância entre os povos latinos” (apud Peixoto, 1913:99).

Para fazer as coisas ainda piores, no Brasil todas as raças haviam se misturado em alguma medida, formando uma vasta população de ‘híbridos’, considerados por muitos médicos e eugenistas como ainda mais ‘fracos’ e biologicamente ainda mais inferiores do que qualquer representante ‘puro’ das raças originais das quais eles descendiam. Mesmo tendo aparecido na passagem do século, a idéia da miscigenação poder salvar a raça brasileira por meio de um possível branqueamento só se tornaria hegemônica depois dos anos 1920 (apud Skidmore, 1990).

Miscigenação *a priori* subentendia povo degenerado, em diversas partes do mundo (GOULD, 1991). Isso se constituía como um problema, em uma nação que desejava construir uma identidade baseada em uma imagem de progresso. A busca por soluções para o “problema da miscigenação” era, então, um dos motivadores da elite letrada brasileira que tentava se afirmar enquanto produtora de conhecimento. Conhecimento este que poderia servir de base para o estabelecimento de uma imagem desejada de nação. E, mais uma vez, para isso seria necessário contornar a ideia de que a própria miscigenação gerara uma raça no Brasil doente, preguiçosa.

Falar das discussões de raça no Brasil em boa medida é analisar os impactos das teorias sobre hereditariedade e sobre o debate da construção da raça brasileira. Segundo as perspectivas historiográficas apontam, o país possuiu níveis bem relevantes de discussão sobre as teorias evolucionistas. Salientamos que o termo evolucionismo em suas múltiplas acepções engloba quatro vertentes diferentes, que embora signifiquem muitas implicações, possuem características que as distinguem sobremaneira. A afirmação anterior se faz necessária para ressaltar como o debate brasileiro foi acalorado devido à circulação no país das quatro teorias evolucionistas: o Lamarckismo, o Darwinismo, o Spencerismo e o Haeckelianismo. A associação de ideias de Darwin com outras concepções evolucionistas produziram, aqui, diferentes interpretações dos fenômenos no mundo orgânico e social (CID, 2004:16). A chegada dessas teorias embasou as discussões a respeito do futuro racial da nação que estava diretamente relacionada à questão sexual brasileira, constituindo a ordem do dia das pautas de discussão dos tipos de eugenia, da psiquiatria e da educação.

1.4 - A educação sexual como pauta científica dos debates do século XX

Neste aporte buscaremos estabelecer alguns debates que nos auxiliam a analisar como a educação sexual, durante o primeiro terço do século XX, encontrou outras problemáticas que somaram elementos para as discussões da formação do povo brasileiro. Foi durante as três décadas que iniciaram este século, que o debate sobre a questão sexual tornou-se um ponto de convergência entre a psiquiatria, a psicanálise, a educação e a eugenia, uma vez que o futuro da raça brasileira poderia ser comprometido pela degeneração das doenças venéreas, imoralidade das condutas sociais e taras sexuais. As teorias evolucionistas confundiam-se nos discursos nacionais e serviam de base para as propostas de regeneração nacional.

Em certa medida, as entidades e instituições brasileiras – que destacaremos no decorrer deste capítulo – se tornaram lócus privilegiados de debates. A promoção de conferências, ciclos de debates, congressos, a organização de museus de higiene, entre outros, denunciavam os problemas nacionais sob uma perspectiva científica ao mesmo tempo em que propunham soluções para os mesmos.

No tocante a questão sexual, esta passou a ser abordada por diversos saberes, e fundamentou as discussões de maneira mais específica no que tangia a prática sexual e a sexualidade, legitimada pelas discussões da sexologia e da psicanálise.

No trabalho de Carrara e Russo (2002) podemos constatar como se estabeleceu no Brasil as primeiras discussões sobre sexologia e educação sexual em paralelo ao estabelecimento da psiquiatria e da psicanálise. Os autores discutem como as temáticas da educação sexual se popularizaram no início da década de 1930, por meio de periódicos, transmissões radiofônicas e, sobretudo, festas populares, como o carnaval de 1935, que trouxe uma alegoria denominada “A Educação Sexual”. Embora a cronologia extrapole o recorte da I CNE, estabelecida no ano de 1927, entendemos que pensar o processo das discussões da educação sexual após o evento pode nos permitir possíveis repercussões dos debates estabelecidos na conferência.

Como descrito, as preocupações da medicina com as questões da educação sexual e sexologia se estabeleciam de forma sincrônica no Brasil e no exterior, havendo uma correlação dos problemas a serem discutidos.

A questão sexual era debatida por diversos campos da medicina, porém a psicanálise e a sexologia eram campos privilegiados nestas discussões e valia-se de tal para adquirir autoridade científica. Embora munidas de ferramentas teóricas comuns, a psicanálise e a sexologia diferenciavam-se. A sexologia detinha-se ao campo da orientação e estudos das relações sexuais. Um aspecto destacado na escrita dos autores era a respeito do impacto social da psicanálise e da sexologia. Mediante a citação: “Em contraste com a psicanálise, que impôs bem mais facilmente sua face respeitável no campo da medicina e da psiquiatria, a sexologia atraía sobre si suspeitas de imoralidade e seus cultores nem sempre escaparam ao estigma de perversos ou pervertidos” (idem, 2000:275).

Atendo-nos à sexologia e à educação sexual, Carrara e Russo destacam como precursores destes movimentos no Brasil o gaúcho Hernani de Irajá e o carioca José de Albuquerque. O palco de atuação destes personagens foi o Rio de Janeiro, então capital federal do país.

O país, com grande produção intelectual em todos os campos, apresentava uma série de eventos e mesmo sediava uma série de instituições e entidades que exemplificam como os intelectuais se empenhavam em produzir saberes que mesmo sobre conjunturas sociais, políticas e econômicas diferentes, serviam ao propósito de desempenhar os projetos nacionais: a fundação da Sociedade Eugênica de São Paulo (1918), a Liga Brasileira de Higiene Mental (1923), a Associação Brasileira de Educação (1924) e o Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova (1932).

Esses eventos foram marcos das discussões, não somente nas linhas gerais do projeto nacional, mas de forma específica das questões da educação sexual. Essas entidades tornaram-se importantes propagadoras da ciência enquanto instância reguladora da educação sexual.

Ao longo deste capítulo buscaremos discorrer sobre a fundação das instituições e como a questão sexual se configurou enquanto uma das premissas de seus debates.

1.5 - Histórico da Associação Brasileira de Educação

A Associação Brasileira de Educação (ABE) foi fundada em 15 de outubro de 1924 por Heitor Lyra da Silva¹³, e sediada na então capital federal do Rio de Janeiro. Constituída enquanto Sociedade Civil, a ABE visava prestar serviços de utilidade pública sem finalidade lucrativa, sendo ainda apartidária, pluralista e membro-nato do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana.

No contexto de sua criação, a década de 1920, a entidade participou de um momento histórico de tensões e debates que reuniram intelectuais brasileiros de diversos campos, com o propósito de analisar possibilidades de intervenção na sociedade. Esses intelectuais aliados por um ímpeto de recusa à apatia, indiferença e inércia diante dos problemas nacionais (SILVA, 2009) visavam propor soluções para as ameaças ocasionadas pela degeneração, ignorância e insalubridade que o povo brasileiro sofria.

O otimismo que pairava na Semana de Arte Moderna, em 1922, e mesmo a celebração do Centenário da Proclamação da Independência ditava os novos contornos que a cultura brasileira deveria adquirir para alcançar o ideal de modernidade.

Desfrutando desta atmosfera de modernizações, a ABE reuniu profissionais do ensino, inicialmente com predomínio de engenheiros vinculados à Escola Politécnica e ao, então existente, Instituto Politécnico de Engenharia. No decorrer dos anos a Associação, além de reunir profissionais da pedagogia, reuniu também médicos e sanitaristas que interpelavam a relação entre educação e saúde.

A ABE foi responsável pela redação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, em 1932, elaborado por Fernando de Azevedo, documento atingiu notoriedade nos meios educacionais e da cultura geral no País.

¹³ Heitor Lyra da Silva nasceu em 1879. Diplomou-se pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Foi engenheiro, um dos diretores do projeto da Estrada de Ferro da Central do Brasil e professor da Escola Nacional de Belas Artes. Faleceu em 1926.

O principal empenho da entidade foi canalizado para a realização das Conferências Nacionais de Educação. Reunindo profissionais do ensino de todo o Brasil, estas conferências possuíam o objetivo de colocar em evidência o debate da educação, que deveria ser estabelecida como alicerce para as reformas das bases da sociedade. A entidade influenciou sobre a elaboração de leis a respeito da educação no país, além de expandir os horizontes nacionais por meio da divulgação de textos, trabalhos, palestras e seminários de seus associados e do constante intercâmbio com o exterior.

As Conferências Nacionais de Educação foram as atividades de maior destaque da ABE, sendo realizadas em diversos locais no país. Tais conferências serviram como ligação entre poderes federais, estaduais e a sociedade civil e reuniram professores, jornalistas, cientistas, lideranças religiosas, políticas, etc. Assim, as conferências constituíram-se de importantes estratégias de difusão de ideias e aspectos relevantes a determinados projetos de organização do ensino, que correspondiam, por sua vez, a ações mais amplas de organização do Estado e da nacionalidade (INEP, 2004).

Entre os anos de 1924 e 1935, a ABE realizou sete Conferências Nacionais, com intervalos de um ano entre cada evento, o que permitiu o acompanhamento e a participação da ABE nos debates relativos às reformas educacionais estaduais e federais.

De 1935 em diante, há significativa redução das atividades da ABE em virtude da radicalização das lutas políticas e forte repressão empreendida pelo governo contra os educadores liberais. Em meio a essa efervescência política ocorreu a demissão de Anísio Teixeira da Diretoria de Instrução Pública do Distrito Federal, assim como a deposição do prefeito do Distrito Federal, Pedro Ernesto.

Outras duas conferências foram realizadas após 1935, sendo a VIII realizada em 1942 e a IX após três anos. A IX apresentou o nome de Congresso Brasileiro de Educação e foi realizada no Rio de Janeiro, entre 22 e 28 de junho de 1945. A partir deste evento foi redigida a Carta Brasileira de Educação Democrática, como uma realização contra as medidas autoritárias do Estado Novo. Tal aspecto vinculava-se ao desejo partilhado por alguns setores do Governo Vargas de construir a nacionalidade brasileira por meio de um processo de homogeneização cultural. Com a carta buscava-se homogeneizar o ensino e a formação democrática dos profissionais em todo o país (INEP, 2004).

1.6 - Contexto histórico da I Conferência Nacional de Educação

O Brasil foi palco de amplas discussões sobre a construção da nação e formação da identidade cultural do povo brasileiro. Tais debates foram influenciados pela conjuntura que, a partir das alterações do modo de produção capitalista - de meados do século XIX - com o desenvolvimento do capitalismo monopolista, delineou as discussões sobre o papel dos Estados Nacionais não somente sobre a economia, mas sobre os rumos gerais das nações. Vastas são as discussões sobre o nacionalismo que aparecem em meados dos oitocentos e adentram as três primeiras décadas do século XX, tendo seu apogeu no período de entre guerras (I e II Guerra Mundiais) e Guerra Fria.

O Brasil era visto como uma nação em formação, composta por indígenas, negros recém-libertos, miscigenados e imigrantes. Somados aos sertanejos, estas populações eram reconhecidas por seu estado de pauperismo e insalubridade, em um quadro de péssimas condições de sanitarismo e higiene. Excetuando as regiões litorâneas, as demais localidades do país passavam pelo descaso do sistema republicano federalista. Em grande medida as populações de todas as regiões, com destaque para as regiões rurais, sofriam o flagelo das doenças infecciosas, sendo mais um fator para a visão pessimista em relação ao país. Com o industrialismo e a necessidade de mão de obra operária, a imigração se intensificou e com isso houve a rápida expansão das cidades, agravando os quadros sociais de pobreza e temor de epidemias. No início do século XX, entre as décadas de 1910 e 1920, esses problemas nacionais eram tratados como a “questão nacional” pelos intelectuais brasileiros (SOUZA, 2006:22).

Segundo Leonardo Tavares Martins (2010), outro problema que passou a fazer parte das preocupações do governo federal neste período foi a existência de uma grande massa de iletrados no país. O Brasil encontrava-se em um estágio diferente de outros países em relação à erradicação do analfabetismo, apresentando um quadro de baixos investimentos do governo federal. Essas taxas chegavam a atingir 80% da população, enquanto países de populações menores, como a Argentina, possuíam índices de 40%. A questão da educação passava a ser entendida como uma preocupação de ordem nacional, pois sua degradação colocava em risco os ideais de modernidade a que as categorias intelectuais do Brasil almejavam. As possíveis soluções para estas e outras aflições chegavam ao país na forma de teorias políticas e científicas, que eram

discutidas nos meios acadêmicos e políticos nacionais. Concordamos com a autora Lígia Martha Coimbra da Costa Coelho que define que o contexto em questão foi

(...) um período em que ideologias, bem caracterizadas, constituíam concepções e práticas políticas; em que movimentos dos mais diversos matizes representavam-nas formando, na sociedade brasileira, o que denominamos de *caldo ideológico*, de definição nem sempre precisa (COELHO, 2006).

Entendemos o “caldo ideológico” a que se refere à autora como o amálgama de teorias políticas e científicas que chegaram ao país e foram interpretadas a luz do contexto nacional e adquiriram diversos entendimentos em meio à sociedade.

Grupos de orientações ideológicas diversas organizaram-se em todo o país e delinearão novos projetos de ação humanitária e filantrópica, sendo estes grupos autônomos, ou seja, não se constituíam como grupos governamentais.

A atuação dos associados da ABE são uma expressão desse amálgama de teorias, que revelam como os setores médios da sociedade posicionaram-se diante dos debates da modernização das instituições e cultura nacional.

Em meio a estas afirmações alguns questionamentos nos surgem: Qual era o perfil dessas entidades? E como essas se manifestavam? Essas questões se afiguram como chave para entendermos como foram formuladas as ações sociais dessas entidades.

Para os trinta anos iniciais do século XX, a questão sobre a construção de entidades autônomas é bastante discutida pela historiografia, porém nos interessa pensar quais foram os fatores que motivaram a formação destas no período e a partir disso podermos analisar a função da ABE enquanto uma entidade que buscava uma modernização da cultura nacional.

Durante o período, intelectuais das classes média e alta urbanas se agrupavam de acordo com os variados interesses sociais e políticos, havendo estreita relação com o embate ideológico contra a ordem oligárquica.

Como apontam Luiz Otávio Ferreira e Maria Martha de Luna Freire (2005), entre os anos de 1889 a 1945, ocorreram transformações no pensamento intelectual das classes média e alta urbana. Estes grupos se definiram pela organização de campanhas a favor da higiene e educação, de sociedades e congressos científicos, entre outras instituições voltadas para a filantropia, a caridade, aos movimentos de reivindicação dos direitos das mulheres e de publicações especializadas orientadas às mães de família.

Segundo os autores, a heterogeneidade de propósitos, ideologias e alcance político foram uma das características desses movimentos, cuja finalidade comum era a de modernizar o Brasil. O atraso cultural do país foi fator que elevou grandiosamente a crença na ciência como modernizadora (SOUZA, 2006:19).

A autora Vanessa Carvalho Nofuentes (2008), ao descrever como as instituições da Primeira República brasileira se empenharam em mobilizar a sociedade de modo a atender para as questões sociais, nos auxilia a pensar como se formaram grupos de intelectuais interessados em discutir e propor soluções para as questões nacionais. No contexto específico dos anos 1910, as noções de intelectuais e de sociabilidades tomaram proporções bastante peculiares, uma vez que observamos uma efetiva proliferação de associações diversificadas, que se utilizava de uma mesma nomenclatura: “LIGA”. Todo grupo de intelectuais organizava-se a partir de afinidades e de uma “sensibilidade ideológica ou cultural” comum – isto forma o que se chama de estrutura organizacional de sociabilidade – esta por sua vez alimenta “microclimas” em meio aos quais as atividades e comportamentos intelectuais são desenvolvidas.

Esta autora ainda destaca que a fundação de associações como a Liga de Defesa Nacional, a Liga Nacionalista, a Liga Pró-Saneamento do Brasil e a Liga Brasileira Contra o Analfabetismo tinham como objetivo dar um novo rumo ao país, solucionando os grandes problemas da pátria. A análise do contexto de fundação destas associações deixa transparecer o compartilhamento de ideias e ações, formando redes de sociabilidades que têm como foco principal o desafio de construir a nação brasileira (NOFUENTES apud GONTIJO, 2003: 263).

Mais tarde, ao longo da década de 1920, outras entidades de caráter semelhante – que não eram regidas pelo poder público, ainda que sem o título de “Ligas”, foram fundadas, como a primeira Sociedade de Psicanálise Brasileira, em 1927.

Neste contexto identificamos a ação da ABE com sua ideologia própria, resultado da soma dos interesses de seus associados. As discussões sobre o papel civilizador da educação do homem, da mulher e, fundamentalmente, da criança foram o ponto de partida para alcançar o que seria o fim maior nacional.

As preocupações inerentes a formação da população do país abrangiam seus aspectos morais, físicos e intelectuais. Sobre esta temática o Brasil reuniu uma série de discussões no campo das ciências biológicas, com suas teorias eugênico-sanitaristas que serviam para pensar os problemas da ordem da higiene e salubridade nacional. Os espaços de discussões criados pela ABE serviram a estes debates, permitindo que

personagens da ciência nacional proferissem suas opiniões sobre a relação entre educação e ciência para o bem nacional. Intelectuais como Belisário Penna, Renato Kehl, entre muitos outros que interpelaram a educação segundo propostas científicas, se pronunciaram no debate nacional também por meio das Conferências Nacionais da Educação.

No Brasil esta efervescência política e social, influenciada por diversos acontecimentos nacionais e mundiais que destacamos, desenhou o pano de fundo para que a preocupação com a educação formal deixasse de ser coadjuvante e assumisse um papel de destaque, servindo de bandeira do “progresso”. Os discursos sobre a escola, suas ações e intervenções descortinaram a esperança de um futuro promissor, alimentaram a esperança de conquistas e de regeneração nacional (MARTINS, 2010). Esses projetos educacionais foram, a nosso ver, parte da modernização proposta pelos atores das ciências no Brasil. As novas formas de ordenamento de espaço, condutas e modelos educacionais envolveram noções de higiene, sanitarismo, sexologia e, sobremaneira, eugenia.

1.7 - As discussões da ciência eugênica e psiquiátrica para a educação sexual no Brasil

Nesta unidade estabeleceremos como se deu a relação entre o movimento eugênico e o psiquiátrico e a importância destes para a educação sexual no Brasil. Julgamos necessário estabelecer esta análise historiográfica, pois acreditamos que os principais fundamentos que legitimaram a educação sexual estiveram relacionados ao projeto da ciência eugênica e da ciência psiquiátrica enquanto remodeladores da sociedade brasileira. Os movimentos citados estabeleceram cuidados a serem seguidos para a moralização sexual que permitiram a procriação de indivíduos aptos ao empreendimento nacional.

As discussões sobre a eugenia em seu contexto geral tiveram início com os trabalhos de Francis Galton (1822-1911). A finalidade deste autor era estabelecer uma teoria científica que associasse as aptidões humanas a fatores hereditários e propor a administração racional e sistemática da reprodução humana. Acreditava assim que esta poderia ser a matriz para aprimorar a raça humana (AGUIAR, 2009:30).

O embasamento teórico dos estudos de Galton foi possível em meados do século XIX devido, principalmente, aos debates ligados as ideias evolucionistas estabelecidas

no livro “A origem das espécies” de Charles Darwin, publicado em 1859. Com esta publicação Galton encontrou fundamentos para a aplicação da teoria eugênica no caso humano, trabalho este publicado em 1869, intitulado “O Gênio Hereditário”.

Como estabelecido na teoria de Galton, concomitante a evolução humana ocorreria, por meio do cruzamento de inaptos, a degeneração de toda a sociedade. Para evitar este movimento ele estabeleceu que se fizesse uma seleção social destes não adaptados. Por meio de processos de eugenia negativa os não adaptados seriam impedidos de se reproduzir e os tidos como adaptados, por meio da eugenia positiva, teriam estímulo à reprodução (Idem, 2009:31).

A teoria eugênica de Galton sofreu fortes entraves religiosos e morais para sua aceitação na Inglaterra. No entanto, no final do século XIX, com o crescimento populacional urbano, em suas múltiplas acepções, e, conseqüentemente, com o crescimento das competições entre as nações, um quadro de desconforto social, político e econômico ia abrindo espaços para teorias que propunham soluções a tais problemas.

A insalubridade popular, empobrecimento, vícios e outras questões começavam a ser interpretadas por um viés hereditário, fundamentando o temor continuado da degeneração da sociedade britânica. Como aponta Aguiar:

o cenário que se apresentava na Europa de fins do século XIX parecia caucionar a hipótese de Galton segundo a qual “*a raça humana*” estaria “*sobrecarregada*” de inadaptados, que a seleção natural não pôde eliminar, ameaçando levar toda a sociedade à degeneração (2009:31).

É também neste contexto que os trabalhos do biólogo alemão August Weismann¹⁴ e a redescoberta das leis de Gregor Mendel¹⁵ ganham destaque. De acordo com a teoria da

¹⁴ Friedrich Leopold August Weismann nasceu em Frankfurt, atual Alemanha, em 17 de Janeiro de 1834. Foi um biólogo que descobriu a barreira que impede, ainda que não completamente, que as células somáticas passem informações para as células germinativas. Esta descoberta foi denominada de barreira de Weismann. Esta descoberta foi fundamental, em termos conceituais, para reforçar a teoria da seleção natural de Charles Darwin. Faleceu em Freiburg im Breisgau, em 5 de Novembro de 1914.

¹⁵ Gregor Johann Mendel nasceu em Heinzendorf bei Odrau, na atual República Tcheca, em 20 de julho de 1822. Foi um monge agostiniano, botânico e meteorologista. Aos 21 anos, ingressou no mosteiro da Ordem de Santo Agostinho em 1843(atual mosteiro de Brno, hoje na República Checa). Estudou ainda, durante dois anos, no Instituto de Filosofia de Olmütz (hoje Olomouc, República Checa) e na Universidade de Viena (1851-1853). As principais publicações de Mendel foram: "Ensaio com plantas híbridas" (Versuche über Pflanzenhybriden), que não abrangia mais de trinta páginas impressas e "Hierácias obtidas pela fecundação artificial". Ao longo da sua vida foi membro, diretor e fundador de muitas sociedades locais: diretor do Banco da Moravia, fundador da Associação Meteorológica austríaca, membro da Real e Imperial Sociedade da Morávia e Silésia para melhor agricultura, entre outras. Faleceu em Brno, 6 de janeiro de 1884.

“continuidade do plasma germinativo” de Weismann, havia a proposta de que a existência do plasma era completamente independente do restante da célula, sendo transmitido para as gerações vindouras sem interrupção e sem sofrer influências do meio. Esta teoria foi um forte argumento contra as concepções lamarckistas, por negar a herança de caracteres adquiridos que influiriam sobre as gerações ao longo do tempo.

No caso de Mendel, por meio de experiências com plantas, constatava-se a proposta de que após diversos cruzamentos genéticos as características herdadas mantinham-se inalteradas. Aplicada ao reino animal, esta teoria serviu de reforço aos trabalhos de Weismann sobre a continuidade inalterável do “plasma germinativo” (Idem, 2009:32).

Ambas as teorias foram fundamentais para o surgimento de diversas sociedades eugênicas na Europa e nas Américas. A primeira a ser criada foi a *Sociedade Alemã para Higiene Racial*, fundada em 1905, em Berlim; em seguida a *Sociedade para a Educação Eugênica na Inglaterra*, criada em 1907-1908; o Escritório de Registros de Eugenia dos Estados Unidos, em 1910; e a *Sociedade Eugênica Francesa de Paris*, em 1912 (Idem, p.33, 2009).

Esses eventos permitiram a expansão das discussões sobre a ciência eugênica em todo o ocidente, encontrando respaldo principalmente nos Estados Unidos, Alemanha e na antiga União Soviética. Os modelos de eugenia aplicados variaram segundo as interpretações nacionais de cada país, sendo flexibilizada tanto pelas demandas sociais e econômicas, como pelos problemas de imigrações ou graus de pobreza que as populações possuíam. As ações governamentais quanto à aplicação dos saberes eugênicos variaram de iniciativas positivas – bolsas para famílias eugenicamente adequadas, estímulo a reprodução, etc – e iniciativas negativas – esterilização em massa, proibição de casamentos, etc. Destacamos o caso norte-americano, alemão, suíço, soviético e dinamarquês como exemplos de aplicações de eugenia negativa.

Na América Latina, o movimento eugênico aproximava-se tanto do modelo utilizado pelos Estados Unidos quanto os utilizados por alguns países europeus – principalmente o modelo francês (STEPAN, 2004; SOUZA, 2006) – uma vez que cientistas latinos eram convidados a participar de congressos internacionais e sociedades eugênicas. Como aponta Aguiar:

O Brasil, especialmente, ocupou um papel de liderança entre os países latinos no que se refere à institucionalização dos discursos eugênicos. No início do século XX, o Brasil era uma referência em ciências biomédicas e saneamento, e já em 1918 era fundada em São Paulo, pelo médico Renato Kehl, a primeira *Sociedade Eugênica do*

país e da América Latina. Em 1923, o médico Gustavo Riedel funda no Rio de Janeiro a *Liga Brasileira de Higiene Mental*, que se tornaria uma das principais representantes dos discursos eugênicos brasileiros (2009:36).

O caso eugênico brasileiro se distinguia, além de outros fatores, por ter sido o primeiro a ser organizado na América Latina. Ocorrendo entre os anos de 1900 e 1940, o movimento brasileiro foi realizado em meio a um quadro de disgenia como classificariam os eugenistas europeus. A dependência econômica, predomínio de uma população pobre, rural, católica, racialmente mista e iletrada eram características de destaque. Somado a estes fatores esse movimento foi regido por uma elite minoritária, de origem europeia com tendências a um programa de eugenia extremista e de higiene racial (Idem, 2004: 335).

O bem estar nacional, durante as três primeiras décadas do século XX, era tema diretamente relacionado ao início das discussões das ciências biológicas no Brasil. Como já mencionado, o advento do sanitarismo e da eugenia proporcionaram amplos debates na busca de soluções para os problemas de ordem médico-sanitaristas do país.

A tônica do movimento nacional pode ser entendida de acordo com quatro aspectos que Nancy Stepan (2004) aponta. O primeiro se refere às Guerras Mundiais. Com o evento da I Guerra Mundial, os intelectuais brasileiros alegavam que a Europa não poderia ser símbolo de civilidade uma vez que promovera tamanhas condições de barbárie. Neste sentido um nacionalismo emergiu no país, trazendo um otimismo sobre as possibilidades de regeneração nacional em contrapartida dos receios tradicionais de decadência. Ao longo da década de 1920, a eugenia esteve associada ao patriotismo e à reivindicação de um papel mais importante para o Brasil nos assuntos internacionais.

O segundo aspecto apontado pela autora seria a “questão social” nacional que surgiu neste contexto como problema a ser solucionado, podendo contar com a eugenia como uma das respostas. Dentre as questões apontadas, Stepan salienta que: o Brasil foi o último a realizar a abolição na América, fator que produziu uma enorme massa populacional de segregados analfabetos, possuía em cidades como São Paulo uma alta taxa de imigração, principalmente de italianos, que disputavam com os brasileiros as vagas de emprego no recente industrialismo nacional; os problemas epidêmicos generalizados em virtude da falta de educação sanitária, que atingiram mesmo os centros urbanos remodelados (RJ – SP) pelas reformas (Idem, 2004:335). Estes fatores teriam desencadeado um sentimento de insatisfações políticas, que apontavam para o

descaso governamental com o pauperismo, desemprego, imigrações, proliferação sexual de degenerados, etc.

O terceiro refere-se ao temor de uma radicalização política da população, que impulsionou os intelectuais brasileiros, conscientes da falência dos planos liberais do governo em promover o “bem-estar” social, a gerar o movimento eugênico nacional como forma de aprimoramento do povo pobre em suas condições físicas, mentais e morais (Idem, 2004:336).

O último aspecto trata-se da questão racial do Brasil. Essa foi a condição do surgimento da eugenia nacional. A autora descreve que devido à hibridez da raça brasileira, as discussões sobre a viabilidade populacional para o progresso da nação fez parte dos debates ideológicos dos intelectuais. Com abolição da escravidão, em 1888, e da proclamação republicana, em 1889, a ciência ganhou autoridade para discutir e interpretar a realidade social, especialmente em seus aspectos raciais (Idem, 2004: 337-338).

Stepan analisa que embora os intelectuais brasileiros devam ser vistos como consumidores e não produtores de ciência, a história da eugenia deve ser observada como parte de um entusiasmo generalizado pela ciência como sinal de modernidade cultural. A autora faz este apontamento, entre outros fatores, pelo fato de pouco ter havido no país pesquisas no campo da biologia e da genética darwiniana ao longo da década de 1920.

Ao concordar com Nancy Stepan, o autor Vanderlei Sebastião de Souza aponta que dos debates da ciência no caso brasileiro participaram médicos, higienistas, advogados e educadores (2006). Estes tiveram preocupações ligadas aos graves problemas sociais do país, como o saneamento, a higiene, a saúde pública e a educação. O “sucesso” das campanhas contra doenças endêmicas, empreendida por Oswaldo Cruz¹⁶, entre 1902 e 1917, proporcionou um estímulo ao crescimento de uma classe médica que passou a

¹⁶ Oswaldo Gonçalves Cruz nasceu em São Luiz do Paraitinga, São Paulo, em 5 de agosto de 1872. Foi o pioneiro no estudo das moléstias tropicais e da medicina experimental no Brasil. Fundou em 1900 o Instituto Soroterápico Nacional no bairro de Manguinhos, no Rio de Janeiro transformado em Instituto Oswaldo Cruz. Ingressou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1887, formando-se em 1892. Em 1896, estagiou durante três anos no Instituto Pasteur, em Paris, sendo discípulo de Émile Roux, seu diretor. Voltou ao Brasil em 1899 e organizou o combate ao surto de peste bubônica registrado em Santos (SP) e em outras cidades portuárias. Foi nomeado Diretor-geral da Saúde Pública (1903) e coordenou as campanhas de erradicação da febre amarela e da varíola, no Rio de Janeiro. Convenceu Rodrigues Alves a decretar a vacinação obrigatória. Dirigiu a campanha de erradicação da febre amarela em Belém do Pará e estudou as condições sanitárias do vale do rio Amazonas e da região onde seria construída a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Faleceu em Petrópolis, Rio de Janeiro, em 11 de fevereiro de 1917.

atuar junto aos órgãos estaduais e federais do país. Nesse sentido as teorias eugênicas eram atraentes aos ímpetus reformistas dessa classe médica e intelectual que a pouco tempo vinha se interessando pelos problemas sanitários e higiênicos (STEPAN, 2004: 336).

No entanto, ideias sobre a conformação da raça brasileira também foram discutidas com veemência uma vez que o país era visto como o mais miscigenado do mundo. Ainda sobre este último aspecto, Souza analisa que o programa eugênico brasileiro possuiu uma orientação chamada “eugenia preventiva”, cuja intenção era ampliar as reformas do ambiente social. Tal orientação seria influenciada pelas noções da hereditariedade neolamarckista, que mediante perspectivas otimistas dos eugenistas brasileiros, seria capaz de através de alterações no meio, gerarem melhorias permanentes nas gerações vindouras. Sobre esta perspectiva, buscaremos uma análise detalhada no segundo capítulo desta dissertação.

Sobre o modelo eugênico brasileiro, Aguiar apontando que:

Uma outra particularidade do modo como o Brasil absorveu a teoria eugênica, além do fato de ter tornado a miscigenação racial de nosso povo algo positivo – o que na teoria eugênica originalmente não era – está o fato desta estar absolutamente atrelada ao movimento higienista, o que conferia uma maleabilidade a nossos discursos eugênicos, que estiveram, de modo geral, bastante vinculados às idéias sócio-educativas e de saneamento. À medida que estas idéias foram sendo incorporadas à nossa cultura, passaram a penetrar nos mais diversos setores da sociedade, influenciando os meios médicos, psicanalíticos, educacionais, etc (2009:53).

As escolas davam espaço a programas de eugenia preventiva que visavam estabelecer os novos parâmetros que a sociedade brasileira deveria refletir. Essas preocupações que se inseriam em âmbito escolar, em boa medida, foram influenciadas por uma série de discussões permeadas pelas avaliações de intelectuais e cientistas europeus ao Brasil.

Essas perspectivas não eram homogêneas, posto que os cientistas oscilavam entre uma visão positiva sobre a nação e outra pessimista. O Brasil ora servia a modernidade ora era tido como inviável ao progresso. Como aponta Vanderlei Souza, por volta de 1910, um sentimento nacionalista adquiriu maior volume nos meios intelectuais e neste sentido, as linhas independentes de pensamento ganhavam vazão, denunciando as ideias deterministas que condenavam o país. Esses aspectos vieram acompanhados de buscas por explicações sociológicas e históricas sobre a realidade nacional. (SOUZA, 2006:23).

Neste ínterim que a Sociedade Eugênica, fundada pelo médico e eugenista Renato Kehl, teria nascido juntamente com um amplo processo de nacionalismo que vinha se formando no país ao longo dos anos de 1910. O olhar vislumbrado que as elites nacionais depositavam sobre o modelo social e político europeu se modificava. Isso se dava devido ao quadro social precário oriundo dos acontecimentos da Primeira-Guerra Mundial, posto que a Europa aparecia em meio a barbárie da guerra. A diferenciação do modelo social europeu se deu a partir de uma valorização de uma herança nativa brasileira, que foi foco das buscas das especificidades da formação da nação. (Idem, 2006: 35). Belisário Penna teria sido convidado para projetar as discussões da Sociedade fora do estado, propagando-as para o Rio de Janeiro. Como destaca, esta entidade possuiu relevante divulgação principalmente em jornais, declarando os ideais científicos do projeto eugênico do grupo (STEPAN, 2004: 338).

Dentre os temas discutidos pela Sociedade Eugênica de São Paulo, Souza destaca que:

As discussões e as idéias divulgadas pelos eugenistas da Sociedade Eugênica de São Paulo consistiam numa grande variedade de assuntos: saneamento, higiene, educação física, hereditariedade, degeneração racial, imigração, discussões sobre os males causados por doenças e “vícios sociais” como a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo, controle matrimonial e o exame médico pré-nupcial. No entanto, o que mais mobilizou os eugenistas, sendo inclusive acompanhado com curiosidade pela imprensa paulista, foram os debates sobre matrimônio e consangüinidade. Para os eugenistas, tendo em vista a maior possibilidade de transmissão de doenças hereditárias, mas também devido aos valores morais que acionava, a consangüinidade era considerada como inconcebível à luz das orientações eugênicas. Em 1919, após amplo debate entre os membros da Sociedade, a entidade aprovou moção, que foi enviada ao Congresso Federal, condenando a reforma do artigo 183-IV do código civil brasileiro que pretendia eliminar a proibição, então vigente, do casamento consangüíneo. (2006:38)

A Sociedade Eugênica de São Paulo foi fundada em 1918 e apesar de sua repercussão foi fechada em 1920, devido a mudança de Renato Kehl para o Rio de Janeiro e a morte de Arnaldo Vieira de Carvalho¹⁷, ambos membros fundadores.

¹⁷ Arnaldo Augusto Vieira de Carvalho nasceu em Campinas, São Paulo, em 5 de janeiro de 1867. Diplomou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1888. Fundou a Faculdade de Medicina de São Paulo, tendo sido seu primeiro diretor. Foi o primeiro catedrático da Clínica Ginecológica desta Faculdade. Foi nomeado diretor clínico da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, onde promoveu mudanças em seus serviços assistenciais, além de participar da fundação da Sociedade de Medicina e Cirurgia e da criação da Policlínica do Estado. Participou dos quadros da Sociedade Eugênica de São Paulo. Faleceu em Campinas, 5 de junho de 1920.

Neste mesmo contexto, grande evidencia foi dada as viagens ao sertão brasileiro de Arthur Neiva e Belisário Penna. A partir dessas viagens houve a denuncia sobre o descaso das autoridades com aquelas populações assim como a necessidade de medidas sanitaristas no país. Esses foram os precursores da Liga Pró-Saneamento do Brasil, entidade já citada anteriormente, que denunciou as condições sanitárias do interior do país em jornais do Rio de Janeiro e São Paulo (REIS, 1994:52). Além da entidade destacada, ocorreu a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública em 1920, como mais uma das consequências do debate da saúde nacional. A criação do departamento foi apontada pela historiografia (REIS, 1994, SOUZA, 2006) como um marco da intervenção governamental na saúde pública, uma vez que buscou centralizar a assistência à saúde, integrando profissionais de diversos ramos que se destacavam no campo do sanitarismo.

Esse panorama era um indicativo da mudança da visão nacional a respeito de suas características raciais e plano de modernização (REIS,1994: 53). O país passava a ser retratado pelos intelectuais brasileiros como vítima de doenças e falta de saneamento e mesmo descaso das autoridades nacionais. Assim a visão determinista de mestiçagem racial e clima degeneradores, era superada pelas denuncias feitas pelas perspectivas médico-sanitaristas. O Brasil espelhava em boa medida as constantes mudanças no interior dos paradigmas das discussões sobre a eugenia em âmbito internacional. Souza nos auxilia com a afirmação de que:

A passagem dos anos 1920 para os 1930 foi marcada, em várias partes do mundo, não somente pela efervescência da ciência eugênica como pelo “endurecimento” de seus pressupostos, o que reforçou o racismo biológico e a implantação de medidas segregacionistas, autoritárias e restritivas. No Brasil, este período se caracterizou pela ampliação das discussões eugênicas entre os intelectuais e cientistas brasileiros, culminando com uma série de polêmicas científicas que vieram à tona durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado na Capital Federal, em 1929. Tal contexto possibilitou uma nova reconfiguração do movimento eugenista nacional, das idéias e da posição que Renato Kehl ocupava no interior deste campo científico (2006:13).

Como elaborado pelo autor, inferimos que mesmo com as mudanças das interpretações sobre os fatores que explicavam os ditos problemas da raça brasileira, isso não foi um marco indicativo do fim do chamado “racismo científico”. A classe média ascendente agregava mulatos instruídos que atuavam na sociedade com destaque

e prestígio como Machado de Assis e o psiquiatra Juliano Moreira¹⁸ (AGUIAR, 2009:52). A heterogeneidade de opiniões dos cientistas e intelectuais nacionais possibilitava a permanência de muitas ideias preconceituosas sobre a miscigenação, alimentadas em boa medida pelas influências dos debates internacionais. No Brasil se formava uma postura velada de cordialidade racial.

Mesmo com o fechamento da Sociedade Eugênica de São Paulo, as discussões sobre a eugenia continuaram tendo bastante espaço nos meios intelectuais e científicos nacionais. As viagens dos sanitaristas mencionados anteriormente, ao trazerem novos pressupostos sobre os problemas da raça brasileira, trouxeram também outros porta-vozes das discussões da eugenia no Brasil.

Tratamos aqui da criação da Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM), fundada em 1923 no Rio de Janeiro. Além de contar com o já citado Renato Kehl como membro efetivo, esta sociedade também reuniu intelectuais como Miguel Couto (1865 - 1934), Fernando Magalhães (1878 - 1944), Carlos Chagas (1878 - 1934), Henrique Roxo (1877- 1969), Antonio Austregésilo (1876 – 1960), Afrânio Peixoto (1876 - 1947), Edgar Roquette-Pinto (1884 – 1954), Ernani Lopes¹⁹, Julio Porto-Carrero (1887 – 1936), entre outros que totalizavam um número de 120 participantes. Os objetivos da Liga assemelhavam-se aos da Sociedade Eugênica de São Paulo, havendo a preocupação com temas como à higiene mental, educação sexual, eugenia, saneamento e higiene, controle de imigração, combate ao alcoolismo e as doenças venéreas. Tais preocupações eram inerentes as posições de psiquiatras que atribuíam a estas características as razões das principais “perturbações mentais” da sociedade brasileira. Outros temas relacionados à liga eram o controle matrimonial, estudos sobre a esterilização dos “grandes degenerados” e criminosos, entre outros temas que visavam a “normatização da sociedade” (Idem, 2006:40).

¹⁸ Juliano Moreira foi médico e nasceu em Salvador, Bahia, em 6 de janeiro de 1873. Foi o primeiro professor universitário a citar e incorporar a teoria psicanalítica no seu ensino na Faculdade de Medicina. No ano de 1900 foi eleito Presidente Honorário do 4º Congresso Internacional de assistência a alienados. Trabalhou na direção do Hospital Nacional dos Alienados, do Rio de Janeiro, onde humanizou o tratamento e acabou com o aprisionamento dos pacientes. Dentre as instituições das quais foi membro constam: Antropologische Gesellschaft (Munique); Societé de Medicine (Paris); Medico-legal Society (Nova York). Foi membro da Diretoria da Academia Brasileira de Ciências entre 1917 e 1929, tendo ocupado o cargo de Presidente no último triênio. Faleceu no Rio de Janeiro, em 2 de maio de 1932.

¹⁹ Além dos dados biográficos relativos a formação do psiquiatra Ernani Loper, formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, não foram encontradas maiores informações.

As discussões sobre a ciência psiquiátrica são relevantes a nosso trabalho, pois estas estiveram relacionadas diretamente com o tema da construção da nação interpelando, entre outras problemáticas já apontadas, às questões sexuais.

As primeiras referências desse debate remontam-se ao século XIX quando os médicos alienistas a partir dos pressupostos do tratamento moral de Pinel²⁰ começam a ser questionados pela sociedade européia acerca da eficácia de seus métodos e da validade de seus tratamentos da loucura. A objetividade científica passava a ser a principal premissa destes estudiosos que naquele instante eram interpelados por novas formas de análises das doenças: o método clínico-patológico. Neste método relevava-se o quadro clínico dos pacientes agregado às descobertas feitas através da autópsia (AGUIAR, 2009:27).

Havia assim a busca pela legitimação do campo científico dos saberes da psiquiatria. Neste contexto, com as publicações de Morel²¹ das obras “O tratamento da Degenerescência” (1857) e “O Tratado das Doenças Mentais” (1860) um novo paradigma científico foi estabelecido para a ciência psiquiátrica. Na obra de 1860, Morel elabora a teoria da degenerescência, ou seja, analisava a doença mental como característica hereditária. De acordo com Aguiar, a noção de hereditariedade foi utilizada por Morel como veículo transmissor de caracteres que eram ao mesmo tempo físicos, morais e intelectuais. Já sobre a degeneração, Morel afirmava que esta poderia ser tanto herdada como adquirida, porém, após ser adquirida esta seria fatalmente repassada às futuras gerações, o que garantia à psiquiatria tanto uma flexibilidade explicativa, quanto uma abordagem fisicalista médica, no que concerne ao estudo da loucura (Idem, 2009:28). Nesta nova concepção de Morel a doença mental dependia da predisposição dos indivíduos de contrair a doença que estava em questão, e não o tratamento a ser empregado após esta ser adquirida.

²⁰ Philippe Pinel nasceu em Saint André, Paris em 20 de Abril de 1745. Foi um médico, considerado por muitos o pai da psiquiatria. Adquiriu notoriedade por ter considerado que os seres humanos que sofriam de perturbações mentais eram doentes e que ao contrário do que acontecia na época, deviam ser tratados como doentes e não de forma violenta. Foi o primeiro médico a tentar descrever e classificar algumas perturbações mentais. A obra de maior destaque foi "Traité médico-philosophique sur l'aliénation mentale ou la manie". Faleceu em Paris, em 25 de Outubro de 1826.

²¹ Bénédicte Augustin Morel nasceu em 22 de Novembro de 1809, foi um psiquiatra franco-austríaco. Foi o primeiro médico a utilizar o termo *démence précoce* (demência precoce) hoje entendida como esquizofrenia. Segundo seus estudos, diversos estigmas físicos e psíquicos degenerativos explicariam as deformidades detectadas pelo mesmo em loucos e delinquentes. A degeneração, por sua vez, daria lugar a distintas enfermidades mentais: epilepsia, debilidade, loucura e, inclusive, ao comportamento delitivo. Loucura, crime e degeneração estariam significativamente associados. Faleceu em Paris, 30 de Março de 1873.

Nesta nova metodologia, as medidas de higiene ganhavam espaço assim como a profilaxia mental. Dos novos meios de tratamento encontravam-se:

o aconselhamento conjugal – que seria uma espécie de “permissão” médica para a união do casal considerado saudável – e diversas formas de pedagogia daqueles considerados potencialmente enfermos, a fim de que não viessem a atualizar sua doença. Para aqueles já considerados degenerados – especialmente “*idiotas, imbecis e cretinos*” – o método terapêutico tinha finalidade apenas paliativa, tendo como principais objetivos a sua educação, com o fim de que não atrapalhassem a ordem vigente, além do uso de medidas de contenção, como a reclusão asilar, com o fim de impedi-los de “procriar” transmitindo seu “mal” para as novas gerações (Idem, 2009:29).

Concordamos com Aguiar ao estabelecer que a medicina psiquiátrica passava naquele instante a interpelar toda a vida social, transpondo os limites da intervenção meramente asilar, inferindo sobre a necessidade de reeducação sexual por meio de aconselhamentos conjugais.

Com este arcabouço, podemos observar como as discussões da psiquiatria chegaram ao Brasil, com seu aporte relacionado à higiene e à degenerescência. Neste sentido um trabalho que nos auxilia na nossa análise é o de José Roberto Franco Reis, “Higiene Mental e Eugenia: O projeto de “regeneração Nacional” da LBHM (1920-1930)”. Reis descreve que:

a partir da década de 1920, o discurso de um novo ator político, qualificado como “reformador social” (educadores, médicos, higienistas, engenheiros, psicólogos), começa a ganhar vulto na cena nacional, irradiando-se de vários pontos do social – como instituições empresariais, educativas, médicas, agrupamentos intelectuais e profissionais – e cuja base comum se define pelo papel sobressalente obtido por uma fala comum de ambições técnicas. É a partir dessa base discursiva que é possível, doravante, se credenciar como possuindo um “saber sobre o social”: perspectiva vista como eminentemente técnica, dotada de um sentido de missão regeneradora, de visão de bem-comum que a livra, na ótica de seus formuladores, de possíveis suspeitas políticas de caráter pessoal. Assim, uma série de instituições (Associação Brasileira de Educação – ABE, IDORT, Liga Pró-Saneamento, Sociedade Brasileira de Higiene Mental, Liga Paulista de Higiene Mental, Sociedade Eugênica de São Paulo, etc.) compostas por grupos profissionais ascendentes de classe média, surgem exatamente neste contexto. Decepcionados com os rumos da política oligárquica brasileira – “politicalha” como costumava chamar Belisário Penna – vista como incapaz de resolver problemas básicos, e ao mesmo tempo essenciais, do país, estes intelectuais resolvem organizar-se em instituições diversas, convencidos da sua capacidade para planejar racionalmente as reformas (morais, educacionais, sanitárias, eugênicas, das relações

de trabalho) que se estavam a exigir para o aprimoramento da Nação (REIS,1994:75).

Além dessa apologia à técnica, à organização e ainda, à enorme descrença no “fazer político” – cujo resultado reforçava um elitismo e um autoritarismo enfáticos – é possível observar certa similaridade de objetos de intervenção, dentre as propostas desses reformadores sociais, tais como: vícios sociais, ignorância, doença, pobreza, amoralidade, falha de hábito de trabalho, vagabundagem, entre outros, além de um obvio alvo social comum, qual seja, as populações pobres, rurais e urbanas, que era preciso transforma em cidadãos-trabalhadores. Certamente não foi à toa que de uma instituição a outra, os nomes se repetiam com bastante frequência (REIS, 1994:76).

É nessa atmosfera onde as preocupações médico-sanitaristas adquirem maior espaço nos centros de debates nacionais e conformam o período de inauguração da LBHM. A entidade foi criada em 1923, por Gustavo Riedel após o seu retorno do Congresso Médico Latino-Americano de 1922, realizado em Havana. No ano de 1923, foi reconhecida segundo sua utilidade pública e passou a ser subsidiada pelo governo federal para o desempenho de suas funções (Idem, 1994:46).

Como um dos vetores de promoção da regeneração nacional, esta instituição congregou médicos, educadores, juristas, intelectuais em geral, além de empresários e políticos nacionais. Podemos constatar que os objetivos da LBHM eram: a prevenção das doenças mentais pela observação dos princípios de higiene mental geral e especial do sistema nervoso; proteção e amparo dos egressos dos manicômios tal como com aqueles passivos de internação; busca por melhorias nos tratamentos aos doentes nervosos e mentais em asilos (públicos e privados); realização de um programa de higiene mental e eugenia no domínio das atividades individual, escolar, profissional e social (Idem, 1994:49).

Os dois focos principais se detinham a buscar melhorias nos tratamentos aos doentes, em espaço asilar ou não, e a atenção a higiene mental de caráter intervencionista médico-social. Quanto à higiene mental havia o enfoque na eugenia, buscando abranger os espaços sociais de aprendizado e prática profissional (Idem, 1994:49).

Por meio desses apontamentos inferimos que as preocupações com o futuro da raça nacional, em seu processo de regeneração, iam além das preocupações físicas. Reafirmamos que os aspectos mentais e morais eram também abordados como

fundamentais para a “construção” de modelos sociais em estado de “salubridade plena” no Brasil. Em nosso segundo capítulo observaremos com as questões morais da educação foram premissas dos debates da I CNE, estando relacionadas a educação sexual.

Os objetivos da LBHM associavam-se aos interesse de alguns dos intelectuais médicos do país que buscavam organizar a nacionalidade brasileira e combater os antigos preceitos do “racismo científico” que condenava o futuro do país de acordo com os ditos problemas insolúveis da raça degenerada brasileira, mestiça de brancos, negros e indígenas.

A LBHM teve suas atividades intensificadas a partir de 1920 com a presidência do psiquiatra e eugenista Ernani Lopes, que com o apoio de uma nova geração de médicos e psiquiatras, incidiu sobre a saúde mental das crianças nas escolas, e adultos em hospitais, hospícios, presídios e asilos. Por meio de uma aliança dos interesses em higiene mental e eugenia, o projeto científico de aprimoramento mental da raça (eufrenia) ganhou vazão nesse contexto da entidade, destacando a busca pela consolidação de um novo campo. Esses cuidados se faziam prementes devido às preocupações do grupo com a possibilidade de perigos hereditários de doenças mentais e a patologia dos pobres – crime, delinquência e prostituição. (STEPAN, 2004:342 , SOUZA, 2004:40).

Em consonância com Souza sobre as propostas de atuação da LBHM, Aguiar estabelece que:

(...) as escolas foram, sem dúvida, um território privilegiado para o exercício de sua proposta. Através destas, os psiquiatras não só poderiam atuar preventivamente, por se tratar de crianças, ou seja, indivíduos ainda em formação, como por permitir uma seleção daqueles menos aptos e dos mais aptos a fim de dar a cada criança um ensino de acordo com sua “capacidade” (AGUIAR, 2009:56).

Neste contexto de nacionalismo e mobilização social a LBHM foi criada com a especificidade de defender a saúde psíquica da população; convencidos da importância de sua contribuição para a regeneração social e biológica nacional. Travou assim combate para “garantir a defesa da mentalidade da raça” contra os males do alcoolismo e aos “vícios sociais”; imigração; seleção e orientação profissional. A questão sexual aparece neste modelo por meio de iniciativas como o controle dos casamentos (para prevenir as uniões indesejáveis, bem como incentivar as eugenicamente desejáveis);

esterilização compulsória dos ditos degenerados; atenção a infância para um desenvolvimento mental sadio e eugênico (REIS, 1994:56).

Além das iniciativas da Liga Eugênica de São Paulo e da LBHM, uma terceira vertente de estudos científicos esteve veiculada diretamente ao trato da criminalidade. O médico Afrânio Peixoto²² foi um expoente da medicina legal que possuiu duas fases referentes às perspectivas associadas às discussões de raça e os problemas de crime no Brasil. Como destacou Stepan, Peixoto associou a eugenia aos problemas de crime e responsabilidade legal estando intimamente ligados a questão racial. Afrânio foi autor de várias obras com a temática eugênica, enfatizando a importância dessa ciência para o trabalho policial defendendo, de modo geral a cooperação entre as profissões médica e jurídica (STEPAN, 2004: 343).

Entendemos que esta descrição estabelecida por Stepan se refere a um primeiro momento do trabalho desse autor. Afirmamos isso, pois, de acordo com Flavio Edler (2012:8), Peixoto teria mudado suas perspectivas a respeito dos rumos da raça brasileira e sua associação com a criminalidade, a partir de sua aproximação com as noções do determinismo endócrino de Nicolas Pende. De acordo com o autor, Peixoto passou a concordar com Pende que atualizava a biotipologia lombrosiana em termos da ação bioquímica das glândulas, que era capaz de moldar a constituição psicofísica dos indivíduos. Além de Pende, Peixoto incorporou o vocabulário psicanalítico de Freud e as ideias psicológicas de John Dewey.

Como apontou Edler, Peixoto apresentou mudanças sobre as noções de raça, analisando trabalhos como o de Gilberto Freire. Segundo Edler:

O mesmo movimento acontece com a noção de raça. A reabilitação sociológica do negro e do mestiço, que Gilberto Freire lhe atribuiu, deve ser avaliada em termos de um percurso teórico que começa com uma revisão da hierarquia racial clássica, sancionada pelo IHGB: em *Minha Terra e Minha Gente*, afirma que o negro trazido para cá como escravo “*estava numa evolução social mais adiantada que os índios*”. Ao analisar a situação do mulato, registra que eles saíram de uma posição inicial de má educação e indisciplina social dos tempos da colônia para outra, observada desde fins do

²² Júlio Afrânio Peixoto nasceu em Lençóis, Bahia, em 17 de dezembro de 1876. Foi um médico, político, professor, crítico literário, ensaísta, romancista e historiador brasileiro. Exerceu os cargos de inspetor de Saúde Pública e diretor do Hospital Nacional de Alienados, em 1904. Ministrou aulas de Medicina legal na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1907) e assumiu os cargos de professor extraordinário da Faculdade de Medicina (1911); diretor da Escola Normal do Rio de Janeiro, em 1915 e diretor da Instrução Pública do Distrito Federal no ano seguinte. Lecionou História da Educação no Instituto de Educação do Rio de Janeiro, em 1932. Foi reitor da Universidade do Distrito Federal em 1935. Afrânio Peixoto foi o terceiro ocupante da cadeira 7 na Academia Brasileira de Letras, eleito em 7 de maio de 1910. Faleceu no Rio de Janeiro, em 12 de janeiro de 1947.

Império, na qual “*eles melhoraram muito*”, e “*se impuseram nas armas, nas artes, no jornalismo, nas ciências, no magistério, na magistratura e na política, inspirando respeito e admiração pelos brancos.*” Já, em pleno Estado Novo, a temática do mestiçamento se apresenta para o professor de Medicina Legal ligada aos desafios da profilaxia social, definida em termos higiênicos e criminológicos. Em sua pregação eugenista, idealizava um Estado jardineiro, que deveria dar atenção às melhores sementes, reeducando os homens sociáveis, bons e justos. Daí sua defesa da herança lusitana, cuja rejeição na constituição de nossa nacionalidade ele atribuía ao “*nacionalismo mulato*”, “*mestiçamento psicológico*” odioso, sustentado pelos filhos de brancos e negros que odeiam seus progenitores. Escrito nesse contexto, *Clima e Saúde* (1938) reverencia o processo de branqueamento - pelo qual a “*albumina branca*” depurava o “*mascavo nacional*” - auxiliado pela ação sanitária e educativa de médicos e educadores. Neste mesmo compêndio, cujo subtítulo é “*Introdução biogeográfica à civilização brasileira*”, Afrânio percebe, no progresso civilizatório, o retraimento do determinismo climático e racial que se anulariam com os avanços dos recursos higiênicos, educacionais e tecnológicos. Aqui, a categoria de raça é percebida como “*uma prevenção arcaica*” de povos e etnias. Para ele, seguindo os argumentos neo-lamarckistas de Daniel Rosa e Leon Abel Provancher, “*os indivíduos se diferem mais dentro delas [as raças] que elas entre si, consideradas as médias ditas características*”. Também o ambiente não é mais descrito em termos exclusivamente meteorológicos. “*Esse meio é criação, é alimentação, é cultura, é saúde, são hábitos: biologia vem a ser sociologia*”. As noções de clima, aclimação, raça e cruzamento necessitariam de uma revisão “*dos erros e prevenções*”. A importância relativa das raças “[era] *de mentalidade: muito preto e mestiço conheci, e venero, porque tiveram e têm culta alma branca.*” E conclui, ponderando que o “*desnívelamento das raças no Brasil [era] menos pigmentar do que cultural.*” (EDLER, 2012:9)

Assim como os esforços de Peixoto, outros intelectuais como Miguel Couto²³, Roquette Pinto²⁴ estabeleceram relevantes diálogos com a ciência eugênica na tentativa de propor soluções aos problemas nacionais. Os esforços destes personagens da história da eugenia no Brasil possuíram sua manifestação pública no I Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado no Rio de Janeiro, em 1929.

²³ Miguel de Oliveira Couto, foi doutor em medicina, nasceu no Rio de Janeiro, em 1 de maio de 1865. Foi um médico clínico geral, político e professor brasileiro. Foi Membro-titular da Academia Nacional de Medicina desde 1886, foi eleito seu presidente em 1914 e reconduzido ao cargo até seu falecimento em 1934. Titular de três cátedras na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras em 1916. Desde 1927, presidente-honorário da Associação Brasileira de Educação. Foi deputado na Assembléia Nacional Constituinte de 1934, eleito pelo Distrito Federal de então. Defendeu o fim da Imigração japonesa no Brasil, conseguindo aprovar um limite de cotas de imigração. Faleceu no Rio de Janeiro, em 6 de junho de 1934.

²⁴ Edgar Roquette-Pinto nasceu no Rio de Janeiro, 25 de setembro de 1884. Foi um médico legista, professor, escritor, antropólogo, etnólogo e ensaísta brasileiro. Formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1905. Foi professor assistente de Antropologia no Museu Nacional (1906), professor de História Natural na Escola Normal do Distrito Federal (1916) e professor de Fisiologia na Universidade Nacional do Paraguai (1920). Neste contexto, em 1912 Roquette-Pinto fez parte da Missão Rondônia tendo estudado os índios nambiquaras. A partir dessas viagens publicou em 1917 o livro Rondônia - Antropologia etnográfica. Foi diretor do Museu Nacional em 1926, organizando ali a maior coleção de filmes científicos no Brasil. Foi o terceiro ocupante da cadeira 17 na Academia Brasileira de Letras, tendo sido eleito em 20 de outubro de 1927. Faleceu no Rio de Janeiro, em 18 de outubro de 1954.

Sobre o congresso citado, Stepan aponta que os principais temas discutidos foram: Matrimônio e eugenia, educação eugênica, proteção da nacionalidade, tipos raciais, a importância dos arquivos genealógicos, imigração japonesa, campanhas antivenéreas, tóxicos e eugenia, tratamentos dos doentes mentais e proteção à infância e à maternidade. Dentre as políticas aprovadas, aquela que mais possuiu controvérsias foi a defesa de uma política nacional de imigração que limitasse a entrada no Brasil aos indivíduos julgados “eugenicamente” adequados com base em algum tipo de avaliação médica (Idem, 2004: 343).

Esse congresso reafirmou os esforços da ciência eugênica à medida que sinalizava para o início de uma ação prática no Brasil. As publicações do jornal “Boletim de Eugenia” por Renato Kehl tal como o reflorescer dos Arquivos Brasileiros de Higiene Mental da LBHM a partir de 1929 ditavam uma oficialidade do movimento, principalmente com o endosso do Estado para as campanhas dessas publicações contra o alcoolismo (Idem, 2004: 344).

1.8 - Os debates da educação para a nação brasileira

Como depreendemos das falas dos autores analisados, os projetos de reforma social no Brasil do início do século XX refletem em boa medida a necessidade de modernização do país estabelecida pelo ponto de vista dos intelectuais das classes alta e média brasileira. Este empreendimento só seria possível, uma vez que, os problemas principalmente de ordem social fossem solucionados.

A ciência eugênica e a psiquiátrica associadas ao sanitarismo e higienismo, contribuíram para esta causa como sendo alguns dos vetores para reformular a imagem da população brasileira. No entanto, outro vetor para a solução dos problemas nacionais era a educação. As Conferências Nacionais, assim como outros encontros intelectuais no país, demonstravam a premissa da educação como uma das possíveis redentoras das condições precárias do Brasil.

Falar sobre os diferentes modelos educacionais nos auxilia a entender as posições dos conferencistas do primeiro debate de cunho nacional promovido pela ABE. Não havia modelos hegemônicos que atendessem as expectativas de todos os intelectuais dos debates nos campos das ciências e movimentos biomédicos assim como nas áreas da educação. Da mesma forma que múltiplas vozes se embatiam no cenário internacional,

no Brasil essas também possuíam suas representações e refletiam o mesmo quadro de conflitos de interesses.

Ao analisarmos, no II e III capítulos desta dissertação, as teses dos intelectuais da I Conferência Nacional de Educação, buscaremos explorar as diversas perspectivas estabelecidas no movimento da educação, tanto sobre a educação moral quanto sobre a educação sexual. A nosso ver as influências das abordagens das novas pedagogias escolares estiverem presentes nas falas dos autores das teses de 1927. Aqueles atores esboçavam em seus discursos os anseios por reformas no país e ainda sim a busca por consolidação de seus campos científicos.

As preocupações com a educação brasileira para a reforma nacional não surgiram no contexto das três primeiras décadas do século XX. Essas se iniciam no final do século XIX (entre os anos de 1873 e 1883), de forma institucionalizada com a Primeira Reunião de Educadores Brasileiros e outros encontros pedagógicos, realizados no Rio de Janeiro por empreendimento do governo (MARTINS, 2010:9).

Já neste final de século XIX as preocupações com uma educação formadora de cidadãos salubres, com hábitos de higiene, moral elevada entre outros aspectos de sanitarismo, estavam presentes nas discussões dos círculos intelectuais brasileiros. Na pauta destas discussões, o analfabetismo configurava um quadro social que precisava ser ultrapassados; isso se conformava como um problema urgente, pois inviabilizava as possibilidades do país alcançar as demandas exigidas pelo industrialismo e o crescimento urbano. Mesmo com esse panorama e as pressões exercidas por esse quadro calamitoso, não houve uma expansão da rede de ensino nacional (ABRANTES, 2008:25). Além dos problemas da educação de base – o ensino primário e secundário –, a educação superior precisava ser estabelecida de modo a promover um novo modelo de estudo universitário que priorizasse a pesquisa científica no país.

Para intelectuais como Fernando de Azevedo mesmo com os processos de imigração e industrialismo não houve mudanças no que se refere às reformas educacionais que se adequassem às novas demandas da sociedade. Segundo Stepan a prevalência de determinadas correntes teóricas que influenciaram o movimento eugênico nacional, não se dava por uma questão de ignorância dos médicos. A autora analisa que a ciência eugênica brasileira era do tipo eclética, e argumenta que o uso de referenciais europeus sobre a temática, refletia o fato de que poucos brasileiros haviam estudado genética na faculdade de medicina ou estavam envolvidos em pesquisas genéticas (2004: 347).

No entanto a modernização foi capaz de mobilizar os segmentos intelectuais nacionais que pensaram e organizaram as reformas educacionais.

(...) A divulgação científica, a organização da comunidade científica, a reforma educacional, a mobilização do Estado para o planejamento científico educacional e o papel das ciências sociais no planejamento constituíam diferentes frentes desse projeto. (ABRANTES, 2008)

Durante a segunda metade da década de 1910 ocorre uma intensificação do nacionalismo por meio do processo educacional, manifestada principalmente por instituições como a Liga Nacionalista de São Paulo. Esta entidade promoveu trabalhos de alfabetização da população com o objetivo de capacitação ao voto consciente. Com isso idealizavam por fim às práticas de corrupção política estabelecidas pela república oligárquica. Além disso, a alfabetização permitiria o acesso ao trabalho industrial. A educação era tratada com uma concepção ufanista, que a apontava como a salvação do futuro nacional, juntamente com o nacionalismo e a descrença no Estado como gestores da educação naquele momento (NAGLE, 1978: 263).

A Associação Brasileira de Ciências (ABC), fundada em 1916, foi um dos fóruns de discussões dos intelectuais a respeito dos rumos nacionais. Esta entidade antes conhecida como Sociedade Brasileira de Ciências (SBC), foi renomeada em 1922 (ABC) reunindo cientistas que buscavam a criação de universidades com fins de promover a “ciência pura e desinteressada”, sem a finalidade de aplicação dos conhecimentos de forma imediata. Essa busca por uma ciência desinteressada se originou de influências francesas (ABRANTES, 2008:26).

Concordamos com Abrantes quando este analisa que a ABE foi outra entidade do período que se voltou a discutir a educação associada ao ideal de nação. Além das conferências, outro instrumento de ação da ABE era a realização de inquéritos entre líderes educacionais sobre a situação da educação e conseqüentemente discussão de propostas relacionadas às funções que a universidade deveria exercer de acordo com sua vinculação com o Estado e autonomia. Após 1927 a ABE teria atuado com veemência sobre os esforços de construir centros científicos universitários, prevendo a separação do ensino profissional do ensino científico (Idem, 2008:26).

Estas discussões em boa medida partilharam de influências das novas teorias educacionais que se originaram naquele contexto de fins de século XIX. Estamos falando das correntes da Escola Nova que foram discutidas na Europa e Estados Unidos,

visando estabelecer novos moldes educacionais com bases científicas da sociologia-histórica.

O escolanovismo partiu das concepções do filósofo e pedagogo norte-americano John Dewey (1859 – 1952), que agregou os valores da democracia liberal as concepções de educação (ARAUJO, 2006:1).

Abrantes estabelece que o movimento da Escola Nova, que sintetizava os principais argumentos da proposta renovadora do ensino secundário, encontrava sua expressão no ensino de nível superior com a criação da Universidade do Distrito Federal (UDF) e da Universidade de São Paulo (USP). Para o surgimento das primeiras universidades vocacionadas à pesquisa científica e ao ensino de ciências, seria necessário, como condição fundamental, a presença de um sistema educacional que estimulasse o raciocínio crítico do aluno e promovesse uma mentalidade voltada à pesquisa científica, ou seja, uma conexão entre o debate em torno da construção de um espaço para a ciência e a reforma do ensino nos níveis primário, secundário e superior. A universidade, seja como lugar próprio para a “*pesquisa desinteressada*” ou para a formação de professores do ensino de nível secundário, situava-se no centro desse debate (ABRANTES, 2008:25).

Neste mesmo contexto de fins da década de 1920, esse debate ganhou maior expressão no Brasil com as Conferências Nacionais de Educação promovidas pela ABE. Em 1932 com as iniciativas de Fernando de Azevedo, no Brasil se estabeleceu como marco do movimento reformista o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova (ARAUJO, 2006:1).

Fernando de Azevedo foi o redator do manifesto citado; este ator da história da educação, enquanto intelectual, acumulava as funções de administrador, advogado, jornalista e escritor. Fernando de Azevedo exerceu o cargo de Diretor da Instrução Pública do Rio de Janeiro e de São Paulo, professor da Universidade de São Paulo, tendo vinte e sete obras publicadas (Idem, 2006).

A obra de Fernando de Azevedo, *Na Batalha do Humanismo*, foi um desdobramento dos movimentos liberais do século XVIII, e, portanto uma importante colaboração do movimento escolanovista para os direitos civis reafirmando a postura liberal que tiveram Rousseau²⁵ e Pestalozzi²⁶ em suas obras (ARAUJO, 2006:9).

²⁵ Jean-Jacques Rousseau nasceu em Genebra, Suíça, em 28 de Junho de 1712. Foi um filósofo, teórico político, escritor e compositor autodidata. Foi considerado um dos principais filósofos do iluminismo e

Em consonância com Araujo, Abrantes observa que Fernando de Azevedo foi um dos adeptos do escolanovismo que buscou uma apropriação mais próxima daquelas propostas pelo modelo proposto por John Dewey. Este estabelecia como pontos principais:

(i) maior liberdade para a criança, a favorecer seu desenvolvimento natural pela atividade livre e espontânea; (ii) o princípio de atividade ligado ao de liberdade e inspirado no conceito de que a criança é um ente essencialmente ativo, cujas faculdades se desenvolvem pelo exercício; e (iii) o respeito à originalidade pessoal de cada criança e em consequência a individualização do ensino. Nesses pontos, a “educação nova” mostra claramente um viés pragmático de inspiração norte-americana (Azevedo, F apud. ABRANTES, 1976: 179-181).

Absorvendo as argumentações de Castro, Araujo e Abrantes, podemos entender que as concepções do movimento da Escola Nova possuíram inclinações à democratização do ensino em uma perspectiva sociologizante. Os intelectuais brasileiros interpretaram as concepções de John Dewey e Emile Durkheim²⁷ para a elaboração do projeto nacional de educação pública (CASTRO, 2005).

No entanto, é necessário estabelecer que as interpretações as teorias do escolanovismo, assim como as demais teorias que chegaram ao país neste contexto, devem ser relativizadas. Os intelectuais brasileiros, de maneira geral, interpretavam estas teorias mobilizados por questões sociais, espaciais e temporais. Estas variantes possibilitaram uma série de formulações que demonstram como não houve unanimidade destes discursos em meio aos debates da ciência e da educação. As interpretações a essas teorias demonstram como elas serviam às necessidades dos reformadores que as utilizavam.

As teses das seções de educação moral e sexual, da I CNE, demonstram como os posicionamentos de seus autores convergiam e divergiam em diversos aspectos. Algumas resoluções de questões em pauta de discussões, como a educação de meninos

um precursor do romantismo. Foi autor da teoria filosófica do Contrato Social. Faleceu em Ermenonville, França, em 2 de Julho de 1778.

²⁶Johann Heinrich Pestalozzi nasceu em Zurique, Suíça, em 12 de janeiro de 1746. Foi um pedagogo e educador pioneiro da reforma educacional. Em 1801 focou seu trabalho no tema da educação com a publicação do livro intitulado "Como Gertrudes ensina suas crianças" (Wie Gertrude Ihre Kinder Lehrt), onde expôs seu método pedagógico. Faleceu em Brugg, Suíça, em 17 de fevereiro de 1827.

²⁷Émile Durkheim nasceu em Épinal, França, em 15 de abril de 1858. Foi considerado um dos pais da Sociologia moderna, tendo sido o fundador da escola francesa, posterior a Marx, que combinava a pesquisa empírica com a teoria sociológica. Faleceu em Paris, França, em 15 de novembro de 1917.

e meninas, quem deveria lecionar a educação sexual, onde se iniciaram este projeto de educação são alguns dos exemplos que mostram como os debates da educação sexual, compartilharam os mesmos problemas dos demais debates científicos aqui explorados e mesmo as interpretações que o escolanovismo possuiu no Brasil.

Como descreve Abrantes (2008:31) a educação seria, de acordo com Dewey, o transformador da sociedade por meio da democratização do saber. Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira são alguns dos escolanovistas que partiram de premissas dos movimentos educacionais norte-americano – pragmatismo educacional, democratização e descentralização – e francês – educação em seu papel civilizador de uma elite esclarecida.

Neste sentido, contradições podem ser apontadas em meio às proposições destes reformadores brasileiros, principalmente no tocante a democratização do ensino no caso de Fernando de Azevedo – que propunha que as elites possuíam o papel de instruir as massas – e sobre as limitações ao potencial libertador da educação que apontou Anísio Teixeira – a sociedade brasileira não seria capaz de assumir interinamente o esclarecimento por meio da educação uma vez que possuía traços de tradicionalismo (Idem, 2008:31).

De acordo com Abrantes podemos apontar as dissensões dos modelos de reforma dos intelectuais, e assim como se deu a diversidade de opiniões do debate educacional nacional. Este autor analisa que a falta de um plano nacional de educação durante a primeira república, abriu espaço para uma série de iniciativas estaduais e municipais que fugiam aos modelos impressos pelo governo federal. Há destaque a reformas como de:

Sampaio Dória, em São Paulo (1920); Lourenço Filho, no Ceará (1923); Anísio Teixeira, na Bahia (1925); Francisco Campos, em Minas Gerais (1927); e Fernando de Azevedo, no Distrito Federal (1928) (ABRANTES, 2008:32).

Estas propostas, em especial as de Anísio Teixeira²⁸, Lourenço Filho²⁹ e Fernando de Azevedo, aproximavam-se tanto da crítica ao modelo tradicional como da proposta

²⁸ Anísio Spínola Teixeira nasceu em Caetité, Bahia, em 12 de julho de 1900. Foi um jurista, intelectual, educador e escritor brasileiro. Na década de 1940, foi Conselheiro da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). Nos anos 1950, dirigiu o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, INEP. Foi o criador e primeiro dirigente da Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES. Faleceu no Rio de Janeiro, em 11 de março de 1971.

²⁹ Manuel Bergström Lourenço Filho nasceu em Porto Ferreira, São Paulo, em 10 de março de 1897. Matriculou-se na Faculdade de Medicina para estudar psiquiatria, mas abandonou o curso e, em 1919,

de conferir maior dinamismo ao ensino que oferecesse aos alunos maiores possibilidades de raciocínio científico.

No destaque do autor, Francisco Campos³⁰ assumia uma postura ambígua, pois ao mesmo tempo que se alinhava com os autores citados, por outro lado assumia o Ministério da Educação e Saúde Pública no início do governo Vargas (1930) com uma postura autoritária, indo contra as democratização proposta pelo escolanovismo.

Por sua vez, Anísio Teixeira destacava-se por criticar o centralismo do Estado, defendendo que o aprendizado seria conquistado com a prática, por meio do experimentalismo.

Fernando de Azevedo associava-se a crítica ao ensino tradicional. Buscou repensar as formas de lecionar, posturas de docentes, espaços de aprendizados, beneficiando uma abordagem que priorizasse o ensino focalizado na prática experimental, postura objetiva dos professores e diálogo em sala de aula entre discentes e docentes (Idem, 2008:32).

Quanto a Lourenço Filho, Abrantes descreve que este se destacou no movimentos dos pioneiros da Escola Nova ao assumir, em 1922, o cargo de diretor de Instrução Pública do Ceará. Em 1926, em publicação do jornal *O Estado de S. Paulo*, defendia a necessidade de renovação dos modelos educacionais, elaborando que a importância dada ao ensino de profissões liberais deveria ser a mesma dada ao ensino de profissões “normais de produção econômica” (Idem, 2008:32).

Além dos intelectuais de orientação leiga que participaram deste debate no Brasil, aqueles que gostaríamos de destacar são os de orientação católica. As teorias da Escola Nova não foram abraçadas por todos os intelectuais brasileiros. Exemplificamos que alguns grupos de orientação católica viam problemas na democratização e laicização do

ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, vindo a bacharelar-se em 1929. Lecionou diversas disciplinas pedagógicas em escolas públicas e particulares do estado de São Paulo e do Ceará. Exerceu cargos na administração pública federal – como diretor de gabinete de Francisco Campos (1931), como diretor geral do Departamento Nacional de Educação (nomeado por Gustavo Capanema, em 1937) e como diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (1938-46). Faleceu em 3 de agosto de 1970.

³⁰ Francisco Luís da Silva Campos nasceu em Dores do Indaiá, Minas Gerais, em 18 de novembro de 1891. Advogado e jurista formou-se pela Faculdade Livre de Direito de Belo Horizonte, em 1914. Em 1919, iniciou sua carreira política elegendo-se deputado estadual em Minas Gerais. Dois anos depois, chegou à Câmara Federal, reelegendo-se em 1924. Como Secretário de Interior promoveu uma profunda reforma educacional em Minas Gerais utilizando-se de muitos postulados defendidos pelo movimento da Escola Nova. Com a posse de Getúlio Vargas, assumiu a direção do recém-criado Ministério da Educação e Saúde, credenciado por sua atuação à frente dos assuntos educacionais de Minas. Promoveu, então, a reforma do ensino secundário e universitário no país. Em dezembro de 1935, foi nomeado secretário de Educação do Distrito Federal. No novo cargo, Campos demoliu uma das mais importantes iniciativas da gestão anterior, a Universidade do Distrito Federal. Foi nomeado Ministro da Justiça dias antes do golpe de 1937 e foi encarregado de elaborar a nova Constituição do país. Faleceu em Belo Horizonte, em 1º de novembro de 1968.

ensino, entre outros aspectos dessa teoria educacional. Elaboramos este destaque por julgarmos que as colaborações deste grupo ofereceram importantes subsídios para entendermos como as questões morais foram envolvidas na discussão de modelos educacionais, assim como científicos que remodelariam o país.

Sobre os grupos de orientação católica que discutiam a educação, destacamos aquele que foi organizado em torno do Centro Dom Vital, liderado por Alceu Amoroso Lima³¹ entre os anos de 1928 a 1941 (ABRANTES, 2008:29). Este núcleo embora apontasse para o papel fundamental da educação para a nação, possuía uma orientação conservadora, que era contrária a maioria das ideias da educação sexual.

Como analisa Abrantes, nas publicações dos intelectuais do Centro Dom Vital havia críticas a laicização do ensino, a co-educação dos sexos, e o monopólio estatal da educação. Estes defendiam o ensino privado confessional, sendo contrários ao monopólio estatal da educação principalmente no que tange a escola pública. Para estes a educação pública e gratuita deveria existir apenas quando a iniciativa privada não fosse capaz de atender à demanda nacional (idem, 2008:29).

Para o grupo católico o ensino religioso deveria ser indissociável da educação e para a Igreja a educação se enquadrava dentro de uma estratégia para fortalecer sua hegemonia, ao primar por uma educação integral baseada nos princípios da moral católica.

Abrantes aponta que este modelo educacional tradicional encontrou oposição a partir de 1927 com as teses da “Escola Nova” (2008:29). O escolanovismo tinha como premissa uma nova metodologia de ensino que estimulasse o raciocínio crítico e a curiosidade dos alunos conduzindo-os à investigação. Os principais pressupostos deste movimento eram a criação de um ensino público, universal, laico que buscasse igualar as oportunidades da sociedade.

³¹ Alceu Amoroso Lima nasceu no Rio de Janeiro, em 11 de dezembro de 1893. No ano de 1913, formou-se em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, atual Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Aderiu ao modernismo em 1922, sendo responsável por importantes estudos sobre os principais poetas do movimento. Tornou-se um líder da renovação católica no Brasil. Em 1932, fundou o Instituto Católico de Estudos Superiores, e, em 1937, a Universidade Santa Úrsula. Em 1941, participou da fundação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde foi docente de literatura brasileira até a aposentadoria em 1963. Foi representante brasileiro no Concílio Vaticano II e um dos fundadores do Movimento Democrata-Cristão no Brasil. Foi reitor da então Universidade do Distrito Federal, atual Universidade do Estado do Rio de Janeiro e também membro do Conselho Nacional de Educação. Faleceu na cidade de Petrópolis, em 14 de agosto de 1983.

Como pudemos observar nas argumentações da historiografia em destaque, as correntes intelectuais possuíam variadas inclinações ideológicas. As correntes do escolanovismo brasileiro, assim com as católicas partiram de suas inclinações e necessidades de grupos para proposições de soluções aos dilemas nacionais.

O principal foco das discussões destes grupos era o corpo social do país. Assim, homens, mulheres, jovens e crianças tornaram-se focos de análises; a ideia de família foi inquirida segundo sua função dentro do ideal de nação. Os espaços de atuação das famílias e de seus membros foram interpelados por razões morais, higiênicas e sociológicas.

Capítulo 2

2 - A educação moral pela cultura nacional e civilismo.

2.1 - O controle social pelas noções da moral educada

Neste capítulo buscaremos focar as discussões das teses que abordaram, durante a I Conferência Nacional de Educação, a temática da educação Moral a ser estabelecida no Brasil. Juntamente com essas discussões analisaremos como os discursos de intelectuais voltados às ciências, à pedagogia e ao Catolicismo estabeleceram um diálogo de modo a prescrever o que poderia ser definido como as bases da formação moral nacional.

Julgamos necessária essa abordagem, pois como estabelecemos no primeiro capítulo a educação no Brasil passava por um processo de reforma que pressupunha a necessidade de projetos que enfocassem a moralidade para a construção da nação. Uma vez associada aos parâmetros científicos que buscavam remodelar a nação, a educação moral era entendida como fundamental para condicionar aquilo que deveria ser o comportamento ideal do povo. Dadas as suspeitas e mesmo crenças sobre a hereditariedade dos comportamentos, era premente estabelecer, como alguns intelectuais que abordaremos nesse capítulo discutiram, os modelos de comportamentos que espelhassem a civilidade e temperança de um povo moderno.

Os atributos morais desejados relacionavam-se com as condutas sociais, cívicas e sexuais da população. Quanto às questões sexuais era preciso mudar a imagem de povo promiscuo e libidinoso e mesmo educar os hábitos de modo a construir a imagem desejada de nação. Ao longo das análises das teses sobre a educação sexual e higiênica observamos em diversos discursos o aparecimento das questões morais como decorrentes das condições social e biológica da população. As lógicas de alguns discursos, que a nosso ver, apresentaram argumentos provenientes de ampla gama de teorias médicas e psicológicas apregoavam que a degeneração dos costumes poderia ser uma mácula ao futuro nacional. Os vícios sexuais, alcoólicos assim como as práticas criminosas e outros “desvios sociais” eram tidos como imorais, sendo potenciais perigos hereditários segundo a visão de alguns dos intelectuais que apresentaremos no III capítulo. Para esses e mesmo para os autores que não acreditavam na degenerescência

hereditária se fazia necessário a reeducação dos costumes, portanto da moral da população de modo a viabilizar a regeneração da civilização brasileira.

Assim, destinamos este segundo capítulo às discussões sobre a educação moral e cívica para entendermos como se deram as principais propostas expostas na I CNE e a partir disso, no capítulo III, analisaremos como as discussões da educação sexual e outras tangenciais a essa temática partilharam das discussões das condutas morais para a nação.

Ao construirmos este capítulo, privilegiamos uma análise temática das teses de modo a observar como as opiniões dos autores foram debatidas, havendo convergências e divergências nas argumentações. Delimitamos esta abordagem em tópicos para melhor dispor os temas discutidos. No primeiro tópico intitulado “a moral nos discursos dos médicos e religioso” confrontaremos as abordagens de intelectuais de acordo com suas opiniões sobre os debates da moral estabelecida pelos parâmetros das ciências e da religião.

No segundo tópico analisaremos as discussões do tema “a cultura e o civismo para a educação moral”. Neste aporte apresentaremos o debate entre as argumentações dos autores sobre a necessidade de uma educação moral associada aos valores pátrios brasileiros. A preocupação dos conferencistas focava-se na valorização dos aspectos da cultura brasileira, do heroísmo, para dar base para aquilo que deveria ser a moral nacional.

O terceiro tópico será aquele que abrangerá alguns projetos pedagógicos para a formulação de uma educação moral, intitulado “a pedagogia para a educação moral”. O centro deste debate esteve localizado no papel das instituições familiares e escolares para a elaboração deste empreendimento, que tinha como princípio a moralização dos hábitos para a elevação da nação brasileira.

Os modelos internacionais de civilidade, de progresso, já não eram entendidos como princípios a serem seguidos, principalmente após o advento da I Guerra Mundial quando a “barbárie” da guerra tomou a Europa. Era preciso estabelecer padrões nacionais de moralidade e civilismo (SOUZA, 2006: 38). Neste sentido, como se deu o debate sobre a educação moral na I Conferência nacional de Educação? Que valores morais deveriam ser veiculados no processo educativo? Quem seriam os protagonistas desse empreendimento? Estes e outros questionamentos buscaremos elucidar ao longo deste capítulo com a análise de nossas fontes e o auxílio da bibliografia sobre o contexto que nos debruçamos.

De acordo com a análise historiográfica apresentada por Fabíola Rohden sobre as questões de gênero e especificamente sobre o tema da honra sexual no século XX, ocorreram relevantes debates durante as décadas de 1920 e 1930 sobre a importância de se modelar uma moral social que produzisse o progresso nacional. Rohden destacou que historiadores como Sueann Caulfield descreveram como o panorama social brasileiro do contexto em questão partilhou de noções como a *de honra sexual, sujeita a múltiplas definições, impregnava e muitas vezes definia a vida cotidiana da população e também os debates públicos em torno da nação brasileira e sua modernização* (ROHDEN, 2001).

As preocupações não só se estabeleceram em meio aos debates de eugenistas, pedagogos e religiosos, mas também de juristas, policiais e outros profissionais ligados a ordem e segurança pública. Como analisou Rohden da narrativa de Caulfield:

O estudo do hímen em virgens, prostitutas, mulheres casadas ocupou eminentes profissionais como Afrânio Peixoto, que publicou uma série de trabalhos sobre o assunto a partir da observação de 2.701 casos entre 1907 e 1915. Crítico severo da “himenolatria” que assolava o país, sua preocupação era dismantelar as concepções errôneas sobre a relação entre a virgindade e a morfologia do hímen, que levavam a diagnósticos falsos por parte dos legistas nos exames médicos obrigatórios e prejudicavam a ação da Justiça. Peixoto estava do lado daqueles que defendiam que a fixação dos juristas na virgindade fisiológica (baseada na integridade do hímen) em vez da virgindade moral (fundada na honestidade do comportamento) era um sintoma do atraso nacional. Estava criticando autoridades como Francisco José Viveiros de Castro e vários de seus contemporâneos, que tinham elaborado as leis brasileiras no início do período republicano. Para estes, empenhados em reforçar as tradições católicas e patriarcais, a preocupação com a virgindade e a honra sexual, ao contrário, era um indicador do progresso moral da nação (ROHDEN, 2001).

Era preciso moralizar os costumes e o caráter dos brasileiros como medida de higienismo, civismo, em suma de modernização. Os vícios, os crimes, entre outras tendências eram alvo de forte fiscalização das ciências biológicas, ciências criminais e da pedagogia que, entendiam esses e outros problemas sociais como questões também inerentes as condições biológicas de mentes e corpos, ou mesmo da hereditariedade.

A moral social preocupava todos os setores intelectuais da sociedade, tendo um longo histórico de discussões que ultrapassaram o século XIX chegando ao XX com grande vigor. A abolição da escravidão, as reformas urbanas como a de Pereira Passos³²

entre outros eventos históricos que modificaram o cotidiano de grandes contingentes populacionais evidenciavam novas configurações sócio-espaciais nas cidades e conflitos de interesses entre os vários setores da população. A suposta imoralidade das classes populares incomodava aos setores mais abastados que clamavam pela moralização dos costumes. As justificativas a comportamentos tidos como pervertidos, viciosos, criminosos e histéricos eram apresentadas nos discursos dos intelectuais como resultado das condições biológicas e deterministas de matrizes diversas.

Entre os intelectuais, as condutas dos pares passaram a ser questionadas, pois certos comportamentos compartilhados eram tomados como vícios. Como elaborou Julio Cesar Adiala (2011), entre as décadas de 1920 e 1930 foi um período em que ocorreu a criminalização dos entorpecentes. O uso de drogas como a cocaína e a morfina, utilizados, *a priori*, com fins terapêuticos e medicinais e, *a posteriori*, como substâncias de uso particular, os chamados “vícios elegantes”, passaram a ser questionados por eugenistas e profissionais da jurisprudência diante dos perigos que poderiam impor ao futuro nacional.

No entanto, os debates sobre o controle social e as direções do projeto nacional já se delimitavam no início do século XX. A reforma urbana da década de 1900 ocorrida no Rio de Janeiro, além de apresentar os claros objetivos de uma reestruturação do país em aspectos políticos e econômicos, trouxe em seu arcabouço uma série de objetivos adjacentes sobre quesitos estéticos e sociais. A população das cidades brasileiras, em sua composição étnica e cultura, foi alvo de questionamentos sobre sua viabilidade para o progresso, como já mencionamos anteriormente. A capital federal do país possuía uma estrutura urbana composta pelos desequilíbrios sociais e a falta de planejamentos arquitetônicos, legados do período Imperial, que precisavam ser resolvidos. O poder público representado, entre outros, pelo então prefeito Pereira Passos e o presidente

³¹ Francisco Pereira Passos nasceu em São João Marcos, atual município de Rio Claro, no Rio de Janeiro, em 29 de agosto de 1836. Foi engenheiro e prefeito do Distrito Federal entre 1902 e 1906. Formou-se Bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas, pela Escola Militar, o que lhe habilitava a atuar como Engenheiro civil. Entre 1857 e 1860 residiu em Paris e acompanhou a reforma urbana conduzida por Haussmann na cidade. Dedicou-se à construção e expansão da malha ferroviária brasileira, foi consultor técnico do Ministério da Agricultura e Obras Públicas etc. Durante seu mandato como prefeito do Rio de Janeiro promoveu uma grande reforma urbanística na cidade, com o objetivo de transformá-la numa capital nos moldes franceses. Faleceu no Rio de Janeiro, em 12 de março de 1913.

Rodrigues Alves³² buscavam atingir metas de reformas que atendessem aos ideais de país civilizado e moderno. Como destacou José Murilo de Carvalho,

Desmentindo o apelido de Soneca, o presidente atacou logo as obras de saneamento e de reforma urbana da cidade, como prometera no discurso de posse. Para isso conseguiu poderes quase ditatoriais para o engenheiro Pereira Passos, nomeado prefeito e para o médico Oswaldo Cruz, nomeado diretor do Serviço de Saúde Pública (CARVALHO, 1987: 93).

As reformas foram iniciadas em 1903, contratando uma série de trabalhadores para a demolição de edifícios, aberturas de avenidas entre outras reestruturações. No campo da saúde pública, brigadas sanitárias foram estabelecidas para o combate a doenças como a febre amarela e peste bubônica. Tais grupos *percorriam ruas e visitavam casas, desinfetando, limpando exigindo reformas, interditando prédios, removendo doentes. Os alvos preferidos das visitas eram, naturalmente, as áreas mais pobres e de maior densidade demográfica* (idem, 1987:94).

Como continuou Carvalho:

Tal atividade evidentemente provocou rebuliço na cidade e perturbou a vida de milhares de pessoas, em especial os proprietários das casas desapropriadas para demolição, os proprietários de casas de cômodos e cortiços anti-higiênicos, obrigados a reformá-los ou demoli-los, e os inquilinos forçados a receber os empregados da saúde pública, a sair das casas para desinfecção, ou mesmo a abandonar a habitação quando condenada à demolição. Além disso, Pereira Passos, na ânsia de fazer da cidade suja, pobre e caótica, réplica tropical de Paris reformada por Haussmann, baixaria várias posturas que também interferiram no cotidiano dos cariocas, particularmente no dos ambulantes e mendigos. Proibiu cães vadios e vacas leiteiras nas ruas; mandou recolher a asilos os mendigos; proibiu a cultura de hortas e capinzais, a criação de suínos, a venda ambulante de bilhetes de loteria. Mandou também que não se cuspissem nas ruas e dentro de veículos, que não se urinasse fora dos mictórios, que não se soltassem pipas (Idem, 1987: 95).

A arbitrariedade das medidas tomadas refletia não só a busca pelo ideal modernizador, mas também do civilizatório. As leis empregadas no período possuíam um fim reeducador, moralizante. Os cortiços e outras habitações populares foram alvos

³² Francisco de Paula Rodrigues Alves nasceu em Guaratinguetá, São Paulo, em 7 de julho de 1848. Foi um advogado, político brasileiro, Conselheiro do Império, presidente da província de São Paulo, presidente do estado, ministro da fazenda e quinto presidente do Brasil. Governou São Paulo por três mandatos: 1887 - 1888, como presidente da província, e como quinto presidente do estado de 1900 a 1902 e como nono presidente do estado de 1912 a 1916. Rodrigues Alves foi o último paulista a tomar posse como presidente do Brasil. Foi eleito duas vezes, cumpriu integralmente o primeiro mandato (1902 a 1906), mas faleceu antes de assumir o segundo mandato (que deveria se estender de 1918 a 1922). Faleceu no Rio de Janeiro, em 16 de janeiro de 1919.

da ação governamental e da reflexão dos intelectuais. Como conceber um país moderno se a nação sequer entendia o que era a modernidade? Essas e outras questões eram alguns dos pontos das discussões dos círculos científicos do período, onde ainda persistiam debates sobre a miscigenação como um guarda-chuva de diversos problemas como a ignorância, a incivilidade, estabelecidos por muitos como inerentes a raça e não ao descaso governamental.

Desde o século XIX o cotidiano das cidades era apresentado pela literatura, estabelecendo aos leitores as problemáticas sociais do país. O romance *O cortiço*, escrito por Aluísio de Azevedo³³ em 1896, apresentava aspectos sobre a convivência nas precárias ocupações populares, vistas por muitos intelectuais como antros de perversão e degeneração física e moral. Tais reflexões nos auxiliam a constatar que mesmo após o advento da república, os brasileiros dos seguimentos populares que observavam *bestializados* (Carvalho, 1987) aos acontecimentos políticos do país ainda eram analisados como seres animais por certos segmentos da elite nacional e estrangeira. Nas palavras de Roberto Ventura podemos vislumbrar alguns aspectos da obra *O Cortiço*:

Aluísio de Azevedo juntou a teoria da mestiçagem a concepções naturalistas sobre a influência do meio ambiente, derivadas do modelo de literatura experimental de Émile Zola. Em *O cortiço*, a natureza faz a mediação entre as categorias étnicas e sociais. É exemplar a transformação do imigrante português Jerônimo, que se deixa fascinar com a “refulgente luz dos trópicos”, com a “música crioula” e sobretudo com a mulata Rita Baiana: “Naquela mulata estava o grande mistério [...]: ela era a luz ardente do meio-dia”. O imigrante sucumbe à sedução da vida americana e da natureza do Brasil, e se entrega à bebida, aos prazeres e ao ócio. Rita Baiana abandona o amante brasileiro em favor de Jerônimo, pois o “sangue da mestiça”, reclama os “direitos de apuração”, “preferiu no europeu o macho de raça superior” (VENTURA, 1991: 61).

As reflexões apontadas na análise de Ventura demonstram como em meio aos discursos literários a ideia da miscigenação e da degeneração dos costumes, de acordo com noções deterministas e visões zoomórficas da população, estiveram presentes no imaginário social da virada do século. Os temores sobre a degeneração física e mental, embora modificados em relação às noções estabelecidas em fins do século XIX,

³³ Aluísio Tancredo Belo Gonçalves de Azevedo nasceu em São Luís, Maranhão, em 14 de abril de 1857. Foi um romancista, contista, cronista, diplomata, caricaturista e jornalista brasileiro. Introduziu o estilo naturalista na literatura nacional. Faleceu em Buenos Aires, em 21 de janeiro de 1913.

persistiram durante as três primeiras décadas do século XX, ressoando nos discursos de médicos, juristas e educadores.

Aqueles que acreditavam na degeneração – e em sua hereditariedade – e mesmo aqueles que refutavam tais ideias defendiam a necessidade de estabelecimento de uma educação que regenerasse a moral, principalmente das classes trabalhadoras. O sexo, as uniões, o casamento, a família precisavam ser moralizados.

Como já destacamos neste trabalho os projetos de educação sexual não podem ser pensados sem sua devida articulação com o movimento de regeneração nacional. A moral pressuposta para essa educação apresentou entre outros projetos, os ideais eugênicos que buscavam estabelecer a formação de corpos e espíritos harmônicos, sendo a escola um dos veículos para essa realização, como depreendeu Vera Regina Beltrão Marques dos discursos médicos de 1920 (1992:86). Como elaborou a autora, os educandos eram assim alvo dos projetos de melhoramento do indivíduo e da espécie, de acordo com a cultura das faculdades físicas, intelectuais e morais; e continua:

Tornava-se bastante claro aos eugenistas que o controle sobre a população deveria ocorrer em todas as esferas da vida social e o “saneamento pela educação” estendia-se sobremaneira, a se considerar que o país vivia tempos de “entusiasmo pedagógico” – expressão cunhada por Nagle – sobre o clima que se instaurava com o advento do escolanovismo. Poder-se-ia fazer da escola, portanto, centro irradiador do disciplinamento eugênico (...). E regenerar pela educação passara a ser a tônica do discurso educativo dos anos 20 que colocava a escola com seus rituais como espaço aberto para as reformas morais e intelectuais propostas pelos republicanos, os quais desde Caetano de Campos entendiam que era necessário instruir o povo para que se conquistasse a cidadania, pois somente o conhecer proporcionaria vencer e progredir, fazendo do país uma nação civilizada – princípio constituinte de todos os povos modernos, numa ótica positivista (idem, 1992: 86,87).

Marques apresenta que no discurso da Sociedade Eugênica de São Paulo, orquestrado por Olegário de Moura que exercia o cargo de vice-presidente em 1922, o progresso encontrar-se-ia anteposto pela ordem e mediado pela eugenia, entendendo que para alcançá-lo seria imprescindível enfrentar os problemas de saneamento do país, ressaltando, porém a questão da instrução como fundamental ao nacionalismo. A moral educada nas escolas erigiria o progresso de acordo com os discursos de membros de entidades e instituições como a Liga Nacionalista de São Paulo, Liga de Defesa Nacional, Liga Brasileira de Higiene Mental, Sociedade Brasileira de Higiene, Associação Brasileira de Educação entre outras (idem, 1992: 87).

Mesmo as diferenças raciais e sociais sendo percebidas como “degenerescência” ou doenças – como atestavam as teorias raciais – ou resultantes da indolência, da preguiça e mau caráter dos brasileiros – como apregoavam certas teorias culturalistas – para todas elas, entretanto, a educação seria um instrumento cívico, de constituição e conformação do sujeito nacional. É claro que a constituição desse sujeito nacional era pensada de formas distintas, dependendo de cada teoria que buscava “solucionar o problema” da diversidade nacional (idem, 1992: 88).

Sobre esse mesmo contexto, Cristiane de Oliveira Santos estabelece que o início do século XX foi marcado pela busca ininterrupta por parte dos intelectuais nacionais pela concepção da identidade nacional. Como marca da raça brasileira, muitas vezes descrita nos textos jesuíticos e registros dos primeiros viajantes, eram comuns as visões que atribuíam ao povo uma profunda hiperestesia sexual. Essa ideia atravessaria muitos documentos através dos séculos, e além dos documentos já expostos, o pensamento sobre a formação social do Brasil, a vanguarda modernista e o discurso higienista ainda traziam essa argumentação (SANTOS, 2010: 130). A visão de que os supostos excessos sexuais assombravam o futuro nacional esteve presente em narrativas de diversos autores que apontavam, segundo uma perspectiva historicista e biologizante que a moral e as tradições nacionais precisavam ser reformadas.

Como destacou C. O. Santos um dos textos que trataram do excesso sexual como marca identitária brasileira foi o livro *Retrato do Brasil*, de Caio Prado Junior publicado em 1928. De acordo com a argumentação de Prado Junior o Brasil era marcado pela tristeza, originada pelo excesso sexual e pela cobiça do ouro. Sua reconstituição da formação social brasileira destacou a tese do mau colonizador (português) e a da sua corrupção moral pelo escravo negro. Prado Junior ainda defendia o argumento, construído a partir de uma adesão que não demonstra distância crítica para suas fontes, de que vieram para o Brasil colonizar europeus – portugueses, sobretudo – “degredados” do Velho Mundo, seduzidos pela natureza paradisíaca que aqui encontravam (SANTOS apud, PRADO 2002: 42).

Os degredados europeus chegaram ao Brasil e se depararam com a tarefa de colonizar suas terras – não dispunham de gente para isso, nem mesmo de mulheres brancas. Vindos de uma cultura civilizada que reprimia seus excessos, os “maus colonizadores”, qualificados como moralmente mestiços, dariam aqui vazão “às paixões de suas almas rudes” (SANTOS, 2002: 42). O encontro da lascívia indígena com o

desregramento do colonizador produziria segundo Prado, um modo de ser do brasileiro marcado pela hibridação desses traços, depreciados no seu discurso:

A sedução da terra aliava-se no aventureiro a afoiteza da adolescência. Para homens que vinham da Europa policiada, o ardor dos temperamentos, a amoralidade dos costumes, a ausência do pudor civilizado – e toda a contínua tumescência voluptuosa da natureza virgem – eram convite a vida solta e infrene em que tudo era permitido. O indígena, por seu turno era um animal lascivo, vivendo sem nenhum constrangimento na satisfação de seus desejos carnavais. (...). Do contato dessa sensualidade com o desregramento e a dissolução do conquistador europeu surgiram as nossas primitivas raças mestiças. Terra de todos os vícios e de todos os crimes (SANTOS apud PRADO, 2002, p.38)

A visão de Prado Junior que C. O. Santos analisou pressupunha um forte determinismo biológico e climático onde esse autor ainda entenderia como fatores coadjuvantes para a formação do chamado “erotismos exagerado” do brasileiro o clima, a terra e a mulher de origem indígena ou africana. Santos ainda estabelece em sua análise do texto de Prado Junior que este autor entendia que:

A tristeza brasileira, cujo retrato ele acredita realizar com fidedignidade, adviria da preocupação com o erotismo: seria o efeito extenuante do sexo que produziria no brasileiro, junto com a frustração da ambição do ouro, que ele chegava a afirmar como um “derivativo” do apetite sexual, a tristeza que, segundo sua tese, lhe seria característica. Sua explicação seria então psicofisiológica: o excesso sexual produziria um esgotamento não apenas nas funções sensoriais e vegetativas; produziria perturbações psíquicas e somáticas, levando ao “velho colapso” dos médicos, depressão física e moral, passageira em certas condições normais, contínua no caso dos excessos repetidos. No Brasil, a tristeza sucedeu à intensa vida sexual do colono, desviada para as perversões eróticas e de um fundo acentuadamente atívico” (SANTOS apud PRADO, 2002, p. 67)

Inferindo do trabalho de Gilberto Freyre, a autora expôs que a condição climática dos trópicos foi estabelecida como problema da degeneração de forma diferente em relação a outros autores. Sem negar a relevância dessa variável para a formação social brasileira, Freyre deslocou o foco dos efeitos diretos do clima sobre a “natureza” racial dos indivíduos para os efeitos sociais perniciosos que a monocultura latifundiária teria impresso no povo brasileiro. Tanto pela sua manutenção através da escravidão, quanto pelo empobrecimento da dieta dos brasileiros, produtora de fragilidade, o regime econômico brasileiro deveria ser responsabilizado pela depauperação de sua gente, e não os efeitos disgênicos da raça, como havia sido erroneamente codificado pelos

eugenistas. Trunfo crucial para o deslocamento do argumento da degeneração racial para o neolamarckismo aplicada à realidade “racial” do país contra os eugenistas, graças à influência de Edgar Roquette-Pinto (SANTOS, 2010: 139).

De acordo com R. H. Duarte, *Roquette-Pinto certamente insistia em sua postura de crítica contra a forte corrente intelectual que apontara o mestiço como elemento imprestável, numa tradição que remontava a Louis Agassiz³⁴ para quem a mistura de raças no Brasil gerou um tipo biologicamente inferior (...)* (DUARTE, 2004: 34)

As discussões da eugenia nacional pressupunham que o saneamento e mesmo a educação eram temas a serem discutidos sobre a luz da ciência evolutiva. Além desses aspectos o civismo era preocupação dos intelectuais nacionais, pois entendiam que os brasileiros não possuíam consciência nacional e, portanto não poderiam assim valorizar o bem pátrio. Os baixos níveis de escolaridade e mesmo as ondas migratórias de estrangeiros para o país, que não buscavam integrarem-se a cultura nacional, configuravam um direcionamento adverso aos desejos das elites intelectuais empenhadas na construção do nacional.

Mesmo havendo a prevalência de certas tendências neolamarckistas, alguns intelectuais se opunham a esses argumentos que se destacavam com forte crítica as lógicas biologizantes. Estes negavam a existência de uma moral degenerada do brasileiro devido à miscigenação. Mais uma vez apoiamo-nos na argumentação de C. O. Santos que nos oferece importantes subsídios para entendermos o contexto em questão. A autora analisa que em 1929, durante o I Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado no Rio de Janeiro,

Roquette-Pinto questionou a autoridade das elites nacionais (incluindo os eugenistas) que afirmavam ser o brasileiro “moralmente degenerado” e parte para refutar o argumento eugenista de que a raça brasileira era fisicamente degenerada. A partir de análises antropométricas Roquette-Pinto afirmou que as características físicas nacionais eram de alta qualidade, descartando a degeneração. A miscigenação não teria nada de disgênico, criticando mesmo a ideia de “mistura de raças”, defendendo que a miscigenação era na verdade da ordem da combinação (tratando quimicamente), que imporia ao fruto novas características não redutíveis ao progenitor. Aos indivíduos somaticamente deficientes do Brasil atribui a falta de educação sanitária como o grande causador dos males, devido à falta de políticas nacionais que oferecessem a conscientização nesse sentido. Destacou que os problemas nacionais estavam ligados a necessidade de educação e não de substituição dos indivíduos (SANTOS, 2010: 139).

³⁴ Jean Louis Rodolphe Agassiz nasceu em Môtier, Suíça, em 28 de maio de 1807. Foi um naturalista que trabalhou nos campos da zoologia, paleontologia e da geologia. Iniciou seus estudos de história natural ainda no ginásio e, em 1829, doutorou-se em filosofia em Erlangen e, no ano seguinte, em medicina, na Universidade de Munique. Faleceu em Cambridge, em 12 de dezembro de 1873.

Sobre o mesmo debate R. H. Duarte afirmou:

Na acirrada polêmica em curso nos anos 1910 e 1920, muitos apontavam a população brasileira como irremediavelmente condenada, aberração conseqüente da mistura racial, como Nina Rodrigues. Outros construíam modelos de controle eugênico da população para seu aperfeiçoamento, como Renato Kehl e Miguel Couto. O 1º Congresso Brasileiro de Eugenia foi palco do enfrentamento entre o grupo liderado por Kehl e o de Roquette-Pinto, que, em uma abordagem antropológica cultural, opunha-se à tese da influência do ambiente sobre a hereditariedade, negava as teorias da existência de raças inferiores e afirmava que o problema nacional não era transformar os mestiços em brancos, nem substituir os homens, mas educar todos, claros, pardos e escuros (DUARTE, 2004: 35)

Como depreendemos das análises de Santos e Duarte, os intelectuais brasileiros dos diversos ramos dialogaram para definir quais os valores nacionais seriam a base de nossa civilização. As diversas lógicas discursivas também se confrontaram em meio aos debates da moralidade apresentando seus pareceres. Os diversos discursos médicos, de adeptos do catolicismo e da pedagogia demonstraram seus posicionamentos, afirmando a necessidade da moralização dos hábitos para o bem físico, mental e intelectual da população do país, inculcando os valores produtivos do trabalho e o civismo.

Neste sentido Marques estabeleceu:

Mas, como educar, moralmente, disciplinando para o trabalho? Teses de educação e higiene apresentadas em faculdades, congressos e conferencias discutiam amplamente a simbiose entre higiene e educação moral. Segundo Almeida Junior, a “educação higienica se aproxima da educação moral: tem que iniciar-se dogmática. O alunno se fiaria na sciencia do mestre. Explique a este só o que puder ser comprehendido, mas não adie os hábitos e conselhos cujos fundamentos estejam acima da intelligencia infantil. Quando for possível virá à razão de ser. E si não vier, ficarão, em todo o caso, os hábitos. E os hábitos são quase tudo” (MARQUES apud ALMEIDA, 1922:48)

Apresentaremos somente os pontos discutidos nas teses que interessam a averiguação de nossas hipóteses, observando suas peculiaridades, consensos e dissensos. Como já afirmamos, as três primeiras décadas do século XX se constituíram como momento histórico de afirmação de saberes e buscas por autoridade sócio-profissional de diversas áreas de atuação.

2.2 - A moral nos discursos dos médicos e dos religiosos

De acordo com o que definiu o médico e sexólogo José de Albuquerque³⁵ a moral sexual baseada em qualquer fundamento que não a razão científica deveria ser considerada falsa. Tais conceitos de moral sexual que chegaram até a contemporaneidade seriam resultado da evolução dos costumes de suas épocas. Essa evolução culminaria na moral sexual científica que substituiria todas as demais baseadas em tradições e costumes (ALBUQUERQUE, 1930: 77). Estes eram os pareceres do médico que teleologicamente entendia que as demandas educativas atendiam a necessidades históricas da evolução dos conhecimentos. Para Albuquerque a lógica dos discursos das religiões não poderia ser considerada como algo errado, mas sim ultrapassado.

Diante de argumentações como a do médico José de Albuquerque, os membros da Igreja Católica buscavam revisitar sua montagem discursiva sobre o tema. Os dogmas que regulavam a moralidade sexual cristã estavam sendo fragilizados pelo discurso biologizante do sexo. Como destacou Luciano Rodriguez dos Santos, se na transição do século XIX para o XX as instituições católicas possuíam um discurso salvacionista diante da moral cristã e diante do “controle” das ações que pudessem desvirtuar essa moral, tal como o pensamento médico-higienista (SANTOS, 2010: 7), na década de 1920 estes valores passaram a ser revistos pela Igreja.

A partir da análise de Cristiane de Oliveira Santos, sobre o livro do padre Álvaro Negromonte, intitulado Educação sexual para pais e educadores, publicado em 1939, podemos encontrar os vestígios da visão católica com a qual se confrontava o projeto higienista de educação sexual. Submetido ao crivo da hierarquia eclesiástica, propunha-se uma revisão da “pedagogia do silêncio” praticada quando o assunto era a moral sexual (SANTOS, 2010: 156).

³⁵ José Oliveira Pereira de Albuquerque nasceu no Rio de Janeiro, em 28 de maio de 1905. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, em 1924. Ao longo dos anos 30 foi reconhecido por sua luta em favor da educação sexual e da institucionalização da andrologia. Para conduzir um programa de educação sexual entre os brasileiros fundou, em 1933, o Círculo Brasileiro de Educação Sexual, no Rio de Janeiro, que contava com um museu, um posto de aconselhamento, uma pinacoteca, um centro de estudos em andrologia e dois periódicos especializados: o *Jornal de Andrologia* (1932-1938) e o *Boletim de Educação Sexual* (1933-1939). Entre 1936 e 1938, foi professor da cátedra de Clínica Andrológica. Em 1937, foi eleito deputado federal. Manteve um consultório especializado em tratamento de impotência e lançou no mercado um medicamento denominado venereol, um preventivo para doenças venéreas, cuja fórmula ele elaborou. Faleceu no Rio de Janeiro, em 9 de janeiro de 1984.

Negromonte afirmava que o sexo não era uma necessidade, mas uma “força de atração” orientada para fins divinos. O sacerdote buscava assim restituir ao instinto sexual a sua magnitude, depreciada pela Igreja a partir da noção de pecado, para promover uma mudança significativa em relação à pedagogia sexual. A “pedagogia do silêncio” passava a ser criticada em nome da superação da assintonia da Igreja em face das exigências do seu tempo, por um lado, mas por outro, por uma espécie de solidariedade involuntária ao discurso médico, no que dizia respeito à importância que o sexo assumia no agenciamento dos indivíduos e dos grupos sociais.

Argumentando que o sexo não era uma necessidade, a Igreja se punha em tensão contra o que se chamava de “moral sexual natural” defensora da supremacia do instinto sobre a conduta humana. Neste bloco entrariam tanto os higienistas (que pressupunham o sexo como questão de saúde pública), quanto os pansexualistas (“teóricos dos vícios sexuais”), ou mesmo, simplesmente, aqueles que cultuavam o erotismo como grande força da natureza e ao qual o homem estaria atavicamente submetido. Esta ameaça naturalista era combatida, posto que ia de encontro com os dogmas religiosos fundamentais para a manutenção da supremacia católica: a castidade, a monogamia, a indissolubilidade do matrimônio, a finalidade estritamente reprodutiva da experiência sexual. Desta forma, tal moral representaria um “sentido errôneo” para a educação sexual, não só no valor semântico, mas no seu vetor prescritivo.

A Igreja passava a reconhecer que a pedagogia do silêncio apresentava alguns inconvenientes: a iniciação clandestina acerca dos enigmas sexuais. O silêncio sobre o tema instigava a curiosidade e o desejo pela prática sexual (Idem, 2010, 157).

Essas posições de Álvaro Negromonte despontam novas tendências entre a relação de religiosos católicos e cientistas higienistas. De acordo com o pesquisador Luciano Rodrigues dos Santos, o discurso regulador católico sobre a prática sexual serviu bem aos interesses higienistas que buscavam tolher o comportamento libidinoso do sexo livre. O matrimônio pregado pelo catolicismo conformava os interesses higienistas de sanear as práticas sociais; outros modelos estabelecidos como “morais” pelo catolicismo associavam-se ao que os higienistas chamavam de “normal” e “higiênico”, categorizando, regulando a conduta social daqueles tidos como desviantes (SANTOS, 2010, 8-9).

Este relativo consenso, a trégua entre os discursos católicos e os discursos dos higienistas, teria encontrado dificuldades em sua manutenção durante a I CNE. Como elaborou L. R. Santos, as teses de conferencistas como Celina Padilha³⁶ que defenderam

³⁶ As informações disponíveis sobre esta conferencista do I CNE descrevem somente que Celina Padilha era uma professora.

a educação sexual em escolas laicas foram alvo de polêmicas principalmente para o quorum defensor da educação sexual religiosa. Para estes segmentos a educação sexual não poderia ser ministrada sem a educação moral a ser estabelecida pelos valores familiares (Idem, 2010, 13).

As argumentações demonstradas apresentam o vigor que as discussões sobre os temas da sexualidade, tradições e costumes adquiriram nas primeiras décadas do século XX. Posicionamentos como este iremos analisar no próximo capítulo desta dissertação, no entanto, ao pensarmos a formação de uma moral sexual não poderíamos deixar de analisar o que se configurava como a educação moral para os intelectuais do período que estabeleciam que a moral era a formadora do caráter de um povo. Os discursos de instituições voltados ao ensino como a ABE e aquelas voltadas as biociências como a sociedade Eugênica de São Paulo apontavam para a necessidade de implementar a educação moral e a disciplina para o trabalho como pressupostos indispensáveis para a alcançar a civilização (MARQUES, 1992: 91).

Para a formação de uma nação moderna aos olhares dos intelectuais do período era preciso estabelecer normas de conduta para homens, mulheres e crianças de todas as classes sociais e dos chamados grupos raciais. Estas construções buscavam perpetuar alguns valores tidos como tradicionais sendo esta postura um dos principais motivos de embates dos diversos grupos. As questões de gênero estiveram diretamente ligadas a estas discussões, onde o papel das mulheres foi problematizado de diversas maneiras nos âmbitos doméstico, escolar e profissional.

Autores como Michelle Pereira da Silva Rossi e Geraldo Inácio Filho apresentam que:

Com o intuito de combater o analfabetismo e capacitar pessoas para o trabalho industrializado, voltaram-se os olhos para a propagação da educação popular e profissional. Foram os primeiros movimentos voltados para a educação no Brasil. Por conseguinte, a preocupação pela formação da mulher tomou rumos diferentes nos últimos anos da Primeira República. A mulher, considerada professora natural de seus filhos, deveria estar preparada para educar e preparar o novo homem (ROSSI, INÁCIO FILHO, 2006: 2).

A moral que era estabelecida nos lares e escolas era aquela que atribuía ao homem o papel de destaque na sociedade. Os homens precisavam estar aptos ao convívio social, defendendo os valores pátrios do trabalho, do bom caráter, protegendo o lar, a esposa e a prole. Já para as mulheres concordamos com os apontamentos de Rossi e Inácio Filho que estabeleceram:

Percebemos que nesse período, toda a educação informal dada à mulher, tinha o propósito de convencê-la do seu dever de participar da sociedade como alguém submissa ao pai, ou ao marido, obedecendo-os e respeitando-os. Como também, conformá-la à imagem idealizada pelo ideário dominante. Ela mesma seria incapaz de ter o domínio ou direção de sua própria vida.

Deste modo, a Igreja ensinava que a mulher deveria aceitar a natureza dada por Deus (a imagem de pureza, submissão e o exercício das atividades naturais como, cuidar da casa, do marido e dos filhos, bordar, costurar...) e, se a mulher se voltasse contra esta natureza, ela seria considerada rebelde em relação aos princípios “celestiais”, portanto exposta como contestadora de tais ensinamentos doutrinários. Percebemos, desta maneira, qualidades peculiares entre Igreja e os positivistas: ambos vêem a mulher de uma forma preconceituosa, inferior ao homem em direitos e conhecimentos (Idem, 2006: 2).

Os desvios, tanto de homens e mulheres, eram considerados imorais, sendo condenados pelos diversos setores sociais mesmo havendo notáveis diferenças entre a maneira de educação dada aos mais abastados e aos mais pobres.

A virgindade pré-nupcial, a retidão de caráter, a fidelidade, eram alguns dos pressupostos estabelecidos pelos modelos de educação moral, formais e informais, que buscavam por meio da ciência, da religiosidade, da justiça e da pedagogia viabilizar os ideais de homem, mulher e criança da nação.

Mediante as teses sobre a educação moral presentes no evento que analisamos a primeira das argumentações que gostaríamos de discutir é aquelas dos representantes da educação religiosa. Os discursos desses conferencistas inferiram sobre a necessidade de estabelecer um modelo de moralidade que seguisse os preceitos religiosos, sendo esses fundamentais para a formação do caráter. A moralização do comportamento da população seria a base das inovações sociais que eram almejadas.

A tese nº 69 apresentada pelo médico Roberto de Almeida Cunha, especialista em histologia e anatomia patológica, intitulada *A unidade Nacional pela cultura moral: A educação religiosa como melhor meio de nacionalizar a infância*, apresentou um dos exemplos de posicionamento religioso e cívico para a constituição da moral nacional. O representante da Faculdade de Medicina da Universidade de Belo Horizonte afirmou na tese que o caráter constituía

(...) Parcelas perfeitamente analisáveis, entre os quais avultam: a hereditariedade, o temperamento moral, a saúde ou o temperamento físico, o meio, a educação. É claro não podemos sobre as primeiras, rigorosamente atreladas ao destino de cada um.

O meio só lentamente poderemos influenciá-lo e, ainda assim, depende do aperfeiçoamento da unidade humana que o faz, que o compõe (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org., 1997, 407).

O parecer de Cunha demonstrou um posicionamento sobre a formação de uma moral nacional calcada nos preceitos religiosos e não em uma moral da ciência como o exposto por médicos como o já apresentado José de Albuquerque.

A educação de acordo com Cunha seria, por conseguinte, no caráter, o que se poderia livremente fazer, manipular. Na relação entre a educação e o caráter, poder-se-ia buscar a homogeneização da sociedade brasileira. Para a educação moral seria necessária a colaboração da família, sobre a qual só se poderia investir de forma lenta e indireta. A essa colaboração se associariam três aspectos: o auxílio literário e cívico, concernentes a educação escolar primária e a por fim a contribuição espiritual (Idem, 1997: 407).

Cunha estabeleceu que a curiosidade a respeito das coisas sobrenaturais não poderia ser adormecida no espírito infantil, pesando aí a hereditariedade e o meio sobre a vida das crianças. Destacou ainda que o culto a Deus seria inerente a história do gênero humano, presente em todas as épocas (Idem, 1997: 407). A passagem em questão nos oferece um exemplo de como havia um raciocínio que levava em consideração a hereditariedade no que tangia os assuntos relativos à educação moral. Para alguns homens da ciência, como já abordado, pairava o temor sobre possibilidade de a degeneração dos hábitos e tradições pesar sobre a hereditariedade.

O médico contemporâneo a I CNE, José de Albuquerque estabelecia que a verdadeira moral sexual deveria buscar seus fundamentos na ciência positiva erguendo um edifício sólido, e neste sentido se diferenciar da ciência dos metafísicos (ALBUQUERQUE, 1930: 78-82). Albuquerque em suas análises, na obra *Moral Sexual* (1930), ainda apresentou uma série de apontamentos sobre diversas religiões como o Islamismo, o Catolicismo, o Budismo. Nestes apontamentos questionou determinadas práticas como a do celibato, a do incesto, a da poligamia e outras manifestações registradas nos respectivos livros religiosos dessas crenças, em cuja moral estabelecida seria duvidosa de acordo com os preceitos da ciência biológica e higiênica.

As argumentações dos dois médicos ressaltam diferentes maneiras de se estabelecer a educação moral. Mesmo focado na temática da educação sexual, os apontamentos de Albuquerque demonstram a inclinação ao estabelecimento de uma moral calcada nos

parâmetros da ciência, enquanto Cunha revela seu apreço pela educação moral voltada aos preceitos religiosos.

Outro destaque que gostaríamos de atribuir à argumentação dos autores em questão é a ideia presente em seus discursos da necessidade de estabelecimento de uma moral seja ela científica ou religiosa para o bem cívico da nação.

Cunha enalteceu as religiões por seu aspecto unificador dos diversos povos, citando exemplos de países como a China e a Índia, que mesmo sofrendo com a dominação estrangeira se mantiveram sem fragmentação graças à religiosidade de seus povos.

Nesta chave de raciocínio criticou a laicização do ensino primário que seria uma maneira de conduzir as crianças para o dispersivo e desnacionalizante indiferentismo religioso.

Cunha atribuiu à educação moral religiosa a mesma importância dada ao ensino superior e ao secundário, professando a importância da gestão governamental sobre esses aspectos educativos. Descrevendo que:

Não é possível exagerar com pessimismo a responsabilidade que fica ao Estado de um tal procedimento. Nenhum legislador moderno contesta que cabe ao Estado a educação de seu povo, mormente na infância, quando se anula a capacidade aquisitiva individual. Compreender-se-ia dificilmente, é verdade, mas poder-se-ia desculpar um governo que negasse escolas superiores ao povo, deixando-lhe a criação à iniciativa privada? Suponho que, mesmo no Brasil, há adeptos de uma tal doutrina. Mesmo passível de indulgência seria por certo o governo que não provesse ao ensino secundário. Ainda aqui, no entanto, interviria, quiçá, o fator da inclinação individual e do alvedrio pessoal de cada adolescente. Não me consta, porém, tenha sido cogitada sequer a atitude de assembléia governativa que deixasse de mão, ao alvitre de pais proletários, a educação da infância.

É crime por demais nefando para que imputasse mesmo em hipótese a qualquer dirigente de nação, semicivilizada que fosse.

(...) Como formar-se uma inteligência negando alimento ao principal de seus mananciais? A vida interior da criança é precisamente a que entra em maior porcentagem na amálgama que lhe faz o caráter. Das cogitações a sós, na intimidade do próprio eu, o infante faz os nove décimos do acervo heterogêneo de seu espírito. Faz-se mister cogitem os responsáveis por sua formação em orientá-lo. E como pensar em fazê-lo se o governo exige que não se toque ao menos no assunto religião? Haverá educação moral sem religião? Não encontraremos esta afirmativa baseada em fatos historicamente incontestes, O inverso é o que deles se salienta. Assim sendo, a premissa se impõe: ao Estado cabe a educação da infância; da educação é parte primordial o sentimento religioso (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org., 1997, 408).

Já o médico José de Albuquerque em seu texto intitulado: *O perigo venéreo na paz, na guerra e no pós guerra: utilidade da educação e profilaxia antivenéreas nas classes armadas e suas vantagens* (1941) apresentou a importância dos cuidados com a higiene e com a moral com base na ciência em meio a ação militar. No prefácio dessa obra, José de Albuquerque expõe seu apreço às forças armadas brasileiras, denotando um forte

apelo nacionalista. Além de reservar algumas páginas à escrita do General Doutor J. A. de Souza Ferreira, chefe do corpo de saúde do Exército, que teceu elogios ao trabalho do médico e exaltou a importância da educação sexual, Albuquerque destacou que:

Em tempos de guerra, todos têm deveres a cumprir; os que estão na vanguarda, como os que se encontram na retaguarda; pois, a obrigação, tanto daqueles como destes, é auxiliar a vitória.

Dos esforços da retaguarda dependem os sucessos da vanguarda e foi com os olhos postos naqueles que dentro em breve seguirão para o front, que deliberei escrever este trabalho, inspirado nas judiciosas palavras do General Mascarenhas de Moraes, chefe do Corpo Expedicionário Brasileiro, que vai levar o contingente de nossa pátria à vitória das Nações Unidas: “todo o esforço que ela seja, só poderá ser coroado de êxito se a retaguarda, a Nação em peso, esforçar-se, trabalhar, com denodo e patriotismo, com o espírito, com a inteligência e com o coração, para a vitória da causa comum”.

Nos campos, nas fábricas, nas oficinas, nos ateliers, nos escritórios das grandes organizações comerciais, nas famílias, em toda parte, homens e mulheres devem envidar esforços no sentido de auxiliar, na medida de suas forças, o poder público, no afã de colaborarem todos para a Vitória.

Os intelectuais têm sobre os demais uma responsabilidade redobrada, porque, além de pensar nos problemas propriamente da guerra, para que este não surpreenda o país desarmado para enfrentá-las, pois se as nações se armam para a guerra, necessário é também que se aprestem para enfrentar as vicissitudes que ao após-guerra lhes estão reservadas.

Este é o motivo pelo qual dediquei um capítulo especial as doenças venéreas no após-guerra, visto que seu índice nosológico aumenta neste período, conforme a experiência que neste particular, outras guerras, como ainda a de 1914-1918, nos tem trazido.

Problema de todas as épocas e de todos os tempos, do período de guerra e do período de paz, não poderíamos ainda silenciar sobre as medidas que devem ser tomadas na paz e, por isso, ao abordar o sempre palpitante tema, do perigo venéreo, também a ele dedicamos um capítulo em que as nações têm suas armas de guerra ensarilhadas, mas, no qual, nem por isso podem descansar as de que se servem esses outros combatentes pacíficos, que são os que movem guerra de morte aos flagelos sociais em cujo rol as doenças venéreas se acham enquadradas. (ALBUQUERQUE, 1941, p. 11-12)

Destas palavras de Albuquerque depreendemos claro apelo nacionalista, que se direciona a pensar o papel de militares e civis quanto à proteção do nacional. Enquanto os militares na vanguarda lutavam pelo bem da nação brasileira, a população civil, em especial os intelectuais na retaguarda cuidavam da proteção do povo por meio de sua ciência e divulgação da educação.

As argumentações de Cunha e Albuquerque enalteciam a necessidade de se estabelecer os cuidados morais para o bem cívico da pátria mediante ação dos governos e forças armadas.

Outra abordagem que gostaríamos de destacar, inerente as discussões da moral permeadas pelos parâmetros da ciência, é a de Maria Luisa da Motta Cunha Freire. A tese nº 70 intitulada: *Sobre a necessidade de prestar atenção, na escola, à educação do*

caráter, assim como ao cultivo da personalidade da criança estabeleceu uma visão biologizante da formação do caráter dos indivíduos além de aspectos referentes à importância da educação moral por meio da instrução religiosa.

Freire iniciou sua abordagem destacando o que compreendia como conjunto complexo de tendências e inclinações inatas – patrimônio em grande parte legado dos antepassados – e descreveu que esse seria o constituinte de nosso “caráter psicológico”. Ao afirmar que esse caráter denominado de “temperamento individual” era proveniente de uma herança ancestral, identificamos que a autora se filia às abordagens biologicistas (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org., 1997, 410).

A autora descreveu as discussões filosóficas da existência de um “caráter adquirido”, ou seja, formado conscientemente debaixo de um influxo mais ou menos poderoso da vontade, sobre as bases das predisposições herdadas. Esse caráter seria a força de síntese de toda a personalidade psicológica e moral, representante da unidade e clareza. Só a partir do caráter as pessoas poderiam converter em ação aquilo que se previamente elaboraria pela reflexão e pelo sentimento (Idem, 1997, 410).

Expôs que o estudo do caráter estaria em indiferença para a maioria daqueles que se preocupariam com o aperfeiçoamento, estando a pesquisa científica ou estudos de pretensões estéticas em primeiro lugar. Para Freire a busca pela verdade, o culto à beleza e às noções mais rudimentares sobre o caráter eram indissociáveis.

Destacou que a História Universal traria seu testemunho de como, através dos séculos, o progresso moral da humanidade ficou aquém das conquistas no domínio da ciência.

A cultura da inteligência – talvez pelo fato de produzir na criança resultados mais prontos, revestidos quase sempre de brilho ilusório ou real – presta-se mais para seduzir os espíritos superficiais de gerações inteiras, que lhe vão subordinando cegamente a formação do caráter.

Esta missão – não obstante a forma de dever categórico que lhe têm conferido quase todas as religiões existentes – não tem cessado de ser desprezada por pais indignos e professores ineptos e, de maneira geral, por muitos sistemas condenáveis de pedagogia, ainda hoje em vigor (Idem, 1997, 410).

Para Freire o cerne dos problemas da educação moral e a ausência de soluções para as “tendências naturais” do comportamento humano, estavam na maneira como o ensino nacional estava organizado. O discurso de Freire denunciava o que a autora chamou de mecanização do ensino. Os progressos nos campos das artes e demais saberes, de grande elasticidade, estariam proporcionando o mal de um grande acúmulo de matérias escolares para os jovens. Esse excesso de saberes estaria afastando a juventude da

moralidade do espírito. As especializações como a científica, a literária, a artística, a industrial e a esportiva seriam exemplos de saberes que colaborariam para a crise do caráter.

O espaço familiar e o escolar seriam decisivos para decidir a crise do caráter que ameaçaria o futuro dos jovens do país; ora a falência de um, ora de outro causaria danos naquilo que seria de maior importância: o caráter dos jovens. A solução apontada pela autora seria a cooperação de pais e professores, para o enobrecimento do caráter infantil.

Freire estabelece que:

A família que abriga a criança até o momento em que começa a sua instrução pela escola, que lhe conhece mais do que ninguém os defeitos atávicos, tem que dar a mão ao professor, sem o que a obra deste será necessariamente incompleta. A obrigação do pedagogo deve repousar sobre um conhecimento aprofundado da natureza humana – única base científica para a educação moral. Cabe-lhe a tarefa de estudar com interesse e compreensão a atmosfera especial onde vive cada aluno, as boas ou perniciosas influências que o circundam, para entrar mais esclarecido em plena atividade, confiante na perfectibilidade moral do homem. Tirar desta o maior partido possível é o fim sublime da educação (Idem, 1997, 411).

As funções de pais e principalmente a dos professores foram problematizadas por Freire discernindo como deveriam exercer a docência diante dos problemas apontados, como o enfrentamento dos problemas atávicos, ou seja, hereditários. A narrativa de Freire estabelecia que a docência, enquanto formadora do caráter, era aquela que era exercida por vocação, sabendo distinguir as diferenças existentes no caráter individual dos alunos.

Como descreveu: *Os sacrifícios do magistério, como os da medicina, iriam seguindo seu curso, deixando em inconcebível indiferença o mundo, espectador ignaro ou, por outro, igualmente pervertido* (Idem, 1997, 412).

Para a autora havia a necessidade de conscientizar os professores a respeito da individualidade dos alunos, e a maneira ativa como esses poderiam participar das aulas. A educação deveria se ocupar de maneiras de instruir que valorizassem as capacidades dos jovens não apenas de aprender, mas também de criar, enaltecendo a organização e a responsabilidade a ser cultivada em cada um. O raciocínio da conferencista reflete uma abordagem psicológica do trato com os alunos, característica comum àqueles que professavam as novas tendências da educação aliadas aos discursos médicos.

No que tange aos membros da ABE é importante destacarmos que tal movimento, principalmente no contexto da década de 1920, possuiu forte otimismo enquanto manifestação educacional reformadora. A escola como formadora de cidadãos passava a ter o papel de reconhecer e trabalhar a individualidade dos alunos, cultivando aquilo que conferencistas da I CNE como Lindolpho Xavier propuseram em seus discursos. Como salientou Xavier, a escola tinha como funções “desenvolver a fraternidade e o altruísmos. Fazer o homem sinérgico, mais simpático, mais republicano, mais religioso” (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org., 1997, 68). O estabelecimento dessas características possibilitaria o desenvolvimento de cidadãos com corpos e mentes equilibrados, trabalhados de acordo com a moralidade apregoada pelos diversos discursos dos conferencistas.

Retomando a narrativa de Freire, a autora atribuiu ao exercício docente o trabalho de “pastor de almas”, que deveria orientar tudo aquilo necessário ou não a atenção infantil. Problemas como o da mentira infantil, em casos que não fossem ligados a taras hereditárias, deveriam ser tratados como um problema de moralidade a ser corrigido, por meio do incentivo a honestidade e a simpatia (Idem, 1997, 413).

Os males do caráter de acordo com Freire poderiam ser adquiridos através da má educação ou mesmo serem tendências hereditárias (naturais). O combate a essas tendências se encontraria em uma educação que valorizasse a iniciativa individual de cada aluno, alertando para a necessidade do cumprimento dos deveres e demais responsabilidades. No entanto a autora destacou que no curso dessas considerações naturais sobre as influências manifestas da escola na vida do homem, houve a intenção de evitar a questão delicada das reações recíprocas entre moral e religião. Para ela, o ensino de religião só poderia trazer benefícios à educação infantil, uma vez que poderia inculcar às noções de segurança inerentes a fé na divindade. (Idem, 1997, 414-415).

Além dos aspectos já analisados sobre a tese de Freire, destacamos como esse trabalho se opunha a outras abordagens que viam na ilustração artística, literária e científica maneiras de educar a moral dos alunos de formas mais pragmáticas. O excesso de saberes seria capaz de perverter as mentes e desviá-las das principais virtudes entendidas pela autora como as virtudes morais.

Nas conclusões a autora endossa a opinião sobre a possibilidade de desvios de moral inerentes a má educação doméstica e mesmo de origem biológica:

Se, por um lado, a escola necessita absolutamente da colaboração da família na sua dupla missão de instruir e de educar, tem ela, por sua vez, o estrito dever de promover a valorização do indivíduo, proporcionando-lhe todas as garantias naturais e sobrenaturais suscetíveis de armá-lo para a vida prática como para todo conflito interior. Corrigindo, na medida do possível, as falhas vindas da natureza ou de certos ambientes domésticos, ela não deve esquecer que “o mestre que só transmite conhecimentos não passa de um simples operário; aquele, porém, que modela o caráter é um artista, e isto na mais verdadeira extensão da palavra... (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org., 1997, 415).

Nos apontamentos de Freire além da postura contrária aos chamados excessos educativos há ainda o já mencionado argumento sobre a necessidade de educação moral que viabilizasse a recuperação do caráter mesmo diante da herança biológica. Este aspecto nos leva ao entendimento que Freire denota forte crença no papel transformador da educação, que seria capaz até de corrigir problemas de ordem biológica dos indivíduos.

A seguinte tese que gostaríamos de analisar é a da conferencista do Rio de Janeiro, Rachel Prado que nos serve como importante exemplo sobre a educação da moral e as teorias científicas sobre a hereditariedade. A tese de nº: 11 intitulada: *A Educação do Futuro* apresentou uma crítica contra “as concepções de alguns pedagogos que se baseavam nas teorias de Wallace e Darwin, julgando que as faculdades mentais da criança eram transmitidas por seus ascendentes”. A autora analisou que isso se constituía como algo falso, e tais concepções já iam caindo em desuso nos domínios da ciência moderna (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org., 1997, 103).

Como destacou “o indivíduo pode ser uma resultante do meio sob o aspecto social, mas nunca um herdeiro intelectual por atávica” (por lei genética). Apoiando-se em métodos modernos da pedagogia, Prado descreveu que no campo da educação de anormais e retardados houve maiores sucessos em seu tempo. Esse tipo de educação, se antes parecia um terreno infértil, com as novas concepções desvendavam-se de maneiras mais progressivas. A ênfase foi dada a uma educação individualizada que privilegiasse as peculiaridades intelectuais de cada aluno.

As análises estabelecidas por Prado demonstram como o debate sobre as “heranças genéticas” faziam parte do contexto das discussões intelectuais nacionais. Prado expôs que aliada às novas concepções educacionais, o trato complacente e carinhoso se fazia como fundamental para a educação moderna. No futuro como destacou, “o professor será um psicólogo sutil, desenvolverá essa faculdade para fixá-la nos recessos íntimos dos seus educandos” (Idem, 1997, 104).

Além da crítica estabelecida, a autora apresentou que os novos modelos educacionais buscariam uma instrução que além de individualizada, primaria pela educação moral por meio de elos fraternais entre professores e alunos. As punições, premiações e outros mecanismos, tidos como retrógrados para a obtenção de resultados educativos, não mais seriam utilizados uma vez que a educação a ser estabelecida não deveria estimular nenhum tipo de competição entre os alunos. Como analisou:

Desde os primeiros surtos da inteligência, a criança deverá compreender que o dever é que forma o caráter e que no cumprimento dele é que se atinge a perfeição moral, que é o mais belo prêmio a que deve aspirar o homem. As competições deverão desaparecer. Todos deverão se esforçar por ser inteligentes, justos e dignos (Idem, 1997, 105).

A busca por modelos moralizantes de educação foi estabelecida de maneira presente na argumentação de Prado. Essa autora analisou que a educação deveria se constituir de maneira a suprimir qualquer manifestação de preconceito ou mesmo desigualdade entre os alunos. Para tal realização, regras de conduta dos professores, vestuário escolar e mesmo práticas esportivas deveriam espelhar o respeito, a moral e o civismo. Fazia-se necessário, para Prado e aos demais conferencistas, interpelar o papel de cada um dos atores sociais inseridos nos processos educacionais. Assim como nas teses referentes à educação higiênica e suas derivações que apresentaremos no próximo capítulo, as buscas pela integração entre os espaços domésticos e escolares se apresentaram na argumentação da autora.

Outro aspecto da argumentação de Prado se refere às distintas faixas etárias da educação moral. A autora apresentou que “A criança é plástica no seu mental e impressionável no seu moral até os 15 anos” (Idem, 1997, 106). A partir da adolescência a necessidade de vigilância seria maior devido ao período de formação de ideias e a força das emoções. Nesse período seria o momento de despertar o sentimento pátrio com lições comoventes de civismo, por meio dos exemplos dos vultos nacionais das artes, da guerra e das ciências. Outro aspecto seria a necessidade de despertar as vocações particulares de cada um.

O tema do patriotismo foi abordado como outro aspecto importante da educação do futuro. A autora descreveu que “a alma é um reflexo da divindade, o patriotismo é o meio mais belo para desenvolver a sua consciência emocional” de modo a enaltecer o patriotismo do brasileiro. Condenou a visão daqueles que achavam que devido a pluralidade racial existente no país não haveria aqui o ardor cívico.

O amor a pátria, instruído nas escolas despertaria nas crianças o desejo de instrução científica para, cada vez mais, conhecer o país. Na conclusão apontou a necessidade de uma educação que tanto nos aspectos físicos e mentais fosse capaz de produzir o modelo grego do Adônis, com sua perfeição plástica e elegância de atitudes. A finalidade filosófica da escola estaria ligada a criação de um tipo ideal de homem para a família, a Pátria e a humanidade. Apontamentos esses semelhantes aos ideais apregoados pelos modelos eugênicos de educação. Controlar as mentes e os corpos para moralizar e, portanto, aprimorar a nação.

Como depreendemos as teses de Freire e Prado apresentaram lógicas distintas sobre a relação natureza e cultura nos processos de educação da moral. Os aspectos comuns as abordagens destacam a importância de novas orientações nos processos pedagógicos, inclusive apontando para determinada necessidade de remodelar o papel dos professores para a educação escolar. A idealização do papel do professor enquanto membro quase familiar refletia uma busca de integração entre espaço escolar e doméstico característico das perspectivas educacionais do período.

A tese que selecionamos para finalizar a discussão entre os parâmetros da ciência e da religião enquanto moralizadora é a de nº 86, intitulada *A unidade da pátria pela cultura moral* apresentada por Antonio V. C. Cavalcante de Albuquerque, representante da ABE. O autor iniciou sua abordagem destacando como o sentimento pátrio era associado a relações íntimas entre as noções materiais referentes à terra ou país habitado, por um mesmo povo de língua comum e as noções morais espirituais que se prenderiam à sua história e religião, às suas leis e tradições, a seus usos e costumes.

Para tal discernimento Antônio Albuquerque destacou que cientificamente essas relações de intimidade dependeriam de características da situação geográfica, tornando-se uma questão de Antropogeografia. As questões geográficas trabalhando o homem e vice-versa. Cada nação possuiria esse sistema, que se processaria sem universalismo (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org., 1997, 528).

O autor dividiu sua tese em ramos de análise, onde sobre o primeiro, o ramo científico-filosófico, teceu uma crítica à lógica moderna que deu origem ao que chamou de “bolchevismo”. Segundo destacou, nesse ramo haveria o universalismo que determinava a inexistência de Deus e do espírito humano. Antonio Albuquerque afirmou que essa noção científico-filosófica era errônea, pois fadava o destino dos homens ao nada, mesmo medido pela técnica científica.

Em sua defesa sobre a moral distinguiu dois aspectos: primeiro, que um código moral não se poderia improvisar nem se poderia encomendar às ciências e segundo, que um código moral teria de ter relações íntimas com os princípios universais, que em todos os tempos seria o constituinte do psiquismo humano: Deus e uma alma espiritual. A tese de Antônio Albuquerque demonstrou o claro repúdio do autor quanto à possibilidade de uma moral calcada na ciência.

Ainda sobre a Moral e as Ciências afirmou que a Paz Universal só seria garantida se houvesse a uniformização da cultura moral de todos os homens em suas distintas classes. Neste sentido, criticou a busca de uma moral nas ciências biológicas e sociais como sendo da ordem do sentimento egoísta, por essas se firmarem sobre os princípios da “luta pela vida” e pelo individualismo (Idem, 1997, 529).

Outra crítica se refere à busca por uma moral científica. Afirmou que a busca por tal moral estava por levar as sociedades ao animalismo, ao diletantismo e ao vazio devido à inexistência de crenças na espiritualidade por parte do ceticismo dos cientistas que só acreditariam no acaso (Idem, 1997, 529).

De acordo com Antonio Albuquerque o princípio em que se basearia a Moral não deveria ser nas “enganadoras teorias científicas modernas”, aquilo necessário ao seu desenvolvimento, mas sim nos mistérios da origem, da existência do homem e das finalidades das coisas. O princípio Moral faria parte da natureza íntima do homem, que demandaria sua necessidade de cumprir os deveres e mesmo as noções sobre o bem. A vida em sociedade, portanto, não teria inventado as noções de cumprimento do dever e da ordem (Idem, 1997, 530).

A necessidade do bem moral e do fazer a bondade e a justiça viriam da natureza espiritual do homem voltada a Deus. A religião assim teria a função primordial de garantir a harmonia entre os homens, sendo a fundadora da verdadeira moral. A ordem leiga nada colaboraria para a moral por não determinar a necessidade do bem e do dever como aspectos inatos da espiritualidade dos homens.

O conferencista descreveu que “Certo, há ateus morais. Há mesmo moralidade sem religião, porém, o que é certo, certíssimo, é que, sem religião, toda moralidade tende a dissolver-se”. Nesse aspecto, defendeu a necessidade de implementar a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas (Idem, 1997, 531).

Sobre a unidade da pátria pela moral, Antonio Albuquerque estabelece que devido à ausência de consciência nacional geral, a unidade Pátria dependeria da moral das classes superiores. Como classes superiores o autor definiu como aqueles que possuiriam o

ideal de patriotismo, todos os habitantes do país que exerciam suas funções profissionais para o crescimento do país, sejam eles agricultores, mineradores, professores, etc. Assim a unidade moral dependeria dos exemplos daqueles que cotidianamente exerceriam seus ofícios demandando esforços em nome da dedicação ao patriotismo. A moral nacional se basearia no trabalho árduo, no sacrifício, no altruísmo, na resignação que enfim ergueriam a unidade Nacional (Idem, 1997, 531).

Os aportes de A. Albuquerque além de apresentarem a construção de um modelo de educação moral calcado no catolicismo também estabeleceu a relevância do enaltecimento dos valores pátrios para esse processo educacional. Em todas as abordagens aqui estabelecidas observamos um otimismo educacional pátrio, que valorizavam a educação cívica, mas também as discussões entre os papéis da ciência e religião na formação da sociedade brasileira. As preocupações estabelecidas pelos conferencistas denotaram não só a busca por campos de atuação socioprofissionais em meio ao empreendimento do reformismo pedagógico nacional, mas propostas para uma educação moral.

2.3 - A cultura e o civismo para a educação moral

Neste seguimento buscaremos apresentar e discutir as teses da I CNE que se propuseram a analisar a importância da propagação dos valores culturais e cívicos para o desenvolvimento da moral e do caráter brasileiro. Destacamos essa abordagem, pois autores destas teses apresentaram discussões que convergiram ao enaltecer que por meio da valorização da literatura, do heroísmo, da música, ou seja, daquilo reconhecido como nacional se alcançaria o valor moral da ação humana, e, portanto brasileira. As teses dos autores, diferente das argumentações apresentadas nos tópicos anteriores, observaram que outros aspectos da cultura que não eram científicos e religiosos eram necessários a discussão da formação moral nacional.

As teses que analisaremos sobre a temática são as de Fernando Luis Osório³⁷ representante do Instituto Histórico Geográfico do Rio Grande do Sul, a da

³⁷ Fernando Luís Osório nasceu em Bagé, Rio Grande do Sul, em 30 de maio de 1848. Foi um jornalista, professor, escritor e advogado. Formou-se na Faculdade de Direito do Recife. Deputado provincial eleito em 1874. Eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul em 1880. Foi presidente da União Republicana de Pelotas e depois da Proclamação da República, em 1891, foi eleito à Assembléia Constituinte estadual. Foi redator dos jornais A Tribuna Liberal e O Acadêmico, ambos de São Paulo; Diário de Pelotas, onde se encarregou da seção de política, a partir de 1874; fundou A Discussão, Pelotas, 1881, órgão do partido liberal. Em 1891 escreveu a letra do Hino Republicano Riograndense. Em 25 de abril de 1894, foi

conferencista e educadora Isabel Jacobina Lacombe e por fim a tese do paranaense de Ponta Grossa Manoel Pedro de Macedo. As teses destes autores foram intituladas de *a unidade nacional: Pela cultura literária, pela cultura cívica, pela cultura moral*, que nos indica a possibilidade de tratar-se de uma mesa-redonda sobre o tema.

A tese de Osório teve o objetivo de expor a importância dos valores pátrios para a construção da moral nacional. De acordo com esse autor o condicionalismo das forças conservadoras e o determinismo do progresso eram fundamentais para arregimentar o que havia de mais precioso para a elaboração de uma moral brasileira: a educação.

Como destacou a cultura seria a base para as transformações nacionais pretendidas, onde na ordem material e na ordem moral, “só o espírito cria, só o espírito regenera, só o espírito organiza” (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org., 1997, 250).

Ainda sobre a moral nacional destacou:

Cogitaremos do sistema sistematizante que era o Brasil para fortalecer a sua unidade moral, a sua consciência de constituir um todo sociológico, porque se o Brasil não tivesse fundamentos morais em que se devem basear as melhores aspirações nacionais, bem se compreende que não poderia realizar a sua missão cultural, a missão que constitui o seu natural destino no concerto humano (Idem, 1997, 250).

Já Lacombe iniciou sua abordagem descrevendo que a priori a tese teria o nome de “A Unidade Nacional pela Cultura Moral”, pois, para ela, o dever cívico decorreria do dever moral, e a literatura seria então o repositório de informações, modalidades dessa mentalidade brasileira que se desejaria soerguida e lúcida na compreensão de suas possibilidades (Idem, 1997, 266).

De acordo com Macedo, a educação primária era um dos mais importantes aspectos para a moralização nacional, no entanto não bastaria para o futuro almejado pelos projetos nacionais. A partir da união da cultura cívica, literária e moral, entre outros fatores seria possível emancipar política e intelectualmente o povo brasileiro (Idem, 1997, 318).

Embora havendo uma relativa concordância entre os autores é mister destacarmos que os métodos propostos pelos três autores para o empreendimento moral e cívico nacionais se fazem de maneiras diferentes.

nomeado ministro plenipotenciário do Brasil em Buenos Aires e 5 meses depois foi nomeado ministro do Supremo Tribunal Federal. Faleceu no Rio Grande do Sul, em 26 de novembro de 1896.

A proposta de Osório se dividiria em um programa. A primeira parte deste referia-se a elevar a mentalidade da população nacional de modo a protegê-la dos males que assolavam o país por meio de uma instrução moral. Os males apontados eram:

a mingua de instrução, o depauperamento do caráter, definhamento do patriotismo consciente, organização das elites, classes dirigentes dos chefes, das populações, das forças ativas da Nação, em preconceitos centralizadores, em bairrismos vesgos, em federalismo desarticulados, em acúmulo dos erros das más administrações, em indiferença triste em que vegetasse a maior parte dos nossos patrícios, em uma palavra, afastando-se os aspectos anti-sociais e anti-humanos da sensibilidade dos indivíduos e das multidões (Idem, 1997, 251).

Além desse apelo, o autor defendeu a centralização em todos os aspectos nacionais, enfatizando a importância da cooperação individual e social de modo semelhante ao modelo dos países da América do Norte.

Já Lacombe ao apresentar os problemas da nação, estabeleceu que o método a empreender a moralidade e o civismo adviria do enaltecimento dos valores pátrios assim como ao impulso a “fibra” do caráter do brasileiro. Como descreveu o Brasil seria o país em que mais houveram conflitos entre as normas de moralidade e a finalidade dos atos humanos. De acordo com argumentos históricos sobre a colonização do país, Lacombe descreveu como a mistura dos povos aqui se fez possível dando início ao que mais tarde seria chamado de nacionalidade brasileira. Com esse raciocínio a autora expôs os processos decorrentes da história nacional, perpassando o período colonial e o império para explicar que, mesmo com as falhas da administração e explorações portuguesas, o Brasil se ergueu.

A autora destacou que o povo brasileiro teria como características o comodismo e o comportamento atônico. No entanto, havendo a motivação correta ocorreria o despertar do povo, como ocorreu durante os vários movimentos históricos nacionais contra a dominação estrangeira ou exploração metropolitana. Os pareceres de Lacombe nos remetem às visões estabelecidas durante o fim do XIX sobre a natureza ociosa dos brasileiros, devido a sua herança miscigenada da indolência do indígena.

Para Lacombe a força descrita era latente no povo e seria preciso cultivá-la pelos processos educativos. Seria necessário infundir o sentimento nacional desde os primeiros anos escolares, para reverter à visão negativista sobre a cultura nacional. Os heróis da pátria, artistas entre outros, seriam os protagonistas desse processo, cujos feitos seriam lecionados às crianças (Idem, 1997, 266). Os valores pátrios em benefício

da moral teriam de ser ensinados, desde a tenra idade, pelas mães nos lares e complementada nas escolas por meio da literatura nacional, pela religião e combate as tendências estrangeiras oriundas dos imigrantes.

Quanto a Macedo, o método a ser apregoado para a realização do projeto moral e cívico nacional não poderia se restringir apenas a instrução popular, devendo haver medidas mais profundas nesse sentido. A sociedade precisaria para sua conservação e aperfeiçoamento não somente dos aspectos técnicos da educação, mas também os filosóficos, “A sociedade necessita, (...), não só dos Pitágoras, mas também dos Confúcius”. Concluiu que a educação, na sua acepção verdadeira, constituir-se-ia de três faces da personalidade: a inteligência, à vontade e o sentimento (Idem, 1997, 318).

Enquanto Osório e Lacombe partiram da historicidade da formação do povo brasileiro para entender os problemas e enfim proporem soluções ao projeto nacional, Macedo estabeleceu uma lógica diferenciada, o problema nacional não se encontraria em meio à necessidade de instruir apenas, mas sim na necessidade de elevar o espírito pátrio.

As condições para a realização dos projetos em certa medida era consensual entre os autores. Osório e Macedo viam nas instituições e mesmo nas ciências nacionais importantes mecanismos para a reforma nacional. De acordo com Osório a educação patriótica assim como os principais fatores moralizantes da mentalidade brasileira dependiam de diferentes órgãos nacionais pra sua realização. O objetivo desses órgãos seria garantir a saúde, a justiça, a administração e a segurança dos brasileiros. O ensino da sociologia, assim como as manifestações dos órgãos nacionais de educação agiriam em busca de melhores processos biológicos e sociais para a adaptação e elevação da mentalidade nacional. A figura do professor encontraria centralidade nessa ação assim como a higiene escolar, a pediatria nacional, a sociologia da infância, a assistência estatal as crianças pobres, entre outros (Idem, 1997: 252). Outro destaque foi dado ao papel das mães na elevação moral da sociedade. As mães foram retratadas como seres de natureza moral, pureza e ternura superiores ao dos homens, cabendo a essas não somente a elevação moral mas a proteção da raça da mocidade, o combate à miséria, e o ensino da higiene.

Macedo, em concordância, afirma ao destacar o tema da cultura literária que tal aspecto possuiria “o poder de desenvolver e completar os espíritos afeitos a ilustração, imprimindo-lhes o colorido das tendências idealistas” (Idem, 1997: 318). Essa cultura permitiria o acesso aos saberes científicos, estéticos e morais necessários a elevação dos

“espíritos” de uma nação, além de fornecer os conhecimentos sobre as tradições e valores pátrios que enalteciam o heroísmo e as glórias do passado.

Para os três autores o ensino do idioma, a valorização das personalidades brasileiras e mesmo a condição física compunham outros relevantes atributos pra a educação moral nacional. O militarismo para Macedo também se revelava como destaque. Como esse autor elaborou “a primeira condição de respeitabilidade de um país é a sua força moral e física”. A educação cívica seria, portanto, o adestramento nas armas e o amor às coisas nacionais. Ao citar Rui Barbosa, Rio Branco e Olavo Bilac como ícones do civismo brasileiro, descreveu como esses autores demonstraram que o progresso nacional estava ligado à natureza pacífica do povo e, no entanto, ao respeito inspirado, no plano exterior, a força nacional e derivada do serviço militar. Assim o militarismo e a instrução militar nacionais, que nunca teriam tido caráter agressivo, dada a índole do povo, teria simplesmente o objetivo de garantir a soberania nacional (Idem, 1997: 320).

A valorização da língua nacional, como definiu Osório, assim como da religião foram destacados como princípios necessários a homogeneização da população, dado o contingente de imigrantes que chegavam ao país e conservavam seus valores pátrios, se colocando a parte do contexto cultural brasileiro.

Cabe-nos expor um destaque entre os autores, diferente de Osório e Lacombe que só se posicionaram diante dos aspectos cívicos e culturais para o fim moral nacional, Macedo estabelece a crença na necessidade de se considerar os aspectos biológicos da formação dos indivíduos, para a elaboração de uma pedagogia moralizadora.

Macedo descreveu que a cultura moral seria a ferramenta educacional que determinaria a finalidade de todas as ações humanas. Tendo o homem o mínimo de instinto e o máximo de inteligência, seria necessário o trabalho as inclinações perversas que brotariam de sua animalidade, inerentes aos aspectos da inconsciência. O melhor período, portanto para educar a moral humana seria nas primeiras fases da educação, onde as mentes infantis teriam maior facilidade de absorção de valores, sendo crucial essa fase de maneira preventiva.

Destacou que:

Dizem os filósofos que o costume é uma “segunda natureza”, cujas raízes, pequenas e fracas no começo, tornam-se inabaláveis depois de fixadas. Assim, o adolescente será mais tarde bom ou mau conforme as influências sob as quais tiverem amadurecidas as suas idéias, respeitadas, já se vê, as taras hereditárias (Idem, 1997, 320).

A boa educação moral seria capaz de produzir bons cidadãos, maridos, pais que elevariam o patriotismo moral da nação. A moral mesmo com a pouca instrução seria capaz de afastar os homens dos vícios, do roubo, dos crimes, da falsificação e da mentira. Macedo descreveu que a riqueza de uma nação nada adiantaria se não houvessem homens edificados pela moral, que pudessem administrá-la e impedir o mau uso e a depravação.

A moralidade, transmitida culturalmente de geração em geração, constituiria um legado de probidade e solidariedade social. O materialismo seria o causador do declínio da moral social por valorizar o bem estar individual, desprezando a religião do sacrifício em favor da comunidade.

2.4 - A pedagogia para a educação moral

Neste tópico buscaremos apresentar a argumentação da pedagogia acerca do estabelecimento de modelos educativos para a concepção de uma moral brasileira. Como estabelecemos anteriormente dentre os diversos grupos de intelectuais presentes na I CNE aqueles pertencentes à pedagogia estiveram também empenhados em pensar os espaços educativos como locus da instrução moral. A função dos pais, dos professores e mesmo da sociedade foram discutidos de maneira a estabelecer como uma mudança de postura educativa poderia ser empreendida para assim alcançar o ideal necessário ao ofício do empreendimento moral. Moralizar os hábitos para muitos significava elevar a raça e, portanto a nação.

As teses que analisaremos foram estabelecidas por professores de diversos estados brasileiros que dialogaram sobre a formação moral e do caráter para uma sociedade moderna. Os conferencistas e seus respectivos trabalhos são: J.A. de Mattos Pimenta (professor), com a tese nº 72 - *A educação moral dos escolares com base no sentimento*; Lucia V. Dechandt (professora), com a tese nº 73 - *Escola Normal Primária*; Nelson Mendes (professores) – Parthenon Paranaense, com a tese nº 87 - *O ensino da Moral e do Civismo*; Palmyra Bompeixe de Mello (professora) – grupo escolar Dr. Xavier da Silva, com a tese nº: 89 - *A educação moral na escola primária*; Annette C. P. Macedo (professora) – Escola Complementar, com a tese nº 90 - *A Moral na Escola Primária*. Como apontamos todos os conferencistas desse bloco eram professores ou ligados a pedagogia havendo uma maior participação de representantes da região sul do país tendo em vista que a I CNE ocorreu na cidade de Curitiba PR.

As diversas abordagens apresentaram críticas à educação moral, aos métodos pedagógicos, à importância da educação moral e àqueles que seriam os responsáveis pela função, além de outras peculiaridades que analisaremos. Desse modo buscaremos demonstrar como os representantes das cadeiras educativas discutiram a moral nas escolas para a sociedade.

A abordagem de J.A. de Matos Pimenta destacou, a priori, como nos países da América Latina se desenvolveram preocupações, relacionadas à educação, que valorizavam mais a educação científica do que a educação moral. Para a autora, a educação moral deveria ser priorizada antes de qualquer educação científica posto que esta teria grande valor para a formação do caráter do homem para a vida. Como afirmou, nem mesmo os dogmas religiosos, as demonstrações da ciência e os raciocínios da filosofia foram capazes de modificar profundamente os homens, bastando apenas alguma perturbação nos valores civilizados para que se retorne ao estado primitivo de outrora (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org., 1997: 419-420).

A conferencista Lucia V. Dechandt atribuiu à educação a função do aperfeiçoamento moral para a grandeza do povo brasileiro, concordando com Matos, enfatizou como este empreendimento deveria ter a primazia na instrução doméstica, escolar e social (Idem, 1997: 425). Em concordância com as duas autoras a abordagem do professor Nelson Mendes apontou para a necessidade de intensificação da educação moral, uma vez que os modelos escolares para essa educação não bastaram para um programa nacional. Como alegou, com apenas o uso da educação escolar não seriam resolvidos os problemas inerentes ao caráter da população, em suma, as questões da moralidade nacional. Mesmo com a implementação da cadeira de moral e civismo nas escolas, o problema apresentado não encontrou soluções devido à precariedade dos métodos, além de depender muito dos professores e não de um plano de níveis nacionais (Idem, 1997: 532).

A questão em pauta na tese de Mendes era que a educação intelectual não deveria estar à frente da necessidade de uma educação moral. A cadeira de moral e civismo teria como problemas as cargas horárias reduzidas, o descaso das escolas com um programa adequado, a inércia de alguns professores, a falta de dinamismo e metodologia de ensino nas aulas (Idem, 1997: 533).

Seguindo orientação semelhante a dos demais conferencistas, o parecer de Palmyra Bompeixe de Mello enalteceu a educação moral como o maior dos conhecimentos. Como afirmou a *“Moral se constitui como a ciência das ciências, sendo resumida nos*

dez mandamentos da lei de Deus”, sendo esta o *“dever sagrado dos professores, que devem exercer essa ciência para evitar que as paixões, desde tenra idade, possam afetar as crianças e comprometer o futuro pátrio”* (Idem, 1997: 542-543).

Já Annette C.P. Macedo estabeleceu logo no início de sua abordagem que a educação era importante enquanto promotora do ensino dos conhecimentos e, sobretudo da moral (Idem, 1997: 545).

Como analisamos todos os conferencistas que se propuseram a discutir a educação moral, apontaram para a maior relevância dessa instrução em comparação a instrução científica. Em todas as abordagens houve a denotação de que a instrução que inspirasse as virtudes como a bondade, a verdade, a honestidade, entre outras, estariam acima de qualquer necessidade de um saber científico.

O forte sentimento cívico em vários momentos ficou claro nas abordagens, principalmente quando foi apontada a importância da educação moral. Essa instrução sobrepujaria qualquer outro saber uma vez que a moral construiria o caráter dos homens para servir a nação. Pimenta ao desenvolver o que chamou de educação moral com base no sentimento afirmou que

nem mesmo os dogmas religiosos, as demonstrações da ciência e os raciocínios da filosofia foram capazes de modificar profundamente os homens, bastando apenas alguma perturbação nos valores civilizados para que se retorne ao estado primitivo de outrora.

(...) a energia motora das ações morais residiria nos sentimentos. Sem a educação desse último de nada valeriam os sentimentos religiosos, da ciência e da filosofia. O autor estabeleceu que o sentimento era a virtude a ser cultivada para a educação moral (Idem, 1997: 420).

A narrativa de Pimenta aprofundou-se nas discussões sobre como se originou o que chamou de energia moral de modo a descobrir como educá-la para a prática das virtudes fundamentais. Concluiu que sentimentos como o altruísmo, o egoísmo entre outros dependeriam da educação da moral e nesse sentido, a obediência das leis, o desejo pelo crime dependeriam dessa educação.

Assim afirmamos que Deschandt concordou com os apontamentos de Pimenta, uma vez que Deschandt descreveu que o caráter seria o *“reflexo da alma do indivíduo, a sua ordem moral, as qualidades próprias e atinentes a cada pessoa”*, sendo o empreendimento máximo dos professores brasileiros. A educação do caráter teria de ser ministrada às crianças de modo a incutir a necessidade de um ideal de vida, com ambições e o desejo para o bem, para a grandeza e para a utilidade (Idem, 1997: 425).

Macedo discorreu que o ensino da moral além de instruir sobre os aspectos salutaros da conduta humana, em sociedade e na pátria, deveria ensinar o valor da disciplina e do autocontrole, sempre inspirados na conduta que o professor deveria espelhar. Essa disciplina foi classificada pela autora como disciplina preventiva (Idem, 1997: 547).

Dada a necessidade tida como crucial pelos autores de uma educação moral, nos questionamos quais os métodos para estabelecer esse tipo de instrução? Como deveria ser ministrada a educação moral nos espaços sociais de ensino? Quais as ferramentas educativas para tal?

Mapeando as abordagens dos conferencistas observamos que os autores estabeleceram métodos distintos para a educação moral. Pimenta destacou que o sistema de educação por recompensas as ações orientadas pela bondade, seria um bom incentivo ao desenvolvimento da moral. Haveria dois sistemas de recompensas, aquele que primava por bens materiais e outro por imateriais. O primeiro embora pudesse despertar os sentimentos seria negativo por também despertar o materialismo principalmente se atrelado ao dinheiro. As boas ações deveriam ser estimuladas pelo sentimento da bondade, sendo esta a recompensa imaterial (Idem, 1997: 421).

Pimenta analisou as estratégias de alguns colégios que utilizavam a pedagogia da recompensa como forma de estimular o progresso educacional por meio do estudo e constata que embora tais mecanismos servissem para seu fim deixavam de lados os aspectos ligados a sensibilidade e ao sentimento.

Retomando o tema das recompensas imateriais, Pimenta descreveu que todo o processo que demandasse a busca por uma recompensa que enaltescessem o dever cumprido era do domínio da imaterialidade. Embora assim como a busca por recompensas materiais demandassem um desejo egoísta de realização, a busca por triunfos imateriais também o seriam, mas, no entanto poderiam ser considerados salutaros ao adiantamento moral. Para a autora o desejo inato pela bondade, o altruísmo puro seriam ilusões, pois o desejo por recompensas seria a verdadeira inclinação da natureza dos homens.

A abordagem de Pimenta a nosso ver denota um apelo psicologizante para o estabelecimento de uma metodologia para a instrução da moral. As abordagens de Dechandt e Melo apresentaram na descrição de seus métodos uma afiliação mais explícita a psicologia para o processo educativo.

Dechandt, como destacamos, desenvolveu uma argumentação aliada aos princípios da psicologia para elaborar um método de educação do caráter. Em seus aspectos essa educação deveria privilegiar maneiras de instruir que incutissem a alegria e mesmo no processo punitivo a inteligência deveria ser utilizada para demonstrar que o castigo era a premiação pelas faltas cometidas. O horror à mentira e o amor à verdade fariam parte do processo psicológico da educação do caráter (Idem, 1997: 427).

A nosso ver o que justifica o interesse de Deschandt pela psicologia são suas posições quanto às teorias sobre a hereditariedade transmitir traços morais. A autora atribuiu que mediante o argumento da psicologia, o caráter não era aspecto hereditário havendo apenas a repetição de hábitos entre os indivíduos. Esse aspecto justificaria porque filhos de criminosos se tornariam indivíduos virtuosos. Os professores teriam o papel de induzir nas crianças o sentimento de bem aliado a alegria durante a educação do caráter. “O homem de bem, consciente dos seus deveres e com tranquilidade de consciência, é um feliz, um homem alegre, porque a alegria é a condição necessária à felicidade humana”. No homem, portanto, a alegria moldaria o caráter enquanto a tristeza o tornaria propenso a males como o da preguiça e dos vícios (Idem, 1997: 426).

Já Mello destacou que a psicologia deveria ser utilizada para o ensino da Moral, uma vez que esse conhecimento poderia auxiliar na “penetração” das almas infantis. Outro aspecto apresentado foi uma metodologia básica de como se deveria lecionar a Moral nas escolas. Em primeiro lugar as lições teriam de ser ministradas em classes de modo a alcançar o maior número de alunos sobre os temas da moral e sua conexão com o civismo. As lições de moral deveriam ser trabalhadas na forma de narrativas para instigar a curiosidade e inspirar o exemplo de características como a bondade e o bem. O uso de personagens históricos seria outra ferramenta para as lições de modo a exemplificar características que elevassem os espíritos. A postura do professor foi outro dos destaques para as aulas. Esse deve ter sólida educação moral para servir de exemplo aos alunos (Idem, 1997: 544).

Diferente dos autores expostos, Mendes ao estabelecer um método para o ensino da moral preocupou-se com a conexão entre a moral e o civismo majoritariamente. Para uma metodologia o autor destacou a necessidade do estabelecimento de um ensino integral, a busca de profissionais afeitos a causa da moralidade e do civismo, ensino que privilegiam a associação das abordagens de disciplinas como história e geografia àquelas do ensino de moral e civismo (Idem, 1997: 534).

Mendes partiu do caso do ensino de moral nas escolas normais de Curitiba para elucidar alguns de seus aspectos. O ensino de moral deveria retratar como os aspectos da bondade, da honestidade e do heroísmo inseridos na educação eram inerente as tradições dos povos, variando, portanto. A moral seria a ciência dos costumes tendo íntima ligação com a história dos povos, caráter e sentimentos dos homens. Mendes estabeleceu que o ensino da moral, de acordo com Kant, poderia ser espelhado na filosofia ou na religião e mesmo ser voltado à teórica e prática (Idem, 1997: 535).

O autor propôs um programa de ensino de moral variando o grau de sistematismo dos primeiros anos escolares até o quinto ano onde assumiria um objetivo metodológico concreto. Os aspectos desse plano já sistematizado seriam: a – deveres consigo mesmo, com a família, a Pátria e a sociedade; b – a bondade, a paciência, a tolerância, a caridade e a justiça; c – os bons costumes; d – regras de conduta social. Mendes destacou que acima de qualquer plano de curso de ensino de moral, deveria estar o exemplo, estabelecido pelos professores no discernimento do bem e do mal. As crianças por absorverem muito mais pelos exemplos do que pelo ensino, teriam maiores chances de adequarem-se a moralidade correta em proposição (Idem, 1997: 536).

A última conferencista a propor um método foi Macedo. De acordo com esta, os métodos disciplinares não poderiam compreender qualquer procedimento agressivo ou violento que aviltasse ou expusessem ao ridículo as crianças. Mesmo os problemas enfrentados nas escolas poderiam ser utilizados como ferramentas nas lições de moral, ensinando as maneiras corretas de proceder diante das dificuldades cotidianas. Outros procedimentos para o ensino da moral seriam a adoção de festivais e outras ferramentas lúdicas de aprendizado. A música, a representação, brincadeiras, foram tratadas pela autora como importantes ferramentas de educação moral uma vez que poderiam ser expostas maneiras de conduta e mesmo exemplos por meio da arte, dos bons procedimentos dos heróis pátrios (Idem, 1997: 547-548).

De todos os quesitos abordados que exemplificaram a amplitude de concordâncias e discordâncias para a educação moral, aquele que apresentou um relativo consenso foi o que discutiu o papel dos professores no exercício da instrução da moralidade. Os conferencistas apresentaram que os professores se encontravam em posições estratégicas para o sucesso dos projetos educativos da moral. A idealização e otimismo caracterizaram as proposições dos autores que congregavam a ideia de educadores exemplares para tal instrução. Pureza de caráter, bondade e justiça eram algumas das

virtudes principais que os professores deveriam ter para educar as crianças e jovens do país.

Deschandt partiu da relação entre os espaços doméstico e escolar para elaborar sua opinião sobre o melhor formador da moral. A educação do caráter seria papel de pais e professores, mas não poderia ser ministradas sem a conjunção com a educação da saúde e da higiene, enaltecendo o asseio, visando alcançar o equilíbrio.

Nesta educação do caráter os professores teriam a responsabilidade de conscientizar os alunos sobre os males do alcoolismo e do jogo que poderiam causar a degeneração moral e outros males físicos.

Nas conclusões a autora argumenta que era no caráter do povo onde residiria a grandeza da Nação, havendo a necessidade de aperfeiçoar, aprimorar e enriquecer as virtudes do povo. A escola e o lar deveriam ser os formadores do caráter, cabendo a escolar sanar as deficiências que os lares não cumprissem de modo a evitar a formação de indivíduos de moral defeituosa. A sociedade completaria a obra do aperfeiçoamento do caráter, mesmo que muitos vícios fossem provenientes do convívio social. O papel do professor sobre a sociedade seria educar as mentes para que as boas escolhas sociais fossem tomadas. Assim a educação infantil estaria nas mãos e mães e professores, precisando do auxílio dos governos para a transformação das escolas.

Mendes também analisou o papel e acima de tudo a postura dos professores para determinar a educação moral. Como descreveu, o objetivo do professor era o de discernir o que era o bem e o mal para os alunos, sempre servindo de exemplo para as maneiras de como agir. A conduta do profissional deveria refletir seus ensinamentos espelhando a bondade e a honestidade para os alunos, do contrario qualquer ensino sobre a moral seria inútil e mesmo pernicioso (Idem, 1997: 535). Melo em concordância com Mendes afirmou que a postura do professor deve ter solida educação moral para servir de exemplo aos alunos (Idem, 1997: 544).

Em sua conclusão a autora afirma que para o desabono da sociedade, os pais em determinada medida eram os culpados pelos desvios morais dos filhos, fosse por ignorância ou mesmo descaso. Para Melo, os pais deveriam agir em parceria com os professores ensinando os valores da bondade e honestidade e não incitando aos vícios. Esses esforços deveriam ser empreendidos sempre em comunhão entre os lares e escolas de modo a formarem os verdadeiros homens, pais e cidadãos da Pátria (Idem, 1997: 545).

Capítulo III

3 - As discussões da educação higiênica e sexual na I Conferência Nacional de Educação (1927)

Neste capítulo buscaremos focar as discussões sobre a educação higiênica que permearam o contexto de realização da I Conferência Nacional de Educação, bem como analisar as teses deste congresso – de relevância para a educação sexual – estabelecendo um diálogo com a historiografia atual sobre o tema. Para iniciarmos nossa argumentação é mister elucidar que o movimento da educação sexual, das três primeiras décadas do século XX, se constitui enquanto um movimento científico/educacional cujo objetivo era reformular maneiras de pensar e as condutas morais e sexuais da população.

Como tratado no primeiro capítulo, os problemas sanitários e de higiene da população que também foram associados a uma matriz científica francesa de eugenia proporcionaram discussões sobre a educação sexual diretamente preocupadas em rever a questão racial brasileira para a formação de uma nação salubre aos moldes europeus. A relação entre natureza e cultura do contato entre seres humanos e o ambiente em que viviam foi, em muitos momentos, estabelecida como perniciosa, sustentada por teorias de determinismo climático. O quadro populacional mestiço brasileiro, que compunha a nação em grande medida, foi outro dos aportes discutidos para condicionar uma educação sexual nacional. A mestiçagem brasileira inviabilizava os projetos de branqueamento estipulados por médicos e cientistas eugenistas que seguiam orientações teóricas ecléticas.

Com o advento da psiquiatria, da psicanálise, do higienismo, da Escola Nova entre outros projetos, novas associações foram propostas objetivando solucionar problemas que afetavam o bem-estar físico, mental e moral da população, de modo a atender os parâmetros da modernidade. Essas e outras discussões foram parte da pauta elaborada na I Conferência Nacional de Educação. Os discursos médicos/científicos dessa conferência exemplificam algumas das posturas pedagógicas tanto no campo de planejamentos quanto no de realizações das metas a serem implementadas do projeto de nação brasileira.

Buscamos apontar, as divergências e identificar suas origens, onde os principais motivadores do debate situavam-se na orientação teórica, tanto científica quanto no campo da moral e da cultura geral, daqueles que participaram dos debates. A educação

higiênica e a científica interpelavam os espaços domésticos e públicos e conferiam novos questionamentos a aspectos tradicionais da sociedade.

Concordamos com as recentes análises historiográficas, expostas em nossa introdução, que apontaram que nesse congresso muitas questões estiveram associadas a aspectos como: onde, quando e por quem seria lecionada a educação sexual. Os espaços domésticos e escolares foram alguns dos pontos de maior relevância para esse debate, assim como que papel pais, mães, educadores e médicos exerceriam na educação sexual das crianças. No entanto, essa bibliografia não aborda aspectos relativos aos fundamentos teóricos presentes nos debates sobre a educação sexual que buscaremos analisar aqui.

Os discursos da medicalização apontam que os diferentes posicionamentos teóricos sobre a educação sexual brasileira fundamentaram-se em modelar os papéis masculinos e femininos na sociedade com a finalidade de adequá-los a padrões morais tidos como exemplares, como vimos no capítulo anterior. Moralidade esta influenciada, em boa medida, pelo catolicismo, religião predominante no país. Apontamos que o movimento da educação sexual brasileira não pode ser entendido sem sua devida associação com os variados projetos secularizantes que se desenvolveram, principalmente, a partir da década de 1910.

Afirmamos que a historiografia que apresentamos durante nossa introdução não contempla os debates sobre as teorias evolutivas que estiveram presentes no meio científico brasileiro. Além destas inclinações, os debates historiográficos que analisamos também não vislumbraram que alguns dos integrantes dos debates da educação sexual não eram favoráveis a modelos de educação normatizantes, medicalizantes. Julgamos necessário este destaque, pois se refere a uma perspectiva completamente adversa aos discursos que afirmam que as ações dos médicos na sociedade brasileira se fizeram de modo a implantar modelos rígidos de comportamento, independente da diversidade dos casos em questão. Muitos intelectuais pregavam uma pedagogia educacional que identificava e preservava às peculiaridades individuais propondo uma educação personalizada. As teses dos autores com estes posicionamentos serão apresentadas nesta unidade.

Ao tratarmos da questão sexual brasileira no espaço educacional não podemos deixar de discutir como as orientações teóricas da eugenia brasileira estiveram divididas entre mendelianos e neolamarckistas, e não somente nestas matrizes biológicas, mas também nas argumentações da psiquiatria e da psicanálise que também discutiram a

temática sexual. Em meio às teses da I Conferência Nacional de Educação, vemos os aspectos destes diálogos na fala dos autores, mesmo que em dados momentos não tenham sido tratados de maneira direta. Em muitos momentos a relação natureza e cultura permearam as falas dos autores, sinalizando como os debates teóricos da genética fizeram parte do contexto científico nacional.

As preocupações dos médicos e cientistas com o comportamento sexual pernicioso, com a degeneração dos costumes, com as neuroses, com a sífilis, com o alcoolismo denotam que havia no imaginário biomédico da época uma estreita relação entre as práticas culturais e a hereditariedade do povo brasileiro. Os cuidados com a infância, não só relativos à saúde corpórea, mas também com a psique e a constituição de hábitos e valores não se davam apenas por uma busca por moralização das gerações futuras, mas sim com objetivos pragmáticos na direção da biologia dos corpos e mentes daquele contexto.

3.1 - A educação sexual nas teses da I Conferência Nacional de Educação

Buscaremos neste seguimento analisar como nas teses que discutiram a importância da higiene física e mental para a educação nacional versaram sobre a educação sexual, havendo relevantes destaques as diversas ciências e correntes teóricas da biologia evolutiva durante a I Conferência Nacional de Educação (I CNE). Os discursos dos conferencistas apontavam para a necessidade de uma educação que não se limitasse ao espaço escolar, mas sim se estendesse ao espaço doméstico de modo a alcançar pais e filhos. Havia nestas discussões fortes apontamentos de modelos pedagógicos e científicos tanto normatizantes quanto aqueles de interesses sobre as peculiaridades dos casos e, portanto nas individualidades, encontrando em meio à sociedade os subsídios para o debate e apoio para suas argumentações. As maneiras de intervir na sociedade então estariam no centro dos debates intelectuais e profissionais, oferecendo possibilidades de intervenção na mesma por meio da educação.

Neste capítulo buscaremos analisar de forma detalhada os discursos presentes nas teses da I CNE, discorrendo sobre todos os aspectos que julgamos relevantes para nossa narrativa histórica. Optamos por uma análise direcionada a cada tese pontuando seus principais argumentos, convergências e divergências entre os diversos autores da I CNE.

As teses que apresentaremos foram estabelecidas por intelectuais de diversos ramos profissionais e áreas de conhecimento, sendo importante destacarmos que somente duas teses apresentaram como título a educação sexual, a tese de número 74 de Celina Padilha e a de número 75 apresentada por Renato Kehl. No entanto, outras teses abordaram o tema da educação sexual em meio às discussões de outros assuntos relativos à educação geral em âmbito escolar e doméstico. Devido a esta disposição de temas e a variedade de formas pela qual a educação sexual foi abordada, privilegamos uma análise direcionada a cada uma das teses especificamente, ao invés de uma análise temática que comparasse os pontos de vista dos autores.

Outro aspecto se refere a como durante a I CNE foi estabelecido um debate em torno de duas possibilidades de intervenção quanto à educação sexual, uma que se baseou em uma retórica medicalizante normatizadora e outra de apelo individualizado que não se apoiou em padrões fixos de ação educativa para contornar problemas e estabelecer soluções.

Tese nº 1 - *Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar*, Belisário Penna

A primeira tese que gostaríamos de apresentar é a de Belisário Penna (tese de nº 1 na I CNE) que estabeleceu uma proposta de uma educação higiênica/ eugênica. Intitulada *Por que se impõe a primazia da educação higiênica escolar*, o autor discutiu a importância da educação higiênica e eugênica e como existia uma deficiência desses conhecimentos em meio à sociedade brasileira do período. Penna apontou que os males provocados pela imprevidência diante dos cuidados com a higiene implicariam em mazelas graves ao desenvolvimento individual, social e da espécie humana.

Elegemos a tese de Penna como primeira em nossa análise principalmente por essa apresentar aspectos que consideramos como os mais recorrentes na argumentação dos autores do congresso, ou seja, a posição que defendia que a intervenção médico-científica normatizante era a mais adequada para o bem nacional. A tese de Penna não versou diretamente sobre a educação sexual, mas apresentou aspectos que foram discutidos nas demais teses salientando as preocupações dos intelectuais como os problemas de ordem física, mental e moral. Estes problemas na visão destes intelectuais poderiam prejudicar a hereditariedade nacional.

Três seriam as finalidades biológicas do homem em relação à própria vida, a família, a sociedade e a espécie: entreter, defender e melhorar incessantemente cada uma das três categorias mencionadas. Esses aspectos eram tidos pelo autor com indissociáveis, pois uma vez que quaisquer dos três fossem apartados, os outros sofreriam danos irreparáveis. Destacou que os três aspectos da finalidade biológica do homem só possuiriam relevância se praticados pela sociedade, assim promovendo o bem estar da espécie (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org., 1997, 29).

Para Penna, criar o que chamou de “consciência sanitária”, pela educação higiênica, era função a ser tomada nas escolas, no lar, nas fábricas, nas casernas e outros ambientes sociais, a fim de constituir uma mentalidade que pudesse absorver o valor econômico, ético, moral da prática social higiênica. Neste sentido haveria a necessidade de se submeter a uma obediência às leis inflexíveis da biologia, a execução de medidas sanitárias, prática do asseio higiênico, sobriedade, castidade, laboriosidade e uso dos elementos naturais como a terra, a água, o ar e o sol (Idem: 1997, 30).

A partir destes apontamentos de Penna mostra-se uma ênfase na relação eugenia e saneamento. Comum ao caso brasileiro como discutimos no capítulo anterior, o modelo eugênico nacional foi marcado por aspectos que associavam a influência do meio sobre o bem estar biológico das populações. Os cuidados com a moralidade apareciam na argumentação dos autores de modo quase inseparável com os aspectos biológicos.

Belisário Penna foi um dos representantes da Sociedade Eugênica de São Paulo, atuando na capital federal do país como um dos divulgadores desse movimento. De acordo com sua tese a solução para os males sociais brasileiros residiria na educação da população, pois, segundo este, mais de 90% da sociedade não possuiria a inteligência doutrinada para tornar possível a execução dos três aspectos da finalidade biológica do homem. A ação dos homens no Brasil então estaria resumida a manifestações apenas instintivas de cuidados, por serem inatas em cada ser.

Penna distinguiu os homens e os animais ao discutir o que, a seu ver, era instinto e o que era o psiquismo. Essa distinção trouxe em seu bojo os cuidados que os homens em sociedade deveriam tomar para a preservação de sua higiene e saúde mental. A questão da higiene para Penna dava ênfase aos cuidados corporais, onde não haveria saúde mental na ausência da corporal. De maneira teleológica, uma população com tais problemas físicos e mentais não alcançaria o bem estar político, social e econômico de uma sociedade moderna (Idem: 1997, 30).

Somados aos argumentos biologizantes há nessa tese referências ao nacionalismo possibilitado pelo bem estar físico e mental. De acordo com este sanitarista a saúde física e mental seriam fundamentais para a origem daquilo que chamou de mentalidade coletiva. Essa última seria gerada pelo bem estar mental dos povos que estabeleceriam a igualdade de idiomas, de crenças, a uniformidade de leis e a educação, sobretudo a primária, quando visa à saúde organopsíquica e a unidade nacional. Portanto, a formação de uma mentalidade coletiva, oriunda da convergência e aspirações comuns dos povos, geraria uma consciência nacional (Idem: 1997, 31).

As posições de Penna podem ser mais bem compreendidas de acordo com a argumentação de Nancy Stepan que destaca que a eugenia lamarckiana não traçava uma dicotomia clara entre natureza e cultura: Melhorias na formação implicariam melhor adequação hereditária ao longo do tempo. Ao mesmo tempo em que havia um determinado otimismo nesta visão, o pessimismo sobre o peso acumulado das influências negativas do meio ao longo do tempo, geravam condições hereditárias tão degeneradas que tornava-se difícil transpor estas barreiras com rapidez (STEPAN: 2004, 348).

Stepan descreve que a associação entre eugenia e ciências sanitárias no Brasil encontrou amplo espaço e segundo a fala de algumas personalidades como Olegário de Moura³⁸, vice-presidente da Sociedade Eugênica de São Paulo: “Saneamento-eugenia é ordem e progresso (1919:83). Na América Latina os enfrentamentos da saúde pública contra males como a malária, a tuberculose, o câncer, a peste bubônica, as infecções venéreas, o alcoolismo recebiam a designação de “métodos eugênicos indiretos” (Idem: 2004, 348).

As propostas de Penna são uma clara alusão a existência de um otimismo e pessimismo da década de 1920 quanto aos projetos nacionais. Este conferencista propôs que a partir da realização do que chamou de finalidade biológica dos homens o progresso nacional seria viável. No entanto revelava que os povos castigados pela doença, pela ignorância e pelos vícios, teriam um grau de inteligência pouco maior do que os seres que são dotados de instintos irracionais. Isso geraria uma mentalidade coletiva caótica, inconsistente, passiva, sem aspirações, sem crenças, sem ideias, sem

³⁸ José Olegário de Almeida Moura, mais conhecido por Olegário de Moura, graduou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, defendendo a tese: “Da Insuficiência Renal. Suas Complicações Mentais” (1903).

rumo e sem capacidade para criar a consciência nacional (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org., 1997, 31).

A moralidade do povo brasileiro foi discutida por Penna como mais um dos resultados dos problemas que afligiam o país. Este destacou que os problemas patológicos do povo, a ignorância, o vício alcoólico seriam os responsáveis pela improdutividade, a miséria econômica, a falência financeira e, por ainda, a falência do caráter, gerando uma população inapta para cumprir a finalidade biológica do homem, para constituir uma mentalidade equilibrada e firmar a consciência nacional.

O autor destacou que, em boa medida, os problemas gerados pela patologia dos brasileiros se aprofundaram graças ao descaso dos dirigentes que se aliaram as políticas de urbanismo e de industrialismo. Essas políticas teriam endividado as finanças nacionais e afundaram o país em misérias físicas e morais.

Além da compatibilidade com o saneamento, o estilo neolamarckista da eugenia brasileira era consonante com a moralidade tradicional. Devido à abertura deste estilo à ideia de regeneração nacional e para a ação moralizadora na sociedade, havia certo encaixe na doutrina católica além de agregar a fusão das linguagens de moral e ciência (STEPAN: 2004, 349).

Em concordância com Stepan, o autor já citado Vanderlei Sebastião de Souza destacou que a inspiração neolamarckista do modelo eugênico brasileiro dotava seus membros de uma ideologia que acreditava que os problemas nacionais não eram de caráter fixo; a responsabilidade pela solução de tais questões estaria no empenho das autoridades públicas e no emprego racional da ciência eugênica e do saneamento. Tratados como sinônimos, ambos os conhecimentos deveriam conter as pestilências, doenças infecto-contagiosas, implementar hábitos higiênicos e intervir no futuro da reprodução humana, promovendo uma prole salubre, física e moralmente capaz de conceber a ordem e o progresso nacionais. Assim, como apontou Souza, os eugenistas acreditavam que em curto prazo poderia ser inserido no idealizado “concerto das nações” civilizadas (Souza, 2006).

Os principais males a serem combatidos eram o alcoolismo, a sífilis e a tuberculose, tidos como “venenos raciais” por degenerar física e mentalmente a população nacional. Psiquiatras membros da Liga Brasileira de Higiene Mental como Henrique Roxo³⁹,

³⁹ Henrique Britto de Belford Roxo nasceu no Rio de Janeiro, em 4 de julho de 1877. Foi um médico psiquiatra brasileiro. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com a tese de doutoramento Duração dos atos psíquicos elementares nos alienados em 1901. Foi catedrático de Clínica

apontavam que esses males (em destaque a sífilis e o alcoolismo) eram responsáveis por pelo menos 80% dos problemas mentais nacionais (SOUZA, 2006: 49).

Penna afirmou, mediante um discurso medicalizante, que o “progresso” do país estava diretamente relacionado à saúde do povo. Orientar a política para a valorização do homem, pela educação “somatopsíquica” e da terra pelo seu saneamento, possibilitariam que as novas gerações pudessem guiar o país para a civilização por meio do trabalho livre vitalizador, que estaria apto a execução da tríplice finalidade biológica e a consolidação da consciência nacional.

O sanitarista afirmou que os conhecimentos biológicos do mecanismo humano seriam fundamentais para a formação do povo brasileiro em seus aspectos físicos e psicológicos. Tais conhecimentos auxiliariam no desenvolvimento da sociedade, pois a partir da reprodução eugênica, dos estudos psicológicos das aptidões que pudessem orientar cada um segundo área de melhor desempenho individual e para a comunidade, e dos conhecimentos cívico-sociais, haveria o aprimoramento da nação.

Ao citar o eugenista espanhol Luis Huerta, Penna destacou que o problema da humanidade era biológico, a resolução das questões de higiene traria a resolução dos problemas das misérias da sociedade (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org.: 1997, 32).

Penna discutiu que o problema da educação moderna possuía maiores inclinações às questões biopsicossociais do que aquelas literárias. Uma vez que a sociedade fosse educada para cumprir a finalidade biológica do homem, em respeito às leis inflexíveis da biologia humana, esta poderia alcançar o ideal de excelência individual, familiar e de espécie, de acordo com as leis a eugenia e da sociedade. Penna atribuía que cumprir a função biológica do organismo era um dever dos homens, e a falta da sua realização geraria os males sociais e biológicos, como a falta de higiene, a indolência, o vício e etc.

A orientação do discurso de Belisário Penna aponta para uma intervenção médico-biológica na educação de modo a conceber uma educação que interviesse diretamente nas condutas. A necessidade de uma educação que agisse sobre a saúde física e mental da população foi exposta por Penna que, explicou essa urgência de acordo com a gravidade da “miséria econômica das classes operárias” e a “anarquia mental das classes dirigentes” tidas como inaptas para exercer sua finalidade biológica.

Psiquiátrica em 1921. Diretor do Instituto de Neuropatologia. Membro de inúmeras instituições médicas, nacionais e internacionais. Realizou diversos estudos na área de neuropsiquiatria e neurologia. Foi membro titular da Academia Nacional de Medicina (1922). Faleceu no Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1969.

Como destacou Souza (2006: 42), a partir de 1918, nas obras literárias do sanitarista Belisário Penna, do escritor Monteiro Lobato e do médico eugenista Olegário de Moura, a ideia de sanear a sociedade era o mesmo que eugenizar.

Para este autor a aproximação do modelo eugênico nacional com o francês se deu devido a preocupações com um caráter científico preventivo, que se distanciava de outros modelos de inclinações segregacionistas, como o caso inglês de orientação mendeliana. Como discorreu Souza:

O pensamento neolamarckista permitia, portanto, que os eugenistas investissem sobre a vida social de maneira efetiva, propondo políticas públicas de caráter intervencionista e estabelecendo uma “ordem social e moral” em nome da “ciência da hereditariedade”. Além das reformas higiênicas e sanitárias, os eugenistas propunham, ainda, várias discussões sobre a legislação matrimonial, exame médico pré-nupcial, educação sexual, aborto e controle da natalidade, tendo como objetivo tanto o aperfeiçoamento social quanto biológico das futuras gerações. Neste sentido, a eugenia se constituía também como um importante mecanismo civilizador, capaz de reeducar os hábitos sociais e os comportamentos morais, investindo, por exemplo, sobre as regras de higiene individual e familiar, a educação sexual, a regulamentação sobre o uso do álcool e do tabaco, além do controle da prostituição e da criminalidade (2006, 46).

Tese nº 74 - *Sobre a Educação Sexual*, Celina Padilha.

Como apontamos na apresentação dessa unidade, a tese nº 74, proferida pela professora Celina Padilha, intitulada *Sobre a Educação Sexual* foi a primeira a tratar da educação sexual e trouxe uma proposta de ação normativa. Tal proposta foi baseada nos saberes médicos/pedagógicos da autora que endossam nossa hipótese. Além desses apontamentos, a tese de Padilha foi outra que abordou as questões da higiene e eugenia.

Celina Padilha iniciou sua abordagem tecendo uma crítica a questão da cultura sexual da população brasileira. Esta autora observou como o legado de conhecimentos transferidos de pais para filhos se constituiu como um problema para as gerações futuras, uma vez que, mesmo os pais tendo experiências equivocadas em suas juventudes não procuravam reformar seus conhecimentos a fim de instruir filhos e filhas. Os meninos seriam deixados a mercê de uma educação deturpada pelo contato com o meio social e as meninas deixadas em um estado de pseudo-inocência (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org.: 1997, 428).

A autora expôs que os pais deveriam ser os primeiros a abordar a temática sexual com os filhos de modo a prevenir um contato deturpador sobre essa prática. O pensamento expresso por Padilha apontou a relevância que a educação possuía para a formação de um meio social favorável ao desenvolvimento físico e mental dos jovens.

Uma vez que os pais não atendiam as necessidades que a educação sexual demandaria, Padilha defendia um modelo de educação sexual cientificamente orientado, iniciado nas escolas com o objetivo de preparar as gerações futuras. Essa orientação poderia possibilitar o amadurecimento das ideias sobre a educação sexual e desta feita impedir danos mais graves à moral e à eugenia. A escola neste sentido seria imprescindível por possuir um corpo docente, dotado de saberes científicos, capaz de gerir qualquer conhecimento, sistematizando o estudo.

Para esta conferencista, a educação sexual no lar encontraria como principal entrave os preconceitos e tradições arraigados a longo tempo nos adultos. Estes fatores foram vistos como um problema pela autora que afirmou que tais tradições impediriam os pais de compreender a necessidade e a importância do empreendimento da educação sexual doméstica.

Padilha destacou que nos lares as crianças eram tolhidas do contato com qualquer forma de saber ligado ao sexo, e isso se estabelecia como uma falha na educação sexual. Neste ponto, há a comparação entre a educação das crianças de famílias das cidades e do campo; aquelas que viviam nas cidades sofriam com a repreensão dos pais quanto ao contato com a biologia relacionada à vida animal. As crianças do campo teriam um maior acesso a tais conhecimentos, principalmente em virtude da liberdade com a qual lidariam em seu modo de vida. A educação sexual equivocada ministrada pelos pais e mesmo a inexistência de qualquer orientação por parte dos mesmos levariam as crianças e os jovens a buscarem informações com colegas e empregados que muitas vezes deturpariam as informações de temática sexual (Idem: 1997, 428).

As crianças eram vistas como as principais vítimas dos males degenerativos dos hábitos imorais dos adultos. A geração de crianças estava em foco nas discussões e para tal, uma educação sexual social deveria ser elaborada (SOUZA: 2006, 50).

Padilha ainda discutiu “os falsos” pudores que se impuseram na educação que impediam a franqueza entre os pais e filhos. Essas condições fizeram com que as ideias sobre o ato genital se configurassem como pecaminosas (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org.: 1997, 428).

Os apontamentos de Padilha denotam como a educação associava-se a um forte discurso medicalizante e de moral religiosa, além de uma interferência direta sobre o espaço doméstico. A ignorância dos pais quanto à temática sexual, em seus aspectos biológicos e mesmo pedagógicos, se impunham para Padilha como um obstáculo a educação sexual dos jovens.

Padilha expôs que aqueles que educavam muitas vezes não distinguiam a completa diferença entre os estados de ignorância e inocência. O ignorante seria aquele capaz de saber, porém não possui os conhecimentos com concretude, ou o possuíam de forma equivocada. O inocente seria aquele capaz de se referir aos fatos da reprodução com a mesma naturalidade que se referem as demais funções orgânicas. Esses buscariam o conhecimento das funções sexuais para melhor respeitar a natureza. Nesta categoria Padilha enquadrou as crianças, cuja compreensão iria se expandindo de modo extensivo e qualitativo. Os adultos, mais uma vez, eram considerados pela autora como culpados por deturpar os saberes que envolviam a função sexual, uma vez que eram utilizados artifícios, mentiras e outras formas de ludibriar a curiosidade natural das crianças (Idem: 1997, 430). Esta posição demonstra como para a autora a atividade sexual estavam atreladas ao desenvolvimento biológico.

Esses danos seriam evitados uma vez que os pais buscassem se educar sexualmente aos moldes científicos. Sobre esse aspecto Padilha expôs que embora houvesse uma parcela de adultos que se dispusessem a desempenhar a função de educadores de seus filhos, essa era muito ínfima diante da enorme quantidade daqueles que permaneciam na ignorância.

Destacou que os pais, bem orientados, seriam a outra parte importante da educação sexual por complementarem os saberes de seus filhos; ensinando de forma naturalizada e irreverente, respondendo aos questionamentos das crianças de acordo com a demanda.

Ao analisarmos o discurso de Padilha identificamos as influências de diversas correntes científicas e educacionais que estavam empenhadas em analisar os aspectos sociais, biológicos, psíquicos e psiquiátricos do trato da temática sexual, dentre estas gostaríamos de esclarecer as noções associadas aos novos preceitos educacionais do contexto. A postura tomada por essa conferencista denotou uma perspectiva de como a escola, no empreendimento da educação sexual entre muitos outros, possuía papel de destaque. A intervenção da educação escolar possibilitaria que a eugenia e a psiquiatria pudessem intervir de forma mais sutil nos espaços privados, de maneira a modelar novos parâmetros sociais. O trabalho de Marcus Vinicius da Cunha, intitulado “A

desqualificação da família para educar (1997), nos auxilia a explicar melhor nossos apontamentos. Segundo este autor, o Manifesto da Escola Nova ou Manifesto dos educadores foi um importante documento que trouxe em seu conteúdo um quadro compreensivo das relações entre família e escola, analisadas sob uma abordagem sociológica e histórica (CUNHA: 1997, 48).

Cunha (1997, 48) interpreta a premissa do Manifesto que diz que a educação era um direito de todos, como uma alegação de que o Estado enquanto gestor da educação pressupunha reconhecer que a família brasileira já não dava conta integralmente de educar as crianças. Este aspecto se daria devido ao surgimento de grupos profissionais orientados para satisfazer interesses especializados. Enquanto característica das sociedades modernas, estas especializações adentravam em meio ao espaço privado familiar desarticulando o papel familiar da educação. As famílias ainda eram vistas como espaço principal para a formação moral dos indivíduos, mas o Estado enquanto gestor da orientação pública assumia a função educacional.

Padilha demonstrou em sua análise determinado grau de descrença na ação educadora dos pais, principalmente ao que se refere aos conceitos da educação sexual. No entanto, este problema poderia ser solucionado por um maior intercâmbio entre os lares e as escolas. Para uma melhor abordagem familiar da temática se faria necessário uma reeducação dos pais para que assim estes pudessem cumprir sua função instrutora nos lares. Pais e profissionais do ensino assim cooperariam de modo a solucionar os questionamentos inerentes as demandas etárias das crianças a serem educadas.

Os cuidados com a infância, como destacado nos capítulos anteriores, possuíam centralidade nos projetos científicos e pedagógicos no país, centralidade esta que encontramos na abordagem de Celina Padilha. As preocupações com a instrução estavam ligadas com a higiene mental e biológica desses indivíduos e não apenas com as possibilidades de uma moralização dos hábitos sexuais dos futuros adultos. Segundo aqueles que atuavam em meio às ciências biomédicas, os hábitos perniciosos poderiam degenerar as mentes e corpos, não apenas pelo perigo das doenças venéreas ligadas à promiscuidade sexual, mas sim porque afetariam diretamente a psique do indivíduo, havendo a possibilidade de alterar o plasma germinativo, constituindo um legado hereditário nefasto para a nação.

As práticas da masturbação, o contato com prostituição, entre outros, eram vistos como males que provocariam mazelas hereditárias. A conservação de hábitos saudáveis cotidianos era defendida como providências profiláticas e em determinada proporção

como medidas eugênicas, pois as mentes que possuíssem sanidade gerariam corpos com sanidade. Ao analisarmos as teses que falam diretamente sobre os cuidados com a mente e a sexualidade daremos maior ênfase a esta discussão.

Outros dos apontamentos de Padilha se referiam à faixa etária a iniciar a educação sexual infantil assim como outros cuidados ao lecionar. A idade de onze anos seria a mais adequada ao início das lições sobre a biologia sexual que deveria ser efetuada de forma naturalizada, sem o uso de artifícios que visassem enganar as crianças.

Nas orientações de Padilha havia a necessidade de vigilância constante, principalmente com aquelas crianças tidas como fracas e de tendências más, pois essas diante de orientações proibitivas poderiam sentir-se impelidas a executá-las.

De acordo com esses apontamentos podemos observar que as orientações da conferencista denotam uma preocupação com os aspectos psicológicos da educação sobre a mente das crianças. Esta levou em consideração as “tendências” do comportamento das crianças como se estes fossem determinantes para a educação sexual delas. A psicanálise e a psiquiatria foram duas ciências de relevante presença nos argumentos dos autores da I Conferência Nacional de Educação.

As orientações descritas por Padilha deveriam ser lecionadas nas aulas de anatomia e fisiologia, posto que não mais haveria espanto das crianças, que já estariam a par dos processos reprodutivos de animais e plantas como meios da natureza de conservação das espécies. O objetivo desse tipo de orientação seria instruir de modo a promover a compreensão e o apreço aos saberes acerca da natureza, sem os preconceitos e ideias deturpadas sobre a função sexual.

A atenção sobre a conservação da pureza dos alunos por parte dos mestres seria outro aspecto importante da educação sexual. A autora preveniu quanto aos riscos de hábitos viciosos que poderiam se alastrar desde a tenra idade. No intuito de evitar vícios em idades inferiores a onze anos, a autora estabeleceu que seria suficiente apenas conselhos sobre a higiene das genitais assim como era feito a respeito da higiene com as outras partes do corpo.

A vigilância sobre os hábitos dos jovens seria assim outro dos fundamentos de sua educação sexual, recomendando práticas esportivas, manter as mãos sempre livre do toque ou alcance das regiões genitais, prevenir sobre o toque excessivo nas demais pessoas como medidas higiênicas. Durante a recreação orientar brincadeiras de movimentação livre e observar rodas de conversação. Tais cuidados deveriam sempre ser efetuados sobre os preceitos da moral para uma educação sexual correta.

A conservação e a vigilância dos hábitos das crianças ganharam centralidade na argumentação de Padilha como medidas higiênicas favoráveis a boa educação sexual. Entendemos essas preocupações como outras das medidas que visavam à preservação da psique das crianças. A possibilidade de a degeneração afetar os jovens devido a maus hábitos preocupava os educadores e cientistas, posto que os males sexuais teriam sua origem também nas mentes.

Dentro dessa perspectiva higiênica a autora abordou a questão da co-educação sexual de meninos e meninas. A professora argumentou que se o objetivo de instruir nesses assuntos era manter a naturalidade e pureza do tema científico não faria sentido à separação por gêneros. Uma vez que se permitisse a separação de meninos e meninas, os mistérios e a “maldade” sobre a temática sexual se imporia; haveria nessas questões uma série de nuances que gerariam constrangimentos aos professores e alunos que poderiam ser evitados uma vez que a co-educação fosse estabelecida como modelo. A nosso ver a tese de Celina Padilha buscou enfatizar a importância da educação sexual infantil iniciada nos lares e associada à educação escolar. Os principais atores desse processo seriam os pais e professores que deveriam buscar a instrução para melhor desempenho de suas funções e a superação de preconceitos quanto à necessidade da educação sexual para o futuro das crianças e futuras gerações no país. Os cuidados dirigidos a infância se fariam como fundamentais para a manutenção de mentes e corpos saudáveis de modo a estabelecer/preservar a herança biológica nacional. As considerações de Padilha foram aprovadas pelo congresso.

Tese nº 75 - *O problema da educação sexual: Importância eugênica, falsa compreensão e preconceitos – como, quando e por quem deve ser ela ministrada*, Renato Kehl.

A tese nº 75, “*O problema da educação sexual: Importância eugênica, falsa compreensão e preconceitos – como, quando e por quem deve ser ela ministrada*”, apresentada por Renato Kehl revela mais aspectos que consideramos importantes para nossa argumentação sobre os modelos de educação sexual nacionais.

Assim como na tese de Celina Padilha, a tese de Renato Kehl apresentou argumentação que consideramos como uma proposta que associou vários pressupostos teóricos, dentre eles aspectos da psicanálise e aspectos de orientação eugênica

neolamarckista de estilo preventivo. Como podemos observar na Nancy Stepan distingue que no Brasil

(...) haviam três orientações designadas pela Sociedade Eugênica de São Paulo sobre os modelos de eugenia. A positiva que se preocupava com a procriação “sadia”; a “preventiva”, que tratava da conquista dos fatores ambientais disgênicos (saneamento); e a “negativa”, que visava impedir a procriação dos que não tinham saúde (Sociedade Eugênica de São Paulo, 1919:4).

Na década de 1920 a eugenia preventiva teria predominado, embora medidas de uma eugenia negativa tenham sido discutidas como o aborto, o controle de natalidade, a esterilização como formar de controle dos indivíduos inadequados. Psiquiatras, especialistas em medicina legal e criminologistas estavam particularmente inclinados em levantar a questão da esterilização para o controle da reprodução dos indivíduos degenerados (2004, 352).

Sobre contexto que analisamos, na tese de Renato Kehl encontramos uma perspectiva preventiva que apontava para a importância da educação sexual para as crianças, sendo esta uma argumentação defendida por médicos, psicólogos e educadores. Kehl expôs que somente os que ignoravam os aspectos científicos desse tema eram aqueles contrários a tal educação.

Segundo o autor, a discussão sobre a educação sexual como algo de grande importância para o higienismo e para a eugenia já não era mais necessária devido a sua comprovação. Como destacou, dois foram os pontos de vista daqueles contrários a educação sexual e esses foram taxados pelo autor de errôneos e arcaicos. O primeiro dizia respeito à crença de que na infância não haveria predisposições sexuais que desencadeassem curiosidades. Kehl se apoiou na argumentação de Freud para estabelecer que desde tenra idade as crianças possuíam estímulos sexuais, e nesse sentido haveria a necessidade de instruí-las cientificamente sobre esses assuntos. Pecariam os pais que tentavam enganar os filhos com falsas verdades, e desse modo corroborariam para a má educação e mesmo deturpação dos saberes sobre a sexualidade. O segundo aspecto seria aquele que defenderia a ideia de uma educação sexual cujas dificuldades seriam insuperáveis. A ignorância e os preconceitos tradicionais sustentariam esse ponto de vista, pondo em risco a aprendizagem de crianças e jovens, que por sua vez iriam buscar seus saberes em vias não confiáveis (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org.: 1997, 433).

De acordo com as análises de Souza, Renato Kehl além de destacar a importância dos problemas físicos e morais da população brasileira também expôs os problemas

intelectuais como de relevância nacional. Renato Kehl, em um primeiro momento de sua carreira, defendia que, além de sanear e eugenizar, era preciso educar a população do país por meio do combate ao analfabetismo. Com a educação o sentimento cívico e nacionalista ganharia ainda mais destaque entre a sociedade (2006, 109). Estes posicionamentos de Kehl logo se modificaram após seu regresso da Alemanha, em fins da década de 1920, quando absorveu as perspectivas eugênicas de orientação mendeliana que norteavam as ações de higiene negativa professadas naquele país.

No período de sua atuação junto a Departamento Nacional Saúde Pública, Renato Kehl esteve envolvido em congressos científicos que objetivavam discutir e propor soluções aos problemas físicos, morais e intelectuais nacionais. No Congresso Brasileiro de Proteção a Infância (CBPI), ocorrido em 1922, no Rio de Janeiro, Kehl apontou em sua tese “Da eugenia e o futuro do Brasil” que “instruir é eugenizar, sanear é eugenizar”. Como descreveu Vanderlei Souza,

Neste período, Renato Kehl acreditava que as reformas sociais e do meio ambiente, como a educação, o saneamento e a higiene em geral, contribuiriam eficazmente para melhorar as qualidades físicas e intelectuais da população brasileira. Por outro lado, este autor previa, ainda, que as próprias mudanças que ocorriam nos hábitos sociais relacionados à higiene contribuiriam para reformar o comportamento moral da população e, em conseqüência, para elevar os valores da civilização nacional. Assim, conciliando os pressupostos eugênicos aos da higiene e do pensamento social como um todo, Renato Kehl continuou, sobretudo até o final dos anos 1920, a sua insistente “cruzada” pela divulgação de um modelo de eugenia que conciliasse a medicina social e a educação como um só projeto de reforma da nação. (SOUZA: 2006, 111)

Os apontamentos de Souza conferem às nossas análises um relevante argumento, aquele que denota que para Renato Kehl e outros eugenistas nacionais, alguns destes presentes na I CNE, a relação entre medicina social, educação e eugenia se fazia muitas vezes de maneira indissociável. Esta característica do pensamento dos eugenistas nacionais são chaves para observarmos como o neolamarckismo esteve presente em suas concepções. As relações com os problemas sanitários e aqueles de natureza educacional eram tidas como cruciais para as questões do desenvolvimento racial brasileiro. Este aspecto é importante para diferenciarmos os modelos de orientação neolamarckista dos modelos eugênicos de orientação mendeliana, este último não pressupõe questões como aquelas da educação sexual ou da medicina social como cruciais aos problemas da ordem da eugenia.

Outro dos aspectos da argumentação de Kehl se refere ao problema da educação ministrada sem embasamento científico. Na tese da ICNE, Renato Kehl atentou para os cuidados que os pais deveriam ter na orientação e fiscalização de seus filhos, pois esses correriam o risco de serem persuadidos por amigos e outras pessoas do convívio que colocariam em risco a sua educação sexual correta. Essas precauções do autor se mostram como um aspecto de convergência em relação ao trabalho de Celina Padilha em seu aporte preventivo.

Kehl expôs que havia consenso entre boa parte dos pedagogos de seu tempo e autoridades médicas que se associavam aos estudos médicos-sociais no que tange a importância da educação sexual. Exemplo disso foi uma resolução promulgada em prol da importância da educação sexual para crianças nas reuniões anuais da *American Medical Association*, no ano de 1903 e no congresso realizado em Berlim, em 1905, do *Bund fuer Mutterschutz* (liga para a proteção materna) e ratificada no Congresso Internacional de Higiene, ocorrido em 1923, em Paris. Como destacou, a temática da educação sexual vinha sendo apontada como fundamental para a defesa do indivíduo, da sociedade e progresso biológico da espécie em diversos congressos de orientação pedagógica e eugênica (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org.: 1997, 434).

Diferente de Celina Padilha, que relacionava a idade de 11 anos para as primeiras lições de educação sexual, Renato Kehl defendia parâmetros diferenciados em relação ao início dessa instrução. Kehl destacou que não havia consenso quanto à faixa etária correta para o início da educação sexual e expôs que não se poderia levar por base à idade, o sexo, a condição social, o temperamento e o desenvolvimento para o início desse empreendimento. Para o autor, os determinantes para o início das primeiras lições de educação sexual deveriam ser verificados na infância mediante os graus de inteligência e curiosidade expressos pela criança nessa etapa. As informações deveriam assim ser ministradas de acordo com os questionamentos da criança, de maneira simples, clara e com a devida seriedade tais quais outros assuntos banais da vida.

Este ponto da argumentação de Kehl mostra um argumento que distância sua abordagem daquela de Padilha. Uma vez que o autor defendia maneiras não padronizadas para o início da educação sexual, levou em consideração características individuais que denotam que o discurso eugênico do autor não se definia por uma normatização médica na educação. Tal argumento revelou um aspecto relativo às influências freudianas do autor que discutiremos ao tratarmos das teses da psicanálise presentes na ICNE.

Quanto a quem deveria ser dada a tarefa da educação sexual, o autor defendia a importância materna nesse exercício. Apoiando-se nas resoluções da Sociedade Alemã para a luta contra as Doenças Venéreas, Kehl afirmava que as mães deveriam ter a missão da educação sexual das crianças. Em concordância com Stepan, acreditamos que o modelo de educação sexual apregoado por Kehl pouco tinha a ver com visões radicais sobre sexualidade ou papéis sexuais. Pelo contrário, a eugenia brasileira vinculava-se estreitamente a uma ideologia conservadora e familiar (2004, 352). A tarefa dos pais, no desempenho da educação sexual, estava associada a perspectivas tradicionais de família e papéis sociais de gênero.

Embora concordemos com Stepan, a lógica da transmissão dos valores tidos como tradições já neste contexto era questionada. Mesmo que perdurasse o tradicionalismo dos valores patriarcais, seus fundamentos foram revistos. Nas falas de Renato Kehl e Celina Padilha podemos ver como o diálogo sobre a educação sexual passou a ser problematizado de modo a analisar qual o papel da família e da escola na instrução desses valores. Se anteriormente a educação sexual sequer era discutida “em nome da moral e dos bons costumes”, com a intervenção da pedagogia e, sobretudo, da medicina, no âmbito doméstico, o tema tornou-se pauta prioritária. No caso brasileiro, a educação sexual associada à eugenia e outros saberes científicos fez com que a lógica conservadora da sociedade fosse questionada em vários aspectos. A I CNE foi um dos espaços intelectuais onde as proposições da moral tradicional estiveram em constante sinuosidade com as argumentações das ciências, ora favoráveis ora contrárias.

Retomando a tese de Renato Kehl, a educação sexual deveria ser conduzida primeiro pela mãe, que cumpriria a tarefa das primeiras perguntas; em seguida pelo pai, que orientaria sobre os perigos das más companhias e perversões sexuais e por fim por educadores e médicos, que complementariam de forma didática os detalhes da reprodução. Nisso se diferenciava da exposição de Celina Padilha. A conferencista, como já analisamos, questionava a educação sexual, ministrada no lar pelos pais, principalmente por atribuir a esses o maior dos problemas relacionados à ausência ou má educação sexual dos filhos (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org.: 1997, 435).

Um método apontado por Kehl se refere a usar os exemplos encontrados na natureza, partindo dos casos de plantas e, posteriormente, de animais. Em alusão ao papel dos médicos, o autor estipulava que esses possuíam a tarefa de renovar os conselhos e chamar a atenção dos adolescentes para o dever dos indivíduos em relação ao matrimônio e à descendência, atendo-se aos detalhes da preservação da espécie e a

necessidade de resguardo quanto ao matrimônio para homens e mulheres (Idem: 1997, 436). O autor não era favorável à co-educação, com algumas exceções apenas, outro aspecto que também encontra discordância com relação à fala de Celina Padilha.

Sobre a tese que ora analisamos, Souza (2006: 116) destaca que Kehl apontou que o futuro dos jovens do país dependia de cuidados eugênicos, propondo uma educação higiênica que abarcasse a vigilância sexual dirigida sobre a moral adquirida na infância e adolescência. A promiscuidade e outros problemas dessa natureza estariam relacionados à falta de orientação destes jovens. Tal ignorância culminaria em um estado “impuro” de corpo e espírito dos futuros adultos a contrair matrimônio. Para Kehl, vencer preconceitos para implementar a higiene sexual por meio da educação seria necessário; tendo papel conjunto pais, professores e médicos para evitar o “caos moral”.

A tese de Renato Kehl denota a crença na educação científica de jovens e adultos, como solução para os problemas de natureza social e biológica. A educação sexual que era defendida, tanto na exposição de Kehl quanto na de Padilha, era aquela que pressupunha a ciência como mediadora das relações. Antes da progeritura e mesmo do matrimônio, homens e mulheres deveriam ser instruídos à luz da ciência sobre a temática sexual e, acima de tudo, sobre o significado do que era amar de maneira salubre.

Em meio a estas questões da educação sexual, as relações de gênero também foram problematizadas. O papel de homens e mulheres enquanto cônjuges e mesmo no desempenho dos papéis de pais e mães da nação brasileira eram indagados dentro das perspectivas da ciência eugênica preventiva. Tanto nas teses dirigidas a pensar diretamente a educação sexual como nas teses que apresentaram questões pertinentes a esta educação e que, no entanto, tratam de outros temas, as abordagens de gênero foram apresentadas principalmente por estarem levando em consideração as funções sociais e biológicas de homens e mulheres. Nas teses de Celina Padilha, Renato Kehl e de conferencistas que apresentaremos como Nestor Lima, as discussões de gênero foram abordadas havendo direcionamentos sobre como o exercício social dos sexos e mesmo biológico poderia interferir na salubridade das próximas gerações de brasileiros.

Autoras como Marina Maluf e Maria Lúcia Mott no texto *Recônditos do mundo feminino* (1998) abordam as dúvidas que se estabeleciam acerca do papel de homens e mulheres em sociedade e, principalmente, na família. Segundo descrevem, os intelectuais das mais variadas correntes de pensamento empenharam-se em estabelecer

“com precisão” os limites entre as características dos dois sexos. Como elucidam as autoras:

Diferentes biologicamente, diversos psicologicamente, desiguais socialmente, as psiques de homens e mulheres eram vistas como “meros reflexos de suas posições físicas no amor: um procura, domina, penetra, possui; a outra atrai, abre-se, capitula, recebe. O trabalho, pura sublimação dos impulsos naturais, sempre será alocado pelo sexo, em harmonia com estas disposições. Os mais variados discursos sobre a família e o casal – literários, religiosos, médico e jurídicos – decretavam, a partir de meados do século passado, que era no lar, no seio da família, que se estabeleciam as relações sexuais desejadas e legítimas, classificadas como decentes e higiênicas. (MALUF E MOTT, 1998: 386)

Como descrito anteriormente, o dimorfismo sexual era apenas uma das instâncias levadas em consideração nas discussões de gênero no âmbito da instituição denominada família. A condicionante sexual determinava o papel social de homens e mulheres, acentuando os valores da cultura patriarcal herdada. Em partes concordamos que as diferenças de gêneros se mantiveram durante o período em questão devido aos valores patriarcais mencionados, no entanto, estudiosos da ciência da época denotavam forte interesse em introduzir novos parâmetros que reduzissem as fronteiras entre os valores ministrados a educação masculina e feminina. Segundo Bassalo (2000) assevera, o médico paraense Arthur Porto em trabalho publicado 1930 afirmou que:

A educação sexual (...) tem um caráter de proteção do menino e da menina alertando-os quanto aos ‘perigos’ ligados à sexualidade além de ser indispensável para o pleno exercício da vida em sociedade. Em outro trecho, discutindo a realização de casamentos por interesse, esclarece que aqueles que concebem esse tipo de união para suas filhas desprezitam a lei natural que deve reger a escolha do parceiro. Para ele as mulheres devem levar para o futuro lar as boas qualidades do coração e do cérebro e não somente um corpo virgem ou semi-virgem. Para isso, aconselha que os moços e moças adquiram, desde a infância, por uma aprendizagem especial, atos morais mais dignos e mais naturais, em vez da hipocrisia que se nota em muitas, ficando acostumados a andar juntos e senhores de si próprios, dominando o desejo com reflexão e fazendo prevalecer à razão sobre o instinto, até que chegue o dia apazado para a união sexual (BASSALO: 2000, p. 6).

Ainda sobre Maluf e Mott, outros aspectos discutidos se referem às nuances da composição das famílias, ao relacionamento conjugal, e ao sentimento amoroso estabelecido como rigor para a união de um casal. Ao sentenciar que

“o amor ao próximo, à família, à pátria, à humanidade são metamorfoses ou sublimações do amor inicialmente sexual”, isto é, a domesticação dos desejos pecaminosos, os “higienistas da alma”, a exemplo do psiquiatra progressista Antônio Austregésilo Lima, reafirmavam o juízo já de larga tradição cristã: “Fora do casal não existe tradição possível”. Paralelamente a tais incursões sentiram-se à vontade para esquadrinhar, fiscalizar e confrontar padrões de comportamento. E em nome da salvaguarda da família, condenar os desvios de norma (MALUF E MOTT: 1998, 386).

Maluf e Mott descrevem que se o casamento representava uma etapa superior das relações amorosas, e era proclamado “garantidor da saúde da humanidade”, o melhor remédio para o corpo e para a alma, constituindo-se numa das maiores fontes de “estabilidade social”, era preciso, então, divulgá-lo e transformá-lo numa necessidade para todos. As teses de Padilha e de Kehl já apresentadas revelam que as preocupações com a formação das famílias e principalmente o papel dos cônjuges na educação sexual das crianças era fundamental para os ideais de noção discutidos naquele contexto. O quadrilátero pai, mãe, professores e médicos aparecem não somente na abordagem desses autores como na de outros autores que iremos discutir, levando em consideração os diversos aspectos das relações entre estes.

A ideia de uma nação constituída por famílias saudáveis e moralmente “corretas” se afigurava como uma necessidade para o progresso. Tanto nos modelos eugênico em suas variações quanto em outros aportes científicos, as preocupações com a formação das famílias, a partir dos casamentos planejados, eram proeminentes. No entanto, as maneiras de aplicação dessas ciências sobre a vida social se deram de maneiras diferentes. No modelo mais recorrente no Brasil, aquele de orientação neolamarckista, a eugenia promoveu sua intervenção na forma de aconselhamentos conjugais e exames pré-nupciais que demonstravam um grau atenuado e preventivo de intervenção. Já no modelo adotado em países como Estados Unidos e Alemanha, a eugenia mendeliana de inclinação negativa proibia casamentos de tipos raciais considerados disgênicos, além de promover a esterilização para evitar o mal da degeneração.

Como descreve Souza, os eugenistas brasileiros incentivaram medidas que visavam racionalizar a natalidade e orientar a reprodução humana. O matrimônio deveria assim ser regulamentado e também combatida qualquer forma de união conjugal entre aqueles tidos como “inadequados”, portadores de “taras hereditárias”, “criminosos” e “delinquentes”. Como ele resume:

Neste sentido, preocupados que estavam com o futuro da prole nacional, os eugenistas voltaram suas atenções também para uma ampla discussão sobre educação sexual e orientação matrimonial. Através de campanhas em defesa do exame pré-nupcial e do controle racional da natalidade, os eugenistas procuravam instruir as famílias sobre a importância da “reprodução eugênica”. Já em 1918, os eugenistas da Sociedade Eugênica de São Paulo pretendiam introduzir no Código Civil Brasileiro um dispositivo que obrigasse os nubentes a apresentarem, antes do matrimônio, o atestado médico que comprovasse suas capacidades físicas e mentais (SOUZA: 2006, 51).

O exame pré-nupcial passou assim a ser defendido por médicos como João Prudêncio de Souza, da Faculdade de Medicina da Bahia, que apontava como medidas proibitivas para o matrimônio, uniões entre portadores de tuberculose, doenças venéreas, taras consideradas incuráveis, alcoolismo, deficiências físicas e demais males tidos como de caráter hereditário. O problema maior apontado por esse médico dizia respeito à sífilis hereditária, que deveria ser o maior motivo de proibição matrimonial.

Outras medidas eram defendidas como maneiras eugênicas de prevenção, como a prática de exercícios, principalmente para as mulheres. Havendo aí outra inclinação neolamarckista, Souza aponta que intelectuais como Fernando de Azevedo, defendiam esta ideia e depositavam sobre as mulheres a responsabilidade pela geração de crianças bonitas e salubres, propiciada também pela transmissão dos traços físicos esculpidos pela educação física das mães (Idem: 2006, 53).

Tese nº 68 - *O Celibato pedagógico feminino*, Nestor Lima.

A I CNE trouxe em suas discussões os aspectos relacionados à eugenia e às questões de gênero. A temática do celibato estava na pauta das discussões e na tese de nº 68, intitulada *O Celibato pedagógico feminino*, apresentada pelo professor Nestor Lima, o celibato feminino foi discutida também segundo uma perspectiva de eugenia preventiva. Esse representante da Escola Normal de Natal debateu sobre o acesso profissional de mulheres casadas e grávidas aos cargos de professoras. O autor iniciou sua abordagem enfocando como em países da Europa esses aspectos vinham sendo abordados diante das questões sociais de repopulação de países como a Alemanha e a Áustria (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org.: 1997, 405).

O conferencista destacou que as tomadas de decisão governamentais no Brasil, sobre esses e outros assuntos, vinham sendo feitas sem estudos suficientemente sérios

para uma averiguação acurada do tema. Destacou leis como a da reforma primária de Minas Gerais que só permitiam acesso à cadeira do magistério a mulheres viúvas e sem filhos (Idem: 1997, 405).

O histórico das discussões sobre o celibato que tratavam das diferenças de gêneros trazia polêmicas desde o século XIX. Na análise de Cristiane de Oliveira Santos (2010), intitulada *A regulação política da sexualidade no âmbito da família por saberes e instituições médicas brasileiras (1838-1940)* encontramos relevante argumentação a respeito das perspectivas médicas que interpelaram o casamento e discussões como sobre o celibato.

A autora descreve que, a partir da década de 1870, houve a produção de teses sobre o celibato masculino. Essa prática era considerada por alguns discursos médicos como perigosa à saúde individual e à nação, por ir contra o instinto de reprodução, que se enunciava como uma força natural irrefreável que caberia ao homem dominar. Nenhuma manifestação individual seria capaz de refrear esse instinto, com exceção do casamento que era tido como único meio de conciliar e compartilhar entre homem e mulher a ordem instintual e a moral. Neste sentido, o celibato, se empregado, seria causador de desordens e a desgraça individual e social (SANTOS: 2010, 44).

O celibato e a pureza do casamento eram motivo de discursos que não poupavam os homens tampouco as mulheres. “É um erro funesto crer que a virgindade conserve o brilho da tez e os atrativos da juventude. A maior parte das mulheres que ficam virgens depois de terem atingido o desenvolvimento completo são assaltadas por uma multidão de indisposições mortais”, inimigas da beleza e da saúde. Na medida em que “tardam a cumprir os deveres de amante e de mãe”, sua pele tende a tornar-se “terrosa e baça”. Com mais frequência que os “indivíduos normais”, os castos “estão sujeitos a tornarem-se escravos de paixões sexuais tirânicas. A natureza nunca perde os seus direitos e a sua desforra é as vezes penosa”. (MALUF e MOTT: 2002, 387). A palavra “normal” se configura como um conceito. A normalidade descrita pelas autoras, enquanto discurso de época, é aquela que pressupõe que homens e mulheres biologicamente adultos, seriam condicionados ao matrimônio, como uma necessidade de seus corpos.

Na tese de Nestor Lima a temática recaía sobre a condição feminina. Este autor mostrava-se favorável ao celibato, mas não aquele de ordem exclusivamente sexual. Na abordagem, Lima inclinou-se a apresentar como o labor feminino, fora do espaço doméstico, poderia ser antieugênico.

Lima apontou em sua tese que em diversos estados brasileiros foram criadas leis que proibiam a contratação de núpcias das professoras com pena de exoneração dos cargos ou mesmo disponibilidade forçada. Em comparação com o caso masculino, o autor apontava que, nenhuma restrição era imposta quanto à possibilidade ou existência de matrimônios dos professores (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org.: 1997, 405).

O autor expôs que os motivos da proibição se referiam ao fato de não se coadunarem as atividades domésticas com o trabalho externo ao lar, e atribuía que de maneira geral era um idealismo crer que as duas tarefas, a de mãe e professora, se completavam.

Lima era favorável a determinado discurso eugenista que alegava que a mulher que trabalhava se esgotava mentalmente (principalmente nos cargos do magistério) e, portanto, prejudicava as possibilidades de uma gestação saudável. Esses apontamentos eram inerentes a determinadas correntes européias em vigor. Essas correntes seriam relativas principalmente aos países em reconstrução no pós-guerra, como no caso da Áustria que impôs o celibato pedagógico. Já o caso Prussiano – principado alemão que anterior a unificação alemã em 1871 – demonstrava uma ação diferente dessa, permitindo, com determinadas restrições, o acesso ao magistério de mulheres casadas e com filhos. Essas posições, mesmo nos países em que o celibato pedagógico não possuía tanta força, não eram unânimes; vide o caso das Sociedades de Professoras Católicas Alemãs, Sociedade Regional de Professoras Prussianas e a Sociedade Bávara de Professoras Católicas que eram favoráveis ao celibato das professoras, como destacou Nestor Lima (Idem: 1997, 406).

O autor discutiu na tese os projetos de leis que propiciavam licenças especiais para professoras grávidas que se ausentariam dois meses de suas funções públicas. Mostrando-se contrário a tais resoluções, Lima afirmou que essas licenças seriam prejudiciais ao ensino público, uma vez que perderia suas profissionais por determinado tempo (Idem: 1997, 406).

As perspectivas de Lima eram bastante recorrentes nos meios intelectuais, dada a disseminação das concepções que construía a imagem de mulher/mãe para o bem da prole nacional. A relação entre médicos e mães possuía uma forte instância reguladora de condutas, sendo mais um modelo de intervenção no espaço doméstico. Embora entendamos que essa associação promoveu uma série de mudanças que favoreceram a natalidade, assim como a longevidade das crianças e eficácia dos cuidados maternos, também foram um problema para aquelas mulheres que precisavam exercer ofícios que

não aqueles do labor doméstico. As prescrições médicas em boa medida pressupunham que as mulheres deveriam, por excelência, dedicar-se aos cuidados domésticos e maternos, no entanto, na realidade das classes pobres do país o trabalho das mulheres complementava a renda familiar e muitas vezes era a fonte principal do sustento.

Diferente da argumentação de Lima, que apresentou o labor feminino como algo antieugênico, estudos recentes da historiografia vem mostrando que as perspectivas de intelectuais do mesmo contexto de Lima afirmavam os benefícios da função profissional feminina para as futuras gerações.

O estudo sobre a relação entre médicos e mulheres na promoção de ações filantrópicas e prestação de assistência no âmbito materno-infantil é objeto de estudo de Maria Martha de Luna Freire. A autora trabalha com a relação estabelecida entre médicos e mulheres no ponto de vista da ação puericultora. Freire argumenta sobre a perspectiva de uma aliança entre médicos e mulheres da classe média na construção dos múltiplos papéis da mulher moderna baseados nos pressupostos da maternidade científica. Esta abordagem refere-se a como o trabalho feminino foi considerado por determinados discursos médicos como um fator favorável a eugenia (FREIRE, 2009).

No livro *Mulheres, mães e médicos*, Freire aborda a temática da construção do discurso maternalista no Brasil como base cultural para a propagação do ideário e da técnica da maternidade científica. A autora analisa a relação entre mães e médicos em torno da valorização da maternidade e aponta que “a maternidade científica constituiu uma das dimensões do discurso maternalista, articulando tanto os princípios científicos da puericultura quanto os argumentos produzidos pelos movimentos feministas” (Idem, 2009).

Esta define a maternidade científica como “o exercício da maternidade fundamentado em bases científicas, objeto de práticas educativas próprias e supervisionado por médicos”. A partir da educação das mães procurava-se melhorar a saúde e as condições de vida das crianças, principalmente no que dizia respeito às questões da alimentação e asseio infantil. A execução deste projeto exigiu um meio através do qual médico e mãe pudessem manter uma comunicação (Idem, 2009).

Freire aponta que a associação da maternidade ao projeto nacionalista imputou-lhe um caráter de função pública, valorizando a maternidade. Seu vínculo com a natureza feminina reforçou o discurso feminista e a defesa dos direitos das mulheres. Sendo assim, a aliança com os médicos foi um meio de transformar a maternidade em papel social feminino. A autora aponta que para as mulheres de classe média e alta urbanas, o

exercício da maternidade científica constituiu um caminho para sua inserção no espaço público, uma vez que estas participavam ativamente de atividades com objetivos de arrecadar fundos como festas, bazares, etc. Assim através da filantropia e mesmo atividades profissionais atuavam nos cuidados para com as crianças.

Para os médicos pediatras e puericultores a valorização da maternidade foi um caminho para alcançarem sua legitimação profissional. Apesar dos médicos serem os promotores da campanha em torno da maternidade de base científica, as mulheres foram coprotagonistas da ação fazendo com que a maternidade científica fosse conformada a partir dos interesses de ambos os autores.

Ao retomarmos a tese do conferencista Nestor Lima, observamos que este afirmou ao longo de toda a abordagem que o labor doméstico/materno embora aparentemente complementares ao de professora, trariam uma série de complicações para a eficiência da função pública de educadora, posto que o ônus das duas funções impediria a excelência de ambas. Os estudos recentes de Freire denotam que as discussões do contexto em que Lima se insere abarcou pontos de vista diversos quanto a relação entre a profissionalização das mulheres e a maternidade, muitos destes adversos as lógicas expostas por Lima.

Depreendemos que a tese de Lima apresentou uma argumentação que embora possa ser entendida como de caráter eugênico, está diferida da argumentação de outros intelectuais, que como apresentou Freire, viam a função feminina no espaço público e privado como benéficas a formação da população nacional.

Para Lima, o problema se impunha em dois aspectos, o primeiro por comprometer os cuidados com a própria prole e o segundo por comprometer os cuidados com a prole das demais famílias, ou seja, do Estado. Os cuidados domésticos com os filhos, assim como a educação escolar no modelo nacional, eram tidos como medidas de caráter eugênico, como já exposto em nossa argumentação.

Tese nº 84 - *A higiene nos internatos: estudo das condições sanitárias nos internatos de São Paulo*, Eurico Branco Ribeiro.

Na chave de discussões que interpelaram a relação entre higiene e espaço escolar trazemos a abordagem da tese nº 84, intitulada *A higiene nos internatos: estudo das*

condições sanitárias nos internatos de São Paulo. Apresentada pelo médico e jornalista Eurico Branco Ribeiro⁴⁰, a tese expôs a inspeção efetuada no segundo semestre de 1926, em dez internatos paulistas, que segundo o autor, haviam sido tomados a esmo. O intuito da visita era inspecionar as condições sanitárias de tais escolas visando estabelecer um documento que pudesse servir ao propósito de alertar ao Serviço Sanitário e à Inspeção Pública de São Paulo sobre os problemas a serem corrigidos. Ribeiro destacou que o sigilo sobre os nomes das escolas foi estabelecido nessa tese com o intuito de preservar a posição das mesmas. O objetivo final de sua escrita era despertar o interesse dos educadores do país sobre os problemas escolares de ordem sanitária que até a apresentação da tese não haviam alcançado a devida atenção (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org.:1997, 478).

A tese, além de apresentar detalhadamente os problemas a serem corrigidos nas estruturas físicas dos internatos paulistas concernentes aos aspectos sanitários, descreveu as condições da alimentação, cuidados de enfermagem, material escolar, horários, entre outros, denunciando o descaso governamental e salientando maneiras de melhor gerir tais serviços e dependências. Os cuidados denotavam a preocupação com o bem estar das crianças e jovens que dependiam de tais instituições, de acordo com apontamentos específicos e práticos.

Sobre o tema do ensino de higiene, aspecto que interessa a nossa análise, o autor destacou que não se fazia ainda entre as escolas nacionais o ensino de higiene nos programas dos cursos de humanidades. Estabeleceu que mesmo previsto nos programas das escolas normais, o ensino de higiene não havia sido expandido para a realidade dos institutos particulares, nem tampouco teria despertado a atenção dos legisladores para essa face interessante e necessária da instrução.

Ribeiro afirmou que, mesmo não havendo programas específicos sobre a instrução higiênica nos internatos paulistas, seus diretores e professores sempre se valiam das oportunidades que tinham para oferecer algumas orientações sobre o tema. Esse tipo de instrução, julgada como insuficiente por Ribeiro, ocorria de forma individualizada, aproveitando os intervalos das aulas, os recreios e outros contatos fora das salas de aula,

⁴⁰ Eurico Branco Ribeiro nasceu em Guarapuava, Paraná, em 29 de março de 1902. Foi um médico e jornalista brasileiro. Formou-se em medicina pela Faculdade de Medicina de São Paulo em 1927. Especializou-se em Cirurgia Geral. Foi diretor do Sanatório São Lucas, em São Paulo. Diretor e redator dos Anais Paulistas de Medicina e Cirurgia além de diretor do Sanatório São Lucas, em São Paulo. Faleceu em São Paulo, em 1 de março de 1978.

onde quer que os professores ou vigilantes se encontrassem com os alunos (Idem: 1927, 510).

O autor descreveu que em algumas das instituições, inserido no curso de civilidades, haviam inclusas algumas orientações sobre higiene, principalmente a individual. Essas orientações visavam estabelecer para os alunos maneiras de se portar e agir diante de determinados costumes tidos como anti-higiênicos, ou seja, perigosos para o indivíduo e para a sociedade.

De acordo com a citação “Ama e conserva a limpeza em tudo: nas salas, nas estantes, nos baús, na roupa, nos livros e cadernos, etc. A ordem e a limpeza facilitam o trabalho, poupam o dinheiro e agradam a todos (1923, p.81).”, retirada do livro *Compêndio de Civilidade*, utilizados por essas instituições e que versava sobre civilidades para o uso das famílias e institutos educativos, o autor destacou a ausência de recomendações sobre a importância da limpeza para a saúde. Analisou também que se tornava patente a necessidade da inclusão de uma cadeira sobre higiene nas escolas, justificada pelo valor indiscutível que tais noções possuíam para o esclarecimento social.

Na conclusão da análise sobre ensino da higiene, Ribeiro defendeu a necessidade de criação de um projeto de lei que oficializasse e regularizasse o ensino de higiene nas escolas. Ao destacar os avanços da política paulista, assinalou a necessidade de despertar o interesse para as questões da higiene por parte dos políticos

São Paulo que vai marchando na vanguarda dos estados, graças as suas possibilidades e a alta visão dos seus governantes, não pode continuar silencioso sobre o assunto, mas há de levar em breve para o terreno da prática essa inovação de grande e incontestável alcance para a eugeniização do nosso povo (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org.: 1997, 511).

O panegírico ao governo de São Paulo, assim como o restante da narrativa, trouxe para as análises de Ribeiro, denotando uma perspectiva recorrente entre os conferencistas, a associação entre educação higiênica e práticas sociais. Como já citado a respeito da relação natureza e cultura, a distinção entre ambos não é nítida na argumentação de muitos intelectuais brasileiros e as teses da I CNE trazem esse exemplo. O modelo preventivo da eugenia brasileira fica claro nos apontamentos de Ribeiro, quando este descreveu a necessidade de eugeniização nacional por meio da educação higiênica.

Outra mostra do modelo eugênico assumido pelo autor refere-se à educação sexual, cujos apontamentos são estabelecidos de acordo com a biologia e os hábitos sociais. Ribeiro descreveu na tese a necessidade de se instruir os adolescentes sobre as questões sexuais como forma de evitar “que se permitisse que esse desvelo se desse de forma irresponsável” (Idem:1997, 511).

Um dos objetivos do trabalho feito nos internatos era indagar como era estabelecida a educação sexual dos alunos. Ribeiro apresentou que esse questionamento não foi bem recebido por alguns educadores que demonstravam determinada repulsa por esse tipo de educação. De acordo com o autor, houve mesmo uma censura ao termo “educação sexual” que teve de ser substituída por “educação moral” nas entrevistas, como marca de um “moralismo” tradicionalista.

Ribeiro analisou que as constantes negações ao inquérito sobre a educação sexual, ministrada nos institutos paulistas, significavam o quanto havia de prevalência de antigos costumes que repudiavam o tema. Aqueles que se afirmavam favoráveis à educação sexual imputavam elevada importância a tal instrução, no entanto, só se reservavam a ministrar orientações de maneira individual e cautelosa, sem necessariamente defender a oficialização desse ensino.

Destacou o perigo a que estavam expostos os alunos que vinham dos lares sem instrução sobre a função sexual e nos institutos poderiam estar entregues à instintos bestiais, à perversidade de colegas sábios e ao mal evitável de moléstias venéreas.

A ciência na perspectiva empregada pelo autor, para descrever os perigos da não instrução sexual, era aquela que poderia prevenir e mesmo salvar os jovens das incoerências e, sobretudo, da bestialidade pessoal e social (Idem, 1997, 511).

A nosso ver, Ribeiro concorda com Celina Padilha, conferencista cuja tese já analisamos, na medida em que recomendou que a educação sexual se fizesse no lar por iniciativa dos familiares e complementada nas escolas. Condição que somente seria possível esse empreendimento quando os pais compreendessem a função educadora e não empregassem à palavra “respeito” o sentido exagerado que outrora possuía a expressão, ministrando as orientações sobre o sexo e a significação da castidade.

No entanto estabeleceu que, se no lar não fosse efetuada essa instrução, caberia a escola ministrar a correção a essa falha educativa proveniente dos costumes enraizados promovendo a instrução de forma sistematizada, de maneira que não escandalizasse e em tempo oportuno. Ribeiro alertou para o perigo da auto-educação que os adolescentes poderiam buscar pelas próprias experiências. Nesse movimento haveria o

risco de danos à saúde moral e física. A educação caseira deveria ser reforçada ou corrigida na escola quer sob o ponto de vista profilático e moral, não se podendo ajuizar de seu valor os benefícios que poderiam prestar ao indivíduo (Idem: 1997, 512).

As expectativas relacionadas à moral, característica que julgamos como “atributo” social dos indivíduos, aparece na narrativa de Ribeiro associada à palavra saúde. Haveria então uma “saúde moral” dos indivíduos que seria possível por meio da instrução sexual científica, combatendo as tendências degenerativas da má instrução. A lógica de Ribeiro é aquela que pressupõe que o meio social era capaz de impor máculas nos indivíduos, influenciando sobre sua saúde física e mental, e ainda, à medida que compromete os parâmetros de comportamento ligados às tradições sociais, poderia degenerar a moral.

Ribeiro destacou a necessidade da educação sexual a ser ministrada exclusivamente a rapazes por pelo menos uma hora semanal. Acrescentando a isso uma parte de fisiologia dos órgãos genitais aplicada a moralidade:

- A – evolução das ideias da criança e da adolescência a respeito das suas origens;
- B – a mulher tal como o adolescente pode encontrar;
- C – perigos de um tal encontro. As doenças venéreas (descrição sumária e precisa de seus sintomas e das consequências para o indivíduo, a sua descendência e a sociedade);
- D – conselhos para evitar as doenças venéreas;
- E – ser casto; procurar no trabalho e nos divertimentos físicos o derivativo para os arrebatamentos da juventude; pensar naquela que vai ser a companheira da vida e casar-se cedo. (Idem: 1997, 512)

Como observamos, a tese de Eurico Branco Ribeiro constituiu-se em mais um trabalho que seguiu o modelo de eugenia preventiva que associamos à lógica biologizante de alguns dos discursos médicos do período. As preocupações expressas tanto no campo da educação higiênica quanto na sexual refletiam o nexos dos discursos biológicos atrelados aos discursos sociais. As transformações do meio social foram apontadas como perniciosas a biologia dos corpos e mentes havendo a condicionante “moral” a interferir em ambas as categorias.

Tese nº 78 - *Pela perfeição da raça brasileira*, Nicolau Meira de Angelis.

Outra análise de tese, desta vez inerente a um conferencista das áreas pedagógicas com argumentação medicalizante, que nos ajuda na confirmação de nossas hipóteses é a

do professor paranaense Nicolau Meira de Angelis. A tese do representante da Escola Normal Primária de Ponta Grossa, de nº 78 intitulada *Pela perfeição da raça brasileira*, apresentou uma série de questões referentes à educação higiênica para o combate às ameaças da degeneração. O autor iniciou sua abordagem referindo-se à importância dos educadores para a solução dos problemas da degeneração da raça brasileira. O docente salientou que tais questões de natureza científica não eram apenas da incumbência dos médicos, mas sim de urgência política e social, de interesse de todos (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org., 1997, 437).

A degeneração foi tratada como o grande mal da raça brasileira, criadora de anormais e tarados que a inferiorizam diante daquelas de outros países tidas como mais fortes.

Dentre os autores analisados neste capítulo, Angelis foi aquele que apresentou uma exposição com traços mais explícitos de inclinações científicas neolamarckistas. O autor expôs a convicção de que o meio físico e intelectual influíam diretamente sobre a formação física, moral e intelectual dos homens; apontou como a formação de homens tidos como geniais jamais poderia ser comparada a de povos inteiros cujo meio formativo se configurava de maneira completamente diferente (Idem: 1997, 438).

Segundo o Angelis a vida de uma raça deveria ser encarada em diversos prismas, respeitando as leis imutáveis da evolução humana. No entanto os excitantes teriam ação direta sobre a formação dos homens, produzindo os estados de genialidade ou demência que cada um possuiria. A ação dos excitantes recairia sobre o estado de higiene das pessoas, influenciando sobre o *self-control* e o *self government* de cada um (Idem: 1997, 439).

Angelis destacou sua crença no equilíbrio desses excitantes que poderiam dar fim aos contrastes que produziram todo o tipo de anomalias mentais e físicas. Sem tais desequilíbrios a raça teria condições de alcançar os patamares últimos da evolução. Nas raças onde a degeneração se imporia haveria um déficit de energias físicas tamanhas que seria capaz de se produzir o empobrecimento intelectual, inferiorizando a raça diante das de outros países.

Uma vez degenerada, a raça seria incapaz de alcançar as conquistas do saber que outras de características sadias alcançariam. É neste caso em que os excitantes não agiriam para o enobrecimento da raça e sim para sua aniquilação, produzindo populações para os manicômios, proliferação de anormais, para a inutilidade das escolas, etc. (Idem: 1997, 439).

A abordagem de Angelis se aproxima das concepções já expostas por Belisário Penna que destacou a relação entre higiene e eugenia para o bem nacional. Angelis apontou que se existiam fatores ligados ao aprimoramento da raça, como a higiene, estudos, artes e exercícios físicos, outros eram degenerativos e agiriam de forma a aniquilar a mesma. Como já tratado anteriormente, os cuidados relacionados aos estudos, a educação física e mesmo a adoção de atividades artísticas eram vistas como cuidados de ordem eugênica nas concepções dos neolamarckistas.

Apoiando-se em estatísticas de publicações diversas de pequena e grande circulação, Angelis destacou que os médicos apontavam que os índices inerentes à degeneração só aumentavam, sendo o principal fator desse aumento as doenças que aniquilariam as populações do país e concomitantemente atrasaria o progresso nacional com a corrupção, o depauperamento e a inferioridade (Idem: 1997, 439).

Se nas grandes cidades havia cuidados com a higiene, no restante do país as moléstias infecciosas entre outras, assim como o alcoolismo seriam os vetores da degenerescência e miséria do povo brasileiro.

A alusão a “moléstias infecciosas” feita por Angelis encontrou maior ressonância quando esse conferencista abordou o problema da Sífilis. Angelis descreveu, a partir de aspectos históricos, que tal doença se afigurou como um “monstro” desde o século XV. Destacou que os estudos de Shaudin de 1915 (teria descoberto o *Treponema pallidum*) trouxeram novas esperanças para a ciência acerca do tratamento da sífilis (Idem: 1997, 440).

Como exemplo de combate à sífilis, apontou o caso norte-americano como sendo um dos de maior sucesso. Naquele país, teria havido a criação de leis que criminalizavam aqueles que contraíam doenças venéreas, como atentado contra a raça e a humanidade.

Angelis condenou em sua tese o governo brasileiro por não ter uma política mais severa para o combate dessas enfermidades, com destaque aos efeitos da sífilis sobre a população. Descreveu Renato Kehl como notável médico higienista e destacou os pareceres deste em relação aos perigos que a sífilis imporia (Idem: 1997, 441).

As principais alusões sobre o trabalho de Renato Kehl eram inerentes ao período em que o eugenista recebeu o convite feito pelo Diretor da Inspetoria da Leprosia e das Doenças Venéreas, Eduardo Rabello⁴¹, para organizar o serviço de propaganda e

⁴¹ Eduardo Rabello nasceu em Barra Mansa, Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1876. Foi um médico dermatologista e professor e um dos pioneiros da dermatologia brasileira. Formado pela Faculdade de

educação higiênica da referida inspetoria. Nesse contexto, com a fundação do Departamento Nacional de Saúde Pública, o governo de Epitácio Pessoa proporcionou acomodação no interior do sistema burocrático para uma série de interesses de intelectuais da medicina, sanitarismo, higienismo e educação. Havia maior destaque para aqueles que, independente da classe social e de onde viessem, possuísem maior destaque no meio profissional a que pertencesse (SOUZA: 2006, 104).

Kehl passou a desenvolver um trabalho propagandístico contra o contágio da sífilis, apresentando palestras em conferências, sendo amplamente influenciado por Rabello que além de professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, também atuou na educação higiênica preventiva relacionada à dermatologia e a sifilografia (SOUZA: 2006, 104).

A sífilis era apontada por Kehl como “sífilis congênita” cuja transmissão a progênie se daria por meio da placenta materna. Segundo destacava, como a ação da sífilis era “profundamente degeneradora” haveria possibilidade de “destruir completamente uma família”, ou “degenerar uma raça”. O combate a esses males constituía-se como “necessidade de caráter nacional”. Como destaca Souza, Kehl referia-se à sífilis como doença relacionada à imoralidade social que era “praticada contra as regras da natureza”, ou a tudo que se faça “com maus e condenáveis intuitos”. Assim, para evitar o contágio dessa doença era necessário fugir das prostitutas e, em geral, das relações sexuais extraconjugais (Idem: 2006, 105-107).

Trabalhos como o de Kehl serviram a argumentação do Angelis como dados que auxiliaram a expor os males da sífilis congênita. Angelis analisou que não só a sífilis seria a causadora dos males mentais que afligiriam as populações, no entanto, seria segundo várias opiniões a maior causadora de tais problemas. Aludindo-se a dados estatísticos, apontou que 50% das moléstias mentais seriam provenientes dos males impostos pela sífilis (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org.: 1997, 441).

Ao descrever os tipos de males impostos pela sífilis, Angelis descreveu o quadro daqueles acometidos pela sífilis hereditária. Segundo esse autor, os indivíduos apresentariam um estado muito semelhante à normalidade, porém um quadro de

Medicina do Rio de Janeiro com a tese Hematologia na ancilostomose (1903). Foi inspetor de profilaxia da lepra e doenças venéreas do Departamento Nacional de Saúde Pública. Fundador da Sociedade Brasileira de Dermatologia (1912) e presidiu esta sociedade (1925/1940). Professor da cadeira de dermatologia e sifilografia da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi sócio fundador e diretor da Fundação Gaffrée Guinle (1923). Foi membro titular da Academia Nacional de Medicina (1917). Foi sócio fundador da Sociedade Brasileira de Radiologia (1929). Foi cavaleiro da Légion d'honneur. Faleceu no Rio de Janeiro, em 8 de agosto de 1940.

depressão e apatia (entre outros sintomas) que caracterizaria a degeneração do organismo. Comparou o estado daqueles tipos normais e degenerados quanto à vida social e estímulos externos, e concluiu que os degenerados não possuiriam condições de vencer na luta da existência por seu estado debilitado, tendo maior destaque os problemas de atenção, entre outros de características mentais (Idem: 1997, 441).

Angelis analisou os problemas causados pela sífilis como de ordem nacional. O conferencista asseverou que os indivíduos degenerados, como descritos anteriormente, eram prejudiciais ao futuro do Estado. Isso se dava devido à improdutividade e incapacidade de gozar do bem estar oferecido pela organização estatal. As atividades da economia, política e manifestações sociais estariam debilitadas diante dos males da degeneração. Este aspecto do texto de Angelis pode ser relacionado à argumentação de Belisário Penna sobre a finalidade biológica do homem. Uma nação doente seria incapaz de alcançar o aprimoramento físico e mental necessário ao bem estar da família, da sociedade e da espécie humana uma vez que estivesse condicionada aos males das enfermidades.

No tocante aos casos escolares, o autor apontou que havia grande incidência de casos que se manifestavam na forma de falta de atenção, dificuldades de aprendizado, entre outros males resultados da sífilis hereditária. Tais questões poderiam ser constatadas com uma análise de ascendentes das crianças que teriam parentes sífilíticos (Idem: 1997, 442).

Um importante destaque que gostaríamos de fazer se refere às perspectivas claramente preventivas do autor. Segundo este, o dever da categoria a que pertencia, a dos professores, era difundir nas escolas às classes mais adiantadas as consequências da sífilis, do alcoolismo e de outros males que levariam à degeneração. Expôs que a educação sexual para os jovens deveria ser transmitida de modo a exibir as consequências de desregramentos e os benefícios da moral, virtude e vida cristã (Idem: 1997, 443). A alusão à educação sexual e aos benefícios proporcionados pelos demais aspectos apontados, denotam a relação entre práticas sociais e eugênia na visão de Angelis. Este aspecto se afigura como traço das influências de tendências biologizantes que já apontamos em outras teses.

Segundo o autor, mediante o exemplo norte-americano, uma campanha higiênica de nível nacional deveria ser empreendida de modo a difundir a educação e cuidados a serem tomados para o bem estar nacional, protegendo, essencialmente, os jovens dos males da sífilis.

Sugere a fiscalização pela higiene das casas de tolerância, internação das prostitutas enfermas em hospitais até sua cura completa. De acordo com as posições de Afrânio Peixoto, Angelis destacou a importância da propaganda científica e propaganda da higiene entre outros vetores do conhecimento que seriam capazes, de em 20 anos, erradicar a sífilis (Idem: 1997, 443). As relações entre higiene e os cuidados com a eugenia foram estabelecidos por Angelis como fundamentais para evitar os males degenerativos proporcionados pela sífilis.

Por fim, apontou que a sífilis não era o único mal da pátria, mas a tuberculose e o alcoolismo também. A propaganda contra esses deveria ser uma obrigação; assim como o zelo pela saúde pública e pelo aprimoramento da raça brasileira, como ditariam a razão, a religião e o patriotismo.

Como destaque a educação sexual e aos cuidados eugênicos nacionais, interpretamos os apontamentos de Angelis sobre os exames pré-nupciais. Nesse seguimento o autor fez alusão ao pronunciamento do médico e higienista Amaury de Medeiros⁴², na câmara, a respeito da defesa de projeto de lei para regulamentar o exame pré-nupcial. De acordo com Medeiros o exame seria relevante aos problemas de doenças venéreas no interior dos lares. O instituto Gaffré Guinle, tido como referência no tratamento de moléstia venéreas, foi apontado como espaço de combate contra a degeneração nacional (Idem: 1997, 444).

Angelis destacou que o exame pré-nupcial seria um início vigoroso contra os males venéreos como a sífilis e a blenorragia, no entanto muito precisaria ainda ser feito para a erradicação desses males. A regulamentação de casamentos mediante a aplicação de tal exame se configuraria como uma ação em benefício da raça brasileira. A moralização dos costumes e a difusão dos conhecimentos da higiene seriam assim os complementos à aplicação do exame pré-nupcial na extinção dos males venéreos.

Os apontamentos de Angelis sobre a necessidade dos exames pré-nupciais para o bem eugênico nacional foram pauta de discussões de diversos profissionais, com destaque as categorias médicas, que aludiam aos benefícios de tal medida para a formação de famílias saudáveis em favor da nação.

⁴² Amaury de Medeiros em Recife, Pernambuco, no dia 7 de Dezembro de 1893. Foi um médico sanitarista, político e professor de medicina. Formou-se na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Em 1917 chefiou os serviços da Cruz Vermelha Brasileira. De 1922 a 1926, exerceu o cargo de diretor do Departamento de Saúde e Assistência de Pernambuco (DSA). Mais tarde foi eleito deputado federal do Rio de Janeiro no ano de 1927. Faleceu em 1928 no Rio de Janeiro.

O médico, sexólogo e deputado federal do Rio de Janeiro, José de Albuquerque, que se destacou no movimento em favor da educação sexual, no contexto de final da década de 1920, era um assíduo defensor do exame pré-nupcial como medida higiênica e moralizadora de costumes. Ele considerava que para uma união matrimonial ser bem sucedida, e entenda-se que para isso esta união deveria produzir uma prole saudável e manter-se estável, o casal deveria se submeter ao exame médico de sanidade pré-nupcial.

Albuquerque defendia a importância do exame e a necessidade de legitimá-lo como lei seria um esforço para se elevar o índice eugênico e, portanto, um esforço de melhorar o índice racial da população. Mesmo com a possível regulamentação do exame, o médico apontou que uma união nupcial considerada insalubre, por uma junta médica, não encontraria empecilhos para se manter unida mesmo sem a permissão legal (ALBUQUERQUE: 1930,103).

Albuquerque ainda apontava que esses casos de matrimônios que não se apoiavam na lei, tenderiam mais tarde a ser um problema social, haja vista a possibilidade de o marido abandonar a esposa, mesmo grávida, devido ao estigma social de uma união sem o apoio civil. Outros problemas eram apontados em consequência da dissolução dessas uniões, havendo quatro previsões expressas pelo médico: a) a esposa poderia querer recorrer à justiça para reparação de danos acarretando numa série de possibilidades que poderiam ferir a integridade do exame pré-nupcial, b) a mulher não recorrer a justiça e prejudicar a gravidez por falta de amparo do ex marido, c) a mulher recorrer a prostituição como forma de sustento que poderia prejudicar a si mesma e ao feto, d) a mulher recorrer ao aborto havendo a possibilidade de morrer no procedimento (idem, p. 106).

Albuquerque apontava os benefícios do exame como algo higiênico na prevenção de males que envolviam a sanidade do casal e da prole podendo evitar problemas posteriores a partir de tratamentos que trariam a salubridade ao casal. O trabalho da propaganda neste sentido seria fundamental para evitar os problemas de uniões sem os devidos cuidados sanitários. Na visão do médico esse serviço público poderia auxiliar a expor a responsabilidade social dos casais frente a sua saúde mental, que poderiam buscar melhorar suas condições de sanidade antes do casamento (idem, p. 109 – 110).

A argumentação de Angelis e a de Albuquerque são exemplos de como se buscava inculcar na sociedade brasileira a necessidade dos casamentos eugênicos de modo a

constituir uma raça de pessoas saudáveis que atendessem às necessidades dos projetos nacionais.

Retomando a tese do conferencista, outra medida defendida por Angelis era o combate contra o alcoolismo. O autor apontou o alcoolismo como uma das causas do enfraquecimento do organismo e concomitantemente com a produção de uma prole débil física e mentalmente. O alcoolismo seria um dos maiores males contra o ideal de raça perfeita juntamente com a sífilis. Como medida de combate o autor propõe a propaganda contra o álcool em todos os meios de circulação assim como escolas e mesmo o aumento sobre os impostos sobre bebidas, e a propaganda da água como substituta do álcool (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org.: 1997, 444).

As campanhas contra o alcoolismo foram outra marca do movimento eugênico nacional que visava à preservação da raça brasileira. Muitos autores da década de 1920 e posteriores retratavam o alcoolismo como um dos males que mais degeneravam a população brasileira, associando-se a uma série outros de ordem moral e fisiológica. Sobre o neolamarckismo inerente a estas concepções, Stepan destaca que as campanhas anti-alcoolismo tiveram sua mais pura representação a partir de 1920. Como aborda, o alcoolismo era entendido como problema social e moral característico das populações pobres e negras, particularmente, o alcoolismo foi reformulado como “inimigo da raça”. Uma vez entendido como vício, poderia causar condições hereditárias ligadas ao crime, à delinquência juvenil, à prostituição e às doenças mentais, entre os pobres das zonas rurais e urbanas. De acordo com Afrânio Peixoto, o alcoolismo causava degeneração racial porque os filhos de alcoólatras eram defeituosos e predispostos desde a infância à meningite, convulsões, deficiência mental, loucura e crime (STEPAN apud PEIXOTO, 2004).

Campanhas como as empreendidas pela Liga Brasileira de Higiene Mental (LBHM) foram algumas das principais manifestações das categorias médicas contra o alcoolismo enquanto elemento degenerador a ser combatido. A tese de Álvaro Guimarães⁴³ que analisaremos a seguir aborda essa campanha e outros aspectos da ação eugênica neolamarckista da LBHM.

⁴³ Álvaro Guimarães Filho nasceu aos 29 de agosto de 1901, na cidade de São Paulo. Graduiu-se pela Faculdade de Medicina de São Paulo, em 1925, defendendo tese intitulada Higiene Mental e sua Importância em Nosso Meio. Foi livre docente de higiene materna da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo em 1937. Foi professor catedrático de higiene materna da Faculdade de Higiene e Saúde Pública da Universidade de São Paulo e diretor da Instituição até sua aposentadoria. Faleceu em São Paulo em 12 de setembro de 1981.

Ainda na tese de Angelis observamos que o autor se mostrou como um defensor das categorias sociais mais pobres da população brasileira, enaltecendo a figura do caboclo como sendo o desbravador dos sertões e fator do avanço da civilização do país. Expôs que esse sertanejo caboclo era retratado na literatura por meio de chacotas e mesmo como objeto de comiseração. A defesa do elemento mestiço da população brasileira era um dos aspectos da argumentação do conferencista que analisou que a pobreza e o descaso das autoridades nacionais eram uma das fontes da degeneração nacional (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org.: 1997, 445).

O autor apontou que os males da pobreza e da miséria era decorrência do estado adoecido desses sertanejos que foram abandonados. Angelis destacou trabalho de personalidades como Oswaldo Cruz e entidades como a Rockefeller como responsáveis pela promoção de medidas de profilaxia e higiene que foram responsáveis pelo engrandecimento nacional. No entanto tais ações não seriam suficientes para alcançar o cerne do problema. O necessário seria educar essas populações; a educação higiênica para a regeneração física desses povos. Para Angelis se fazia necessária a convocação de professores, médicos, jornalistas e homens de Estado para atingir o fim da educação sanitária do caboclo. Tais medidas seriam capazes de dar fim a imprevidência de recursos e o desprezo à saúde, a incapacidade de trabalho e a injustificada miséria do sertanejo em meio à opulência da natureza onde vivia. A educação pela escola e a imprensa seriam esforços para a prosperidade e bem estar nacional (Idem: 1997, 445).

A tese de Angelis associa-se àquela de Belisário Penna devido a sua perspectiva biologizante das questões sociais da população brasileira. O objetivo biológico da população brasileira só poderia ser alcançado mediante os esforços conjuntos do povo e das autoridades para a construção de um modelo racial de características nacionais. A educação higiênica e moral seriam as bases dessas transformações. A perspectiva desses autores se distancia daquelas que viam como medida única para o progresso nacional o branqueamento da população, valorizando o elemento mestiço como o legítimo brasileiro.

Tese nº 64 - *O caráter do escolar, segundo a psicanálise*, Júlio Pires Porto Carrero

Como já observamos no primeiro capítulo e em citações ao longo do capítulo corrente, as preocupações com a raça contemplavam os cuidados com a saúde física, mental e moral da população brasileira. Em muitos momentos atentamos como estas se

configuravam de maneira indissociável nas avaliações dos intelectuais da época, onde físico, mental e moral reverberavam uns nos outros em se tratando de problemas degenerativos nos discursos até então analisados. Como já destacado no capítulo I, os discursos da psiquiatria e da psicanálise encontraram maior respaldo entre cientistas e leigos a respeito das questões sexuais do que a própria sexologia que surgia em fins da década de 1920 (CARRARA e RUSSO: 2000, 275).

Das teses que apresentaram esse cruzamento de físico, mental e moral encontramos uma diversidade de trabalhos expostos no I CNE que abordaram essas questões à luz da psicanálise e da psiquiatria. A tese de nº 64, intitulada *O caráter do escolar, segundo a psicanálise* elaborada por J. P. Porto Carrero⁴⁴, médico e docente da Universidade do Rio de Janeiro, apresentou a relação entre físico, mental e moral de acordo com a teoria freudiana. Este autor enfocou os aspectos da educação sexual levando em consideração os fatores psíquicos do comportamento infantil em uma esfera individualizada.

O autor iniciou sua abordagem destacando como os estudantes eram enquadrados pelos professores de acordo com sua conduta, aptidões e inaptidões. Mediante a análise das várias classificações empregadas pelos docentes em relação aos discentes, Porto Carrero destacou que essas eram maneiras de padronizar o comportamento dos jovens sem levar em consideração as particularidades de individualidades. Como solução a essa questão o autor apontou que a moderna psicanálise, estabelecida por Freud, era a mais nova ferramenta para auxiliar a pedagogia no trato com os alunos (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org.: 1997, 367).

Diferente das abordagens que levaram em consideração os aspectos sociológicos para uma intervenção medicalizante nas escolas, a abordagem de Porto Carrero, de caráter psicanalítico, centrou suas análises no indivíduo, relevando as condições internas da mente antes que as externas, ou seja, sociais. De modo a organizar o estudo, o médico lançou mão de denominações utilizadas pelos professores para designar o comportamento infantil, e assim buscou entender como se efetuavam as manifestações da psique sobre os vários “modelos” comportamentais infantis.

A abordagem de Porto Carrero foi aquela que a nosso ver, estabeleceu uma nova perspectiva para a formulação de um modelo de educação sexual, aos moldes

⁴⁴ Júlio Pires Porto Carrero nasceu em Pernambuco no ano de 1887. Formou-se pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Foi livre-docente na faculdade em que se formou e em 1929, exerceu a cátedra de Medicina Legal na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Fundou e dirigiu a Clínica Neuropsiquiátrica do Hospital da Marinha no Rio de Janeiro. Faleceu no ano de 1937.

psicanalíticos. Diferente da abordagem dos conferencistas até então analisados e que serão ainda apresentados, o médico em questão propôs em sua tese uma ação educativa que primasse pela conservação do comportamento individual sem a busca de normas que pudesse enquadrar os sujeitos em um determinado padrão modelador. Enquanto, por exemplo, Celina Padilha, Nicolau Angelis e em determinada medida Renato Kehl preocuparam-se em estabelecer modelos pedagógicos que abarcassem a educação sexual infantil como um todo homogeneizado, Porto Carrero a partir da matriz freudiana, estabeleceu uma metodologia pedagógica preocupada em preservar a individualidade dos casos. Este último focou-se em apresentar um estudo dos casos e maneiras mais adequadas para a formulação de uma educação sexual que não levava em conta, por exemplo, a faixa etária para o início da educação sexual. Seria, portanto preciso entender a complexidade dos casos especificamente para a proposição de métodos individualizados de educação sexual.

A abordagem de Porto Carrero rompe de certa forma, com o paradigma normatizante que até então era apresentado como maneira de instruir as crianças e jovens sobre o sexo e a sexualidade.

De acordo com Lucélia de Moraes Braga Bassalo na obra “*A educação sexual na primeira metade do século XX no Brasil*” (2010), na virada para o século XX, o interesse por disciplinar os corpos no interior da sociedade brasileira, acompanhado por discursos médicos de normatização, passou a ser o definidor de novas discussões sobre a sexualidade e a família. Segundo esta autora:

No que se refere ao marco temporal, convém esclarecer que este foi estabelecido considerando que entre fins do século XIX, e meados do século XX, surgem inúmeras iniciativas de formulação de estratégias disciplinares da sociedade brasileira, que incide, de modo especial, sobre o controle do corpo, o que pode ser atestado pelo empenho da Editora Calvino, no Rio de Janeiro ao editar a “Coleção de Cultura Sexual”, com 20 títulos e “Freud ao alcance de todos”, com 13 títulos.

Além disso, começa a crescer a influência da área médica, na normalização do que é saudável, normal ou anormal em relação à sexualidade e ao ambiente familiar, caracterizando-se como um período rico de contradições e conflitos, cenário de disputa política e econômica, de embates entre as razões teológica e moderna, no qual se constroem muitos significados novos, entre eles, da família, da sexualidade, do adolescente, da mulher e do homem. (BASSALO:1999, 1)

O trabalho de Porto Carrero é um caso específico dos projetos de educação sexual idealizados pelos médicos brasileiros. Embora esse conferencista houvesse criticado a forma padronizada como os professores e outros estudiosos uniformizaram o trato com

a infância nas escolas, o mesmo efetua outra maneira de enquadramento à medida que estabelece ajustes dos perfis das crianças em determinada categoria das análises freudianas. Um discurso contemporâneo e consensual ao de Porto Carrero foi o do médico e sexólogo carioca José de Albuquerque já citado anteriormente. Esse líder de uma da entidade pró-educação sexual nacional (Circulo Brasileiro de Educação Sexual) apontava para a importância do trato mental dos indivíduos para a prevenção de males sociais. Como destacou em obra autobiográfica de período posterior ao contexto da I Conferência Nacional de Educação,

Com esse critério (o dá ciência) se erigiria uma moral sexual que beneficiaria não só o indivíduo como a sociedade, pois, grande número de delitos e crimes, que põem em jogo o equilíbrio social, deixariam de ser perpetrados, visto como não se exigiria do indivíduo conduzir-se na sociedade de forma artificial.

Se para evitarmos que o indivíduo “são” contraia qualquer doença temos de lhe criar hábitos de vida que não o deixem exposto a influências das causas que a determinam, *ipso facto* para impedirmos a eclosão dos estados mórbidos sexuais, o único meio seria o de afastar as causas que pudessem dar lugar não só a aquelas como a estas.

Para os casos em que as causas destas disfunções são de caráter psicológico, os processos de sua profilaxia teriam de se fazer sentir sobre os fatores responsáveis pela influência das representações mentais que atuassem como traumatizantes para o espírito. Seria preciso que se criasse um ambiente mental impróprio para que tais representações pudessem substituir, para que não dessem em resultado a formação de recalques e, em última análise, a geração de neuroses. Em síntese, ter-se-ia de fazer a modificação completa, integral, *de fond en comble* das normas educacionais até então adotadas. Em duas palavras: ter-se-ia de realizar a educação sexual de nosso povo. (ALBUQUERQUE, 1958, 173).

A interferência, nas esferas individuais, se afigurava para esses médicos como ponto de partida para a transformação das esferas sociais. Retomando a abordagem de Porto Carrero, a primeira categoria de alunos analisada pelo autor foi a denominada de “quietos”. Tal comportamento na infância não poderia ser tratado como “normal”. Afirmou isso devido aos fatores nutricionais e de crescimento, onde o mais corriqueiro seria o comportamento agitado derivado dos processos biológicos que distinguiam o comportamento infantil do adulto.

Os aspectos ligados a capacidades mentais aceleradas como percepção, memória, atenção, emotividade seriam características de crianças sadias de acordo com Porto Carrero (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org.: 1997, 368).

Ao utilizar as concepções freudianas o autor destacou que a maior parte da infância se passaria na inconsciência, onde aos poucos se formaria o ego do indivíduo. A maior

parte dos acontecimentos que impressionariam as crianças iria residir no inconsciente formando aquilo que a psicanálise chamou de memórias reprimidas, recalçadas. Os indivíduos então passariam a um comportamento contido, até que uma circunstância despertasse os recalques reprimidos. Assim se formariam aqueles indivíduos de comportamentos tímidos (Idem: 1997, 368).

Os tímidos teriam seu comportamento condicionado pelas repressões de pais e professores não apenas no que se refere à educação escolar, mas também inerente a educação sexual. Esse tipo de repressão seria capaz de gerar uma espécie de castração nas mentes pueris, que na tentativa de suprir a falta de instruções no campo da sexualidade fantasiariam uma série de respostas a seus questionamentos. Segundo destacou o autor, de acordo com as concepções freudianas, o comportamento sexual infantil seria vasto desde o nascimento, havendo aí a necessidade de uma educação ampla, não repressiva (Idem: 1997, 369).

A abordagem de Porto Carrero converge, em determinada medida, com a de Padilha e Kehl. Estes autores possuíam a convicção sobre a importância da psicanálise para a educação, no que se refere aos problemas acarretados pela repressão na ausência de uma educação sexual adequada. No entanto, Porto Carrero se afasta destas abordagens ao inferir sobre os aspectos privados da mente inconsciente infantil, descrevendo os danos da “castração” educativa.

A castração, a que seria submetido o tímido, geraria o recalque que poderia se expandir de um problema da infância até a vida adulta, com danos profundos a inteligência e a moral dos indivíduos (Idem: 1997, 370). Entendemos que em meio a essas concepções de castração e recalque possamos aludir a ideia já concebida de degeneração mental.

Na subcategoria denominada de “impassíveis”, Porto Carrero analisou que esses seriam inerentes a categoria onde se encontrariam os autistas de Bleuler⁴⁵ ou os esquizóides de Kretschmer⁴⁶. Tendo um comportamento estático, essas crianças seriam

⁴⁵ Paul Eugen Bleuler nasceu em 30 de abril de 1857, Zollikon, Suíça. Foi um psiquiatra suíço que estudou a esquizofrenia. Cursou medicina em Zurique e mais tarde em Paris, Londres e Munique. Retornou a Zurique para assumir um cargo no Burghölzli, um hospital universitário. Em 1886 foi nomeado diretor da clínica psiquiátrica de Rheinau e mais tarde, em 1898, diretor. Introduziu os conceitos de "ambivalência" em 1911 e o de "autismo" em 1912. Faleceu em 15 de julho de 1939, em sua cidade-natal.

⁴⁶ Ernst Kretschmer nasceu em 8 de Outubro de 1888, Wüstenrot, Alemanha. Formou-se em medicina em 1918 na Universidade de Tübingen. Foi membro fundador do AÄGP (Sociedade Médica Geral para Psicoterapia), fundada em 12 de Janeiro de 1927. De 1946 a 1959 foi diretor da Clínica Psiquiátrica da Universidade de Tübingen. Foi um psiquiatra que pesquisou a constituição humana e desenvolveu estudos

muito pouco emotivas mesmo ao serem expostas a diversas condições de tratamento social.

Porto Carrero descreveu que esses indivíduos possuiriam propensão sexual ao complexo de Édipo, os meninos para com suas mães e meninas em direção aos pais. A repressão a essas tendências, por meio da educação e condicionamentos sociais impostos, levaria tais indivíduos ao comportamento introspectivo e mesmo narcisista (Idem: 1997, 371).

As maneiras de instruir as crianças em âmbito doméstico e escolar eram questionadas pelo autor de modo a estabelecer a dicotomia “educar x reprimir”. Toda forma de repressão demandaria uma resposta psíquica nos indivíduos de modo a “castrar” seus impulsos naturais e, portanto, degenerar suas mentes. O ato de “educar” orientaria na direção do controle dessas inclinações primitivas dando racionalidade para a ação social. Essa característica do texto de Porto Carrero não só aliava suas concepções com a psicanálise do período, mas também com as discussões dos novos projetos educacionais do período que buscavam imprimir novas maneiras de educar as crianças sem, no entanto, agredir ou danificar os futuros cidadãos.

Na análise de Dayse Martins Hora intitulada *Medicalização, Escola Nova e Modernização da Nação: 1930-1945* encontramos relevantes considerações sobre as ações e discursos médicos, como o expresso por Porto Carrero. Neste texto Hora analisou como o processo de medicalização tomou a escola como parte de um projeto nacional de modernização da sociedade entre 1930 e 1945. O conceito de medicalização social com a qual a autora pretende trabalhar

diz respeito ao processo pelo qual os indivíduos são levados a se submeter à normalização médica, de uma forma tal que qualquer aspecto de suas vidas se torna passível de ser regulado pelo discurso médico, com destaque, neste trabalho, para a educação. Tal processo é decorrente da apropriação da vida do homem por parte da medicina – o corpo, a alma, a vida, a morte, a dor e o prazer – traduzindo-a em termos de saúde e de doença e, portanto, inscrevendo-a na ordem médica; ordem dotada de uma racionalidade própria onde circula um conjunto de representações que marca a forma de percepção de determinados fenômenos. (HORA: 2006, 1).

À medida que Porto Carrero foi desenvolvendo sua reflexão sobre o estado mental infantil, condicionado pelas maneiras de educar estabelecidas pelas escolas e

sobre a esquizofrenia. A partir destes estudos cunhou a síndrome da Paranóia Sensitiva de Kretschmer. Faleceu em Tübingen, Alemanha em 8 de Fevereiro de 1964.

professores, propôs outras formas de intervenção no comportamento das crianças. O médico constituiu uma intervenção na práxis educativa de modo a chamar a atenção para as esferas inconscientes da ação humana. A seu ver, a educação deveria contornar os instintos avassaladores da condição primitiva e não reprimi-los de maneira degenerativa. O comportamento das crianças revelaria assim para o médico, que era da natureza humana sua sexualidade mesmo durante a infância, contrariando assim a lógica de que os indivíduos só seriam condicionados sexualmente ao estarem envolvidos em meio a sociedade.

Outra subcategoria analisada foi a dos “sonsos”. Comparados aos tímidos e impassíveis que se privariam de qualquer iniciativa para se pouparem de emoções, os sonsos seriam aqueles que se aplicariam a “ambivalência” de Bleuler, que Freud teria estudado (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org.: 1997, 372).

Os sonsos teriam um comportamento de ação e repressão simultâneos, sendo capazes de agir com astúcia de modo a não se envolverem afetivamente com suas ações. O comportamento dos sonsos seria ora ativo e ora simularia a inatividade visando poupar dispêndio de afeto. Sendo outra das consequências da repressão da libido, o comportamento dos sonsos foi analisado pelo autor como oculto, dissimulado e fantasioso. O médico elaborou que os sonsos eram bons e maus, por serem capazes de cometer erros e, no entanto, não serem capazes de assumi-los por medo das punições (Idem: 1997, 373).

Os sonsos de acordo com a concepção freudiana defendida pelo autor teriam recalques também ligados a complexos de natureza sexual reprimida. O contato com os pais poderia gerar o complexo de Édipo. Porto Carrero avaliou que ocorria com os sonsos o mesmo que aconteciam as pessoas comuns diante as proibições sociais, políticas, econômicas ou religiosas. O dever de guardar compostura moral, hierarquia, respeito à fé os impediria de exercitar o que os instintos apontam, mas por outro lado, revoltar-se-iam contra as proibições e infringindo todas as leis, desde que pudessem estar cobertos da punição (Idem: 1997, 373).

Outra categoria analisado pelo autor foi a das crianças travessas. Porto Carrero destacou que a vivacidade das crianças era inerente a seu metabolismo e sua mente isenta das censuras morais nos primeiros anos de vida. Mediante a uma maior proximidade dos reinos primitivos do que os adultos, o comportamento das crianças teria uma medida sexual e sádica naturais. Essas medidas, que as impulsionariam as manifestações de curiosidade, uma vez que fossem reprimidas as levariam a futuros

recalques. Sobre o comportamento infantil libidinoso exposto, o autor apontou que o correto seria transformar ao invés de reprimir. A repressão seria capaz de gerar as neuroses. A melhor medida para contornar as necessidades da libido infantil sem danos para a psique seria a prática de exercícios físicos que igualmente gerariam prazer às crianças (Idem: 1997, 374). Estas preocupações com a relação entre o mental e o moral dos apontamentos de Porto Carrero e do já citado José de Albuquerque também foram compartilhadas pelo discurso político oficial.

As políticas de governo do período passaram a priorizar a educação do corpo, para o desenvolvimento de uma sociedade apta ao progresso. Como expõe Hora (2006), a educação passa a dar ênfase à saúde e a moral, havendo destaque a educação física que esteve voltada ao desenvolvimento físico dos indivíduos. Outro aspecto relevante da discussão se remete as alterações que o currículo escolar do Distrito Federal do Rio de Janeiro sofreu acompanhando as políticas do governo. Como expõe a autora, os temas como o civilismo que agregava o binômio pátria e raça foram reintegrados a legislação educacional a partir de 1934 – à partir de 1925, com a Reforma Rocha Vaz, a instrução moral e cívica passou a fazer parte do currículo das escolas secundárias, em todo o país. Em 1931, com Francisco Campos, ela foi excluída dos currículos das escolas secundárias.

O papel da educação física neste período esteve associado ao ideal de aperfeiçoamento físico, moral e intelectual da raça, principalmente a partir de 1937, após as declarações expressas na constituição de 1934 que pressupunha a educação como dever do Estado. Esses componentes do projeto de civismo, moral e eugenia estavam associados ao currículo da Escola Nova para a formação de professores primários. De acordo com o destaque ao trabalho de Therezinha Madel Luz (1982), observamos como a autora aponta que a medicina se impôs como mecanismo de controle da ordem civil não somente por meio de sua vigilância sobre os corpos como o caso da vacinação, mas também segundo métodos preventivos de intervenção por meio de um conjunto de instituições tais quais a escola.

Atendo-nos a análise do trabalho de Porto Carrero, dentro da categoria das crianças travessas encontrar-se-iam as perversas. O autor salientou que os travessos muitas vezes eram perversos, que encontravam como vítimas de suas ações os animais, amigos mais jovens e adultos debilitados ou indefesos.

De acordo com os apontamentos a Freud, a crueldade seria fator do instinto sexual. A censura impressa pelos sentimentos de piedade, respeito ou repugnância ainda não

teriam sido formados nos primeiros anos de vida. Crianças que se compraziam em martirizar outras seriam consideradas precoces sexualmente havendo aí fatores da libido como a crueldade (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org.: 1997, 375).

Sobre os enquadrados como agitados o autor apontou que raramente poderiam ser considerados como maus, no entanto possuíam graus variados de humor tendendo a irritabilidade. Sobre os aspectos sexuais, foram considerados pelo psicanalista como precoces tendo facilidade para se aproximarem das pessoas. Raramente eram homossexuais; extrovertidos, segundo as denominações de Jung⁴⁷, buscariam no mundo exterior a satisfação de sua libido podendo sofrer do complexo de Édipo em relação a representações femininas mais velhas, como a mãe, irmã ou professora. Para sua educação o autor apontou a necessidade de uma instrução afetuosa (Idem: 1997, 376).

Em outra subcategoria, a das crianças rebeldes, o autor destacou que essas pertenciam ao grupo dos impulsivos que repeliam qualquer tentativa afetuosa de contato. Devido a sua propensão a um comportamento de apego a estabilidade e aversão a mudanças, Porto Carrero as classificou como narcisistas, sendo uma forma de libido primitiva voltada para o próprio indivíduo (Idem: 1997, 376).

O autor atribuiu dificuldade de análise a esse tipo de comportamento devido à falta de causas orgânicas que pudessem intervir nesse temperamento. O cultivo do narcisismo foi apontado por Porto Carrero como possível trauma emotivo do complexo de castração, originando o comportamento rebelde (Idem: 1997, 376-377).

Os Emburrados foram analisados por Porto Carrero de acordo com a classe dos esquizóides de Krestchmer, e dos autistas de Bleuler. O autismo seria o principal causador do comportamento dos emburrados sendo um fator dos fenômenos fisiológicos.

O autor atribuiu aos “emburrados” o conceito de Jung de esquizofrenia devido ao comportamento negativista que se fazia mais por resistência afetiva do que por ambivalência. A esses também foi atribuído o narcisismo, porém descuidam-se do seu aspecto físico (Idem: 1997, 377).

⁴⁷ Carl Gustav Jung nasceu em Kesswil, Suíça, em 26 de julho de 1875. Foi um psiquiatra suíço e fundador da psicologia analítica, também conhecida como psicologia junguiana. Em 1902 elaborou a Tese de doutoramento em medicina na Universidade da Basileia com o tema "Sobre a psicologia e a patologia dos fenômenos ditos ocultos"; Foi professor na Faculdade de Medicina de Zurique entre os anos de 1905 – 1913. Foi presidente da Associação Psicanalítica Internacional entre os anos de 1910 – 1914. Em 1945 recebeu o título de Doutor "honoris causa" da Universidade de Genebra. Faleceu em Küsnacht, Suíça, em 6 de junho de 1961.

Outra subcategoria, a dos “Reclamantes” foi entendida pelo autor como a classe mais perigosa dos rebeldes. Cheios de si e amantes do seu Eu, foram classificados como homossexuais na sua maior parte, ainda que não tenham realizado essa tendência. Em seu comportamento escolar eram aqueles que se rebelavam contra ordens recebidas e outros problemas do contato com os colegas e docentes. Tendem a contar vantagens e se adularem.

Porto Carrero destacou que a essa categoria de comportamento correspondia o caráter paranóide, feito de egocentrismo e fundado na resistência ao reconhecimento de uma inferioridade derivada do complexo anal e, talvez, do complexo de castração (Idem: 1997, 377-378).

Analizou ainda que o erotismo anal teria causado nas crianças dessa classe a concepção do instinto sexual como a dupla polaridade – atividade e passividade, sem distinção dos sexos. Essa ambivalência favoreceria, de um lado, o sentimento passivo de inferioridade que o paranóide recalcaria e que, por outro lado, buscaria transgredir com a exteriorização de uma atividade fictícia.

Como ocorreria toda vez que o indivíduo resiste a uma fase de sexualidade, dar-se-ia como consequência, a regressão à fase anterior, que, no caso, era o narcisismo; isso explicaria a egolatria e o egocentrismo desses indivíduos.

Contudo, como existiria no íntimo desses indivíduos aquele sentimento de inferioridade, e como a homossexualidade, ainda que latente, preponderaria, bastaria uma palavra mais severa para que se lhes desfizesse o aparelho de agressão; Esse complexo levaria os “reclamantes” a reconhecerem seus contendores como parceiros ativos (Idem: 1927, 379).

Sobre a categoria dos mentirosos o autor argumenta que esses teriam o impulso de negar qualquer classificação atribuída a eles. O papel dos psicanalistas diante do emprego da negação dos mentirosos era identificar o recalque causador desse comportamento. A mentira seria a descarga emocional diante das pressões sofridas.

No caso das crianças tímidas a mentira seria atribuível a emoção proporcionada a algum fato que toque, alguma trama íntima ou mesmo por necessidade de infringir punições a si próprias.

A subcategoria dos mentirosos seria a dos fantasiosos onde a mentira seria recurso comum. O autismo infantil, maior do que o adulto levaria as crianças a uma série de invenções fantasiosas que diante da sublimação de suas libidos tenderiam a mentir

fantasiosamente sobre seus objetos amados diante da possibilidade de censura (Idem: 1997, 378).

A categoria dos medrosos foi definida pelo autor a partir das distinções feitas por Freud. Segundo o psicanalista a “Angustia pode ser definida como um estado de espera do perigo, de preparo para o perigo conhecido ou desconhecido; o medo exige a presença de determinado objeto que o determine; o pavor é o estado provocado por um perigo atual, para cujo advento não se estava preparado; caracteriza-o, especialmente, a surpresa”.

O medo infantil teria sua origem na ausência da pessoa amada, levando estas “a aproximarem-se de estranhos com medo, temendo até mesmo a obscuridade por não poderem ver a pessoa amada”. O medo referido residiria em fatos desagradáveis ocorridos com o contato com um animal ou a simples advertência enfática de um adulto sobre o perigo do contato com os animais. Ainda poderia ser relacionada à assimilação que as crianças podem fazer de certos animais com os pais (em relação ao complexo de Édipo) – eis o que, na maior parte dos casos, pode causar essa fobia (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org.: 1997, 380).

O autor finaliza a tese apontando que seu objetivo era analisar o relacionamento entre alunos e mestres de acordo com as noções da psicanálise oferecidas pelos estudos de Freud e demais estudiosos dessa área. As bases de estudos de quatro anos sobre a psicanálise foi o argumento do autor para lhe conferir autoridade sobre o assunto.

Nas conclusões do texto os seguintes apontamentos foram destacados:

“1ª – É necessário interessar o professor no estudo da psicanálise. Lidar com espíritos infantis, sem lhes conhecer o mecanismo, é perigoso o improfícuo. A psicologia clássica não basta para esclarecer o mestre.” (Idem: 1997, 381)

A nosso ver nesta reflexão encontra-se a proposta de intervenção do autor. A educação só se concluiria a partir da soma dos saberes da moderna psicanálise com os saberes da pedagogia. Esta inferência também pode ser associada às propostas do escolanovismo que pressupunha a adoção de novas ciências aos projetos educacionais nacionais de modo a dar conta das demandas sociais e individuais do ensino. A reforma passaria pelos métodos e condutas de profissionais do ensino e educandos.

“2ª – dada a profunda influência da sexualidade na formação e operação da psique infantil, não é justo que a educação se furte ao lado sexual da vida e repila simplesmente como imorais as

manifestações e os conhecimentos sexuais. Urge fazer a educação sexual.”

“3ª – A sexualidade já se vem formando antes do período escolar. É necessário que os pais conheçam a teoria freudiana, de maneira que possam evitar aos pequeninos, tanto possível, esses conflitos emotivos que vão constituir os complexos, fontes dos desvios de caráter e origem das neuroses. É necessário vulgarizar a psicanálise.”

“4ª – Do que está expondo acima, se verifica que a diversidade de caracteres merece educação diversa. Resumindo os caracteres, segundo o conceito tópico da localização da libido – narcísica, oral, analerótica, genital –, que se tenha em vista o método psicanalítico na educação desses quatro tipos, manejado-os diversamente.” (Idem: 1927, 381).

Sobre estas conclusões analisamos o reforço do autor à necessidade de uma educação sexual moralizadora, desmistificada e acima de tudo que pudesse estabelecer uma metodologia pedagógica que primasse pela orientação singular de cada um dos casos. A tese de Porto Carrero, como já estabelecemos, propôs uma pedagogia diferenciada daquelas apresentadas pelos demais autores, endossando nosso argumento de que a educação sexual nacional não foi pensada apenas em moldes que buscavam gerar padrões comportamentais inflexíveis e desejados para uma nação sadia e moralizada.

A educação sexual foi tida como fundamental pelo autor posto que, de acordo com os preceitos da psicanálise freudiana, a mente infantil, desde tenra idade, já possuiria impulsos sexuais a serem direcionados. A educação bem orientada dos aspectos conscientes e inconscientes proporcionaria a salubridade das mentes infantil e adultas, evitando os recalques degeneradores.

A terceira e a quarta conclusões aludem a outro aspecto já trabalhado em nossa análise inerente ao ideal de ciência edificadora e progressiva. A ciência psicanalítica foi descrita pelo autor como conhecimento fundamental a ser entendido mesmo em esfera doméstica.

Tese n° 65 - *A psicanálise na Educação*, Deodato de Moraes

A temática da psicanálise associada à educação possuiu outras considerações nas palavras de Deodato de Moraes. Na tese n° 65 denominada *A psicanálise na Educação*

trouxe as considerações de Moraes sobre como a psicanálise moderna, com as inovações de Sigmund Freud, poderia colaborar para a educação sexual infantil.

O autor iniciou sua abordagem enaltecendo como a psicologia clássica demonstrou a importância da consciência para a compreensão humana. Ao citar autores como Descartes, Leibniz, Lewes, Maudsley e William Hamilton, buscou demonstrar como a psicologia clássica perdia seu prestígio entre os intelectuais. Ao apontar os trabalhos de Freud, demonstrou que os estudos sobre a consciência ultrapassavam os limites até então estabelecidos, assegurando que os novos aportes analisavam já a existência de desdobramentos da mesma (o inconsciente, o pré-consciente e o consciente) (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org.: 1997, 382).

Em concordância com Porto Carrero destacou que os três estados de desdobramento mental se relacionavam com a ação humana, sonhos, erros, etc., e estabeleceu que a consciência de acordo com a psicanálise freudiana analisava que essa característica era muito maior do que apenas uma qualidade das mentes; mas sim um fator a influir em uma enorme variedade de complexos mentais alternando um a outro. Moraes lançou mão de outro argumento freudiano para explicar que a maioria dos complexos mentais ocorriam em meio ao inconsciente primitivo, sendo de natureza sexual, possuindo grande influência sobre o cotidiano das pessoas (Idem: 1997, 383).

Associado a esse raciocínio apontou que a psicanálise ao deslocar as atenções dos estados conscientes para os inconscientes da mente, abria portas para a análise do comportamento infantil mediante várias indagações de um valor imenso do ponto de vista educativo.

Diferente das abordagens até então estabelecidas em nossa análise, a de Porto Carrero e a de Moraes são as únicas que aludem à educação sexual associada a todas as manifestações sociais das crianças. Destacamos esse aspecto, pois as duas teses trouxeram o tema de acordo com os apontamentos da psicanálise freudiana, que destacou as influências dos instintos sexuais inconscientes da mente humana tendo esses, grande participação nos aspectos formadores do comportamento individual e social.

De acordo com Moraes a questão sexual, se prendendo a todos os atos infantis, poderia constituir o espelho onde se refletiria o inconsciente, determinando um caminho claro e firme a ser seguido, pelos pais e mestres, na adaptação infantil às exigências do ambiente. As várias tendências manifestadas nos diversos casos, facilitariam o trabalho de orientar as crianças de acordo com os princípios da realidade, evitando choques e

contra-choques tão comuns na educação de seu tempo e de consequências quase sempre funestas para o futuro.

A presença de alusões ao futuro vindouro se instaurou como mais um dos pontos consensuais entre a abordagem de Moraes e a das teses dos demais conferencistas. Para os pensadores dos projetos de nação brasileira era preciso preparar suas crianças para o ideal de futuro propagando a moral e salubridade na constituição das novas gerações.

Como descreveu,

longe de serem reprimidas, recalçadas, substituídas, as tendências inconscientes infantis, deveriam ser orientadas, dirigidas e canalizadas.

Longe de proibirem-se e desviarem-se das crianças as atividades sexuais infantis na esperança ilusória de tornar sua vida assexuada, longe de se continuar a mentir conscientemente sobre este assunto, criando no incipiente espírito a dúvida, o desejo, a neurose, cumpre ser honesto e leal e evitar toda excitação (Idem: 1997, 384).

Salientou a necessidade de expor a verdade às crianças independente de suas idades, de modo a superar os preconceitos da época. Como aludiu, o preconceito direto e indireto que se causava às crianças devido às mentiras relativas à vida sexual, sob pretexto de que era melhor adiar conhecimentos, deveria ser considerado pelo autor como um grande causador de neuroses futuras. Em concordância com Renato Kehl no que se refere ao início da educação sexual, Moraes estabeleceu que o momento mais adequado para a instrução sexual às crianças seria aquele do despertar da curiosidade. Dado esse momento, os adultos deveriam ensinar as crianças com toda a simplicidade que a temática exigiria. Além desse aspecto, observamos que um dos pontos de consenso entre aqueles que professaram a educação sexual na I CNE era a necessidade de expor a verdade para as crianças de modo a evitar problemas de ordem psicossomáticos futuros.

Destacou o autor que quando uma criança, entre a faixa dos quatro a cinco anos, não faz referências espontâneas às questões sexuais, deve-se desconfiar, porque seria possível ter ele já logrado compreender, na atitude dos pais, que é este um domínio de aproximação interdita; agora, mais imperiosa se tornaria a revelação, que exigiria grande prudência e fino tato (idem: 1997, 384).

A respeito da iniciação sexual na escola o autor apontou com bases nas razões expostas anteriormente, se tratar de algo delicado, a menos que se referisse ao ensino nas aulas de anatomia ou de fisiologia. Das recomendações que Moraes fez em sua tese,

destacamos aquelas relacionadas a quem deveria efetuar a educação sexual. Para o autor, os professores deveriam fazer orientações individuais acerca da temática sexual, uma vez que, a seu ver, poderia ser desastrosa uma abordagem simultânea para toda a classe. Mesmo na iniciação individualizada, Moraes descreve ser mais adequado transferir a responsabilidade ao médico da família, posto que nem todo professor teria a sutileza para abordagens tão delicadas (idem: 1997, 384).

Estes apontamentos do autor destacam sua abordagem das demais conferencistas que abordaram à educação sexual. Além de propor uma instrução individualizada para cada aluno, fator de convergência com a proposta de Porto Carrero, Moraes hierarquizou a função educativa pressupondo os médicos como mais adequados para a educação sexual.

De acordo com as concepções freudianas que tratam os sonhos como expressões do desejo, Moura apontou que os sonhos das crianças revelariam bem o duplo caráter de expressão de desejos e garantia de sono. Os sonhos nessa concepção expressariam os desejos infantis e seriam uma possibilidade de abordagem metodológica de ensino não empírica para os professores. Os professores poderiam fazer abordagens sobre os sonhos em suas aulas ajudando na orientação das vocações, desejos, inclinações, caráter tanto sob o ponto de vista físico como intelectual e moral.

A simbologia seria outra das vertentes da psicanálise de interesse para a educação. Lendas, mitos, fábulas seriam capazes de despertar os instintos sexuais nas crianças e, portanto seria algo condenável pela psicanálise. Tais narrativas seriam capazes de despertar os desejos do inconsciente infantil que até então estariam adormecidos pelo próprio princípio instintivo da realidade (Idem: 1997, 385).

Ao citar J. Porto Carrero, Moura destacou que ao sustentar as fabulas e outras narrativas fantasiosas, os adultos alimentariam a crença “no milagroso” na mente das crianças que seriam transpostos para a vida adulta. A melhor forma de lidar com as impulsões inconscientes seria a sublimação, que o autor define como processo pela qual a energia mental era desviada de certos interesses primitivos. Tais interesses sociais e indesejáveis de impulsões sexuais interditas seriam canalizados para interesses não sexuais e socialmente aceitáveis e satisfatórios.

A sublimação, embora seja descrita por Moura enquanto processo inconsciente, não deixaria de se efetuar sob a influência do ambiente, isto é, sofrer, em partes a ação estimulante da educação (Idem: 1997, 385).

O cruzamento entre a psicanálise e a educação na argumentação de Porto Carreiro e Moura permite-nos analisar como a ciência de trato individual buscou intervenções sobre a educação. A abordagem dos psicanalistas sobre a sexualidade foi condicionada pela relação natureza e cultura, muitas vezes não distinguida nos discursos médicos brasileiros, característica do modelo preventivo biologicista. De acordo com Marilici Trentini Oliveira:

O estudo da sexualidade associa-se à história das sociedades humanas, em suas variedades, sendo evidente a relação que se estabelece entre o social e o psicológico. A análise das transformações no comportamento sexual a partir de fatores socioculturais nos mostram que questões políticas, econômicas e sociais diante da sexualidade variam de cultura para cultura e em momentos históricos diferentes. Não se pode negar a grande importância atribuída ao sexo, ao longo da história. Ora o sexo é valorizado por representar força, riqueza, fecundidade, ora é condenado quando deixa de cumprir sua função reprodutora ou quando não contribui para o aperfeiçoamento da raça.

O sexo e a reprodução fazem parte da vida e da perpetuação da espécie. Entretanto, segundo Correia, “alguns fenômenos afetos à sexualidade, como comportamentos e práticas são restritos a determinadas sociedades. Sendo assim são de ordem cultural (SANTOS: 2004, 2).

Os apontamentos de Santos nos auxiliam a entender a argumentação dos psicanalistas da conferência. Moura destacou que os instintos eram uma força primitiva da vida a ser desenvolvida de modo a atender as demandas sociais, posto que tais instintos humanos poderiam ser trabalhados para o bem ou para o mal. A sublimação teria um papel extraordinário na educação sendo um processo mais característico da mente infantil do que da adulta. De acordo com o autor, à educação caberia a função de orientar os instintos, canalizando melhor os desejos e os interesses fundamentais (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org.: 1997, 386).

As escolhas de profissões e outros aspectos da fase adulta residiriam em interesses mais estreitos da vida infantil. Moura expôs que o gosto com que à criança estudava determinada disciplina escolar estaria diretamente relacionado com a forma como esses conhecimentos lhes eram apresentados pela primeira vez, e da força de associação destes conhecimentos aos interesses já existentes no espírito infantil. A dificuldade no aprendizado dependeria dos mesmos fatores e da sublimação que as tendências ao desenvolvimento de uma área do saber sofreria diante do enaltecimento de outra.

Moura criticou o modelo de educação uniforme que tendia a ignorar a diversidade infantil. Para o autor o ensino coletivo tenderia a uniformizar as condutas morais e sociais e, no entanto, ofereceria graves consequências individuais.

Diante da possibilidade de danos a psique individual nos processos educacionais, uma das preocupações do projeto racial nacional, o autor expôs que a reeducação poderia ser viabilizada pela psicanálise, da mesma forma como loucos, pervertidos, delinquentes ou outros casos de taras morais ou sociais também podiam ser tratados (Idem 1997, 387).

Três fatores dependeriam de uma boa ou má sublimação para a reeducação: a força das tendências inconscientes originais, a intensidade das forças repressivas, e as circunstâncias exteriores. O primeiro fator estaria atrelado à necessidade de evitar a excitação em geral e as excitações específicas particularmente. O segundo referia-se ao excesso de cobrança e repressão com fins de atingir a objetividade da vida adulta. A liberdade e o processo educativo paciente seriam os necessários para que as crianças crescessem sublimando seus instintos sem danos para a vida adulta. O terceiro fator seria o de menor importância para o autor que destacou que por serem fatores exteriores possuíam uma maior dificuldade de ocorrência (Idem, 1997, 387).

Na conclusão o autor afirmou a dificuldade que a psicanálise e a educação possuíam para atingir seus fins, dada a variedade de casos onde a sublimação aos instintos não se efetua de modo a atender a moral e a sociedade. Os problemas viriam em sua maior parte do interior das mentes e não do exterior. A sublimação natural às tendências instintivas seria preferível, assegurando-se as condições favoráveis a seu desenvolvimento, do que provocá-la por intervenção ativa.

As condições de sublimação a nosso ver assemelham-se aos parâmetros daquilo que Angelis na tese nº78 afirmou: A ação dos excitantes recairia sobre o estado de higiene das pessoas, influenciando sobre o *self-control* e o *self government* de cada um (Idem: 1997, 439). Esses posicionamentos apareciam na argumentação de outros intelectuais que destacavam a necessidade de uma educação que permitisse o controle particular do corpo e da mente.

No trabalho de José Gonçalves Gondra, chamado *Temperar a alma, retemperar os músculos: Corpo e História da Educação em Afrânio Peixoto* (2009), encontramos respaldo a nossas afirmações. Na análise intitulada “Corpo equilibrado, sujeitos normalizados”, analisamos uma referência sobre a reflexão de Afrânio Peixoto inerente a importância da educação do moral, físico e intelectual, que este chamou de educação

integral. A inspiração em modelos da educação Clássica (grega) é apreciada por Gondra da escrita de Afrânio. A presença do corpo na narrativa peixotiana se faz por meio do projeto de educação integral, no qual o sujeito se vê descrito com base no triângulo moral, físico, intelectual. A boa formação humana supõe observar os três lados, mas também o estabelecimento de um equilíbrio entre os mesmos. Portanto, não se trata de triangular estes três termos de qualquer forma. A figura deve ser equilátera, de modo a se assegurar a produção de “homens de bem”.

Como destaca Gondra, o modelo de homem que busca o equilíbrio vai sendo introduzido na narrativa de Peixoto desde seu início; uma referência inicial pode ser localizada quando aborda a educação grega, quando cita Platão, para quem a educação teria por fim “dar ao corpo e à alma toda a beleza e toda a perfeição de que são suscetíveis” (GONDRA, apud, Peixoto - 2009, p. 45).

Como destaca o mesmo autor:

A experiência grega funciona como condição para que o Peixoto dê visibilidade ao modelo de educação integral. Ao se referir à cultura ateniense, destaca a importância dos jogos, cantos, poesias, fábulas a ser praticado no ambiente doméstico até os sete anos.

Na escola, a partir desta idade, novas rotinas. Muda-se a vestimenta e se investe na ginástica, jogos, gramática, leitura, lógica e música; programa que se desenvolve de modo proporcional às idades e aos estratos educativos. Para Peixoto, a experiência ateniense se constitui em expressão da fórmula moderna da educação pela instrução que

se resume em três palavras, três idéias, três sistemas:

. Eucosmia – a graça das maneiras

. Sofrosine – o governo de si mesmo; o *self-control*

. Aretê – a perfeição do corpo e da alma

Com estes destaques, vai construindo o argumento em favor de uma intervenção sobre os comportamentos, corpos e almas com vista a proporcionar a internalização das regras, o auto-governo. (GONDRA, 2009, p. 7-8)

As análises de Angelis assim como a Porto Carrero e Moraes expuseram bem o modelo educacional que era pretendido por esses intelectuais na I CNE. O cidadão da nação brasileira seria aquele capaz de domar seus instintos mais primitivos na mente, no corpo e na alma, de modo a evitar os males de ordem neurótica ou degenerativa como herança ao futuro nacional. A importância de os professores relevarem a necessidade de se entender os fatores inconscientes para o processo educativo, por meio dos saberes psicanalíticos, seria a chave para conexão entre educação e o bem estar físico, mental e moral.

Tese nº 82 - *Educação e Higiene Mental*, Álvaro Guimarães Filho

Dando continuidade a nossa abordagem, analisamos a tese de Álvaro Guimarães para aprofundar nossa compreensão sobre a higiene mental como aspecto da eugenia nacional. A tese nº 82, de nome *Educação e Higiene Mental* apresentada pelo representante da Liga Paulista de Higiene Mental (LPHM), trouxe a campanha da entidade para a elaboração de um plano educacional que contemplasse os cuidados com a higiene mental associada aos cuidados com a moral e o físico.

O modelo estabelecido por Guimarães exemplifica a proposta que se contrapõem aquele elaborado por Júlio Pires Porto-Carrero e Deodato de Moraes apresentados anteriormente. Enquanto Guimarães propôs um modelo educacional sistematizante, levando em consideração apenas duas possibilidades de variações de educação, Porto-Carrero e Moraes discutiram a existência de diversas variáveis e expuseram a necessidade de uma educação sexual que se adequasse as necessidades de cada caso e se baseasse no cuidado com as individualidades.

Creemos que o cerne dessa divergência encontrou-se na previsão dos problemas que os dois modelos estabeleceram. Porto Carrero e Deodato expuseram que a supressão dos instintos, seja pela punição ou mesmo pela correção por meios de modelos padrões de educação poderiam gerar neuroses que, em certa medida, poderiam ser irreversíveis. Guimarães apontou que a única diferenciação a ser levada em consideração era aquela que distinguia os tipos normais e os tipos retardados, estes últimos a serem tratados por modelos especiais de educação. Entraremos em maiores detalhes ao longo desta discussão.

Álvaro Guimarães iniciou sua abordagem destacando a importância que a conferência possuiu para a questão da educacional nacional em 1927; expôs que a LPHM não poderia deixar de participar do evento, levando à discussão o destaque ao imprescindível papel do professor na Higiene Mental (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org.: 1997, 464).

No primeiro recorte da tese distinguiu os conhecimentos fundamentais aos professores que lecionavam sobre a higiene e a profilaxia mental. O primeiro aspecto era aquele que apontava que as moléstias do sistema nervoso ou mentais, em maioria não eram regeneráveis por se tratarem de tecidos perenes. Dado esse aspecto, o autor enunciou que a higiene mental era parte da ciência da higiene que estudava os meios de

salvaguardar e estabelecer a profilaxia da mente; e por fim buscava divulgar os frutos de seus trabalhos para o bem da saúde mental da sociedade (Idem: 1997, 464).

Para uma ação eficaz em favor da higiene mental se fazia necessário atrelar os conhecimentos da psicanálise e da psiquiatria para as intervenções em âmbito social. De acordo com Reis, embora houvessem discussões entre as utilidades da psicanálise e da psiquiatria os usos dos conhecimentos da primeira ciência foram atrelados a pressupostos de biologismo organicista hereditários, que eram aqueles que pressupunham que características adquiridas poderiam ser transmitidas hereditariamente. Dado o contexto da década de 1920 e 1930, Reis apontou que as preocupações da época serviram de influência aos psiquiatras que

Nesse sentido, reconhecer a possibilidade de certas patologias mentais serem decorrentes de influências do ambiente social, produtos de “meios viciosos” propensos a eclosão de distúrbios mentais, “que podem gerar paixões”, crimes, idéias extremistas, reivindicadoras ou revolucionárias”, ou seja, tudo aquilo que o contexto político/social dos anos 20 trazia definitivamente à cena nacional, é absolutamente coerente com os vãos expansionistas da psiquiatria (REIS: 2004, 234).

A lógica estabelecida por Reis é aquela que trabalhamos a respeito das influências das teorias biológicas sobre os projetos eugênicos nacionais. As características do pensamento neolamarckista foram apresentadas na argumentação de Guimarães mesmo sem alusões diretas.

A partir da tese de Guimarães, o professor por ser o primeiro a ter contato com as crianças fora do âmbito doméstico deveria começar pelo estudo cuidadoso das causas de moléstias mentais (Idem: 1997, 464).

A abordagem de Guimarães afigurou-se como proposta de intervenção medicalização sobre os espaços e saberes escolares, pressupondo a necessidade de um conhecimento médico para um melhor proceder dos professores em seu ambiente profissional. A ação de profissionais do ensino que conhecessem as moléstias mentais e procedimentos a serem tomados para evitá-las era defendida na tese de Guimarães. Ainda nessa chave pensava-se em ações dos docentes que possibilitassem a construção de ambientes de salubridade que não fossem propensos a degenerações morais/mentais como imprescindíveis ao projeto nacional.

Dados estes aspectos, concordamos com Reis que destacou que para os psiquiatras da LBHM assim como os membros das outras ligas que promoviam as ciências

psiquiátricas, era necessário, estabelecido o reconhecimento do campo de estados intermediários da loucura, esquadrihar as diversas escalas de insanidade, onde todos, de certa forma, se encontravam sob suspeição. E neste sentido se fazia urgente localizar e vigiar os prováveis focos de incitação da desordem mental, atuando preventivamente sobre as condições sociais admitidas como adversas (Idem: 2004, 234) pelos psiquiatras. As escolas se tornariam lócus das práticas psiquiátricas na atuação dos professores.

A visão de Angelis na tese nº 78, já analisada nesse capítulo, e a de Guimarães referente aos males a serem combatidos, são consensuais a respeito da gravidade da sífilis como uma das maiores causadoras dos males mentais, por seus vários sintomas sobre a mente e sistema nervoso. Guimarães discutiu as possibilidades de cura e mesmo o grau de gravidade do estado que a sífilis poderia atingir. Outra concordância entre esses conferencistas quanto às enfermidades apontadas como causadoras de males mentais era a tuberculose, que além de manifestar no sistema respiratório também teria seus efeitos sobre o sistema nervoso (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org.: 1997, 465).

As doenças citadas não seriam as únicas causadoras dos males mentais, sendo apontados o alcoolismo, as infecções e auto-intoxicações, a hereditariedade, casamentos consanguíneos, além de outros eram apontados como fatores causadores de degenerações mentais. Por se tratarem de males quase sempre irreversíveis, a argumentação de Guimarães expôs que a única solução seria a profilaxia, portanto, a ação preventiva (Idem: 1997, 465).

O papel do professor neste sentido era exposto como fundamental, pois esse poderia ensinar a profilaxia a todos os jovens em suas aulas assim como utilizar esses conhecimentos para sua própria saúde. A pedagogia em desenvolvimento deveria se ater aos preceitos da higiene mental desde o início do desenvolvimento mental das crianças.

Aqueles tipos de alunos que apontariam maior dificuldade de aprendizagem ou acato as instruções dos professores poderiam ser assinalados como possíveis herdeiros de patologias mentais oriundas de ancestrais alcoólatras ou sífilíticos. Devido às muitas possibilidades de problemas mentais, o diagnóstico pelos professores poderia ser considerado difícil, cabendo aos psiquiatras os exames (Idem: 1997, 466).

Marcela Aguiar analisa que nesse contexto de final da década de 1920, as escolas foram, sem dúvida, um território privilegiado para o exercício das propostas da higiene mental. Através destas, os psiquiatras não só poderiam atuar preventivamente, por se

tratar de crianças, ou seja, indivíduos ainda em formação, como por permitir uma seleção daqueles menos aptos e dos mais aptos a fim de dar a cada criança um ensino de acordo com sua “capacidade” (AGUIAR: 2009, 56).

A análise de Aguiar e as teses apresentadas no campo da psicanálise e da psiquiatria nos mostram relevantes aspectos a serem discutidos. Acreditamos que os psicanalistas viam nos recalques e sublimações mal direcionadas o cerne da degeneração das mentes e da moral dos indivíduos. O grau de profundidade de tais problemas determinaria a possibilidade ou não de reversão do quadro de enfermidade. A postura dos adeptos da psiquiatria era aquela que depositava nos males hereditários da sífilis, tuberculose e do alcoolismo – supostamente hereditário – os focos da degeneração. As intervenções medicalizantes no espaço escolar além de denunciar os males das mentes degeneradas e as maneiras de proceder diante de tais problemas, também demarcaram importantes espaços de disputas de posição entre psicanalistas e psiquiatras baseados em seus saberes. As intervenções nos espaços escolares também permitiram as buscas dos diversos campos científicos por consolidação de suas autoridades socioprofissionais.

Retomando a tese de Guimarães, observamos que o médico destacou que independente da forma como professores e psiquiatras classificassem os anômalos, esses sob a perspectiva da pedagogia dividir-se-iam em dois grupos: os que eram suscetíveis a receber instrução e os grandes anormais (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org.: 1997, 467).

Os primeiros seriam os retardados cujo desvio mental seria contornável pela educação porém que não poderiam receber a orientação educacional tida como “normal”. Estes, baseado em classificação do sistema educacional dos EUA, estariam na chamada *special division* de aprendizado. Aqueles tidos como anômalos nem mesmo nesta divisão poderiam ser inseridos por saírem inteiramente da norma habitual; devendo receber instrução de professores especializados. O espaço para o ensino dos anômalos seriam escolas hospitalares, onde professores, psicólogos e psiquiatras se reuniriam para dar atenção particular a cada um destes casos (Idem: 1997, 467).

Partindo de citação do diretor da LBHM, o doutor Antônio Carlos Pacheco da Silva, Guimarães destacou o modelo educacional especializado dos EUA para assistir os dois modelos propostos pela pedagogia de doentes mentais. Nesta fala houve destaque a importância desse tipo de assistência que poderia resguardar os doentes e educá-los de modo a servir a produção nacional, visto que, este segmento social doente seria um entrave ao desenvolvimento social e econômico do país. O primeiro passo nessa direção

seria um censo nacional para conhecer o número de doentes mentais do país de modo a conhecer a demanda necessária para educá-los (Idem: 1997, 467).

Ainda nesta citação houve a menção de que o único tipo de assistência proposta pelo Estado aos anômalos eram os manicômios e hospícios, não havendo nenhum apoio médico pedagógico suficiente para contornar a situação de outras maneiras educacionais.

Mais uma vez a argumentação de José Roberto Franco Reis nos auxilia na compreensão das concepções de educação higiênica brasileira. Reis descreve que a LBHM possuiu uma relação estreita com os cuidados vinculados à saúde mental infantil. As estratégias de intervenção nos programas da sessão infantil da LBHM estavam ligados as escolas. Buscavam aplicar testes psicológicos nas escolas ou mesmo intervinham sobre a formação dos professores primários; sempre visando atuar sobre a saúde mental, criando bons hábitos, de maneira preventiva nas escolas públicas (REIS: 2004, 235).

Sobre o papel do professor no desempenho do ensino da higiene mental, o autor apontou que o principal fim desta educação era ensinar como se propagavam as origens e como combater ou evitar as moléstias (COSTA, SHENA e SCHMIDT – Org.: 1997, 468).

O autor estabeleceu que o papel do professor na higiene era de relevância máxima pois seu contato com as crianças e famílias permitiria a propaganda dos meios de evitar os males. A educação foi retratada como principal ferramenta de profilaxia.

Sobre o alcoolismo Guimarães destacou as leis proibitivas dos EUA que não funcionaram para o fim desse problema. Apontou que no Brasil para a solução dos inconvenientes causados pela bebida era necessário instruir a população. O papel do professor seria mais uma vez importante, à medida que, este poderia propagar os ensinamentos da higiene.

As reflexões de Guimarães em sua tese apresentaram uma lógica eugênica que analisamos como associada ao eugenismo preventivo. Como destacado anteriormente, as perspectivas que contemplavam aspectos sociais como a cultura, a educação enquanto ferramentas da eugenia partiam do pressuposto de um meio social transformador das características dos indivíduos.

A conclusão da tese reafirmou a importância dos professores no ensino da higiene escolar e de seu movimento propagandístico assim como a necessidade da intervenção estatal para a criação de escolas para os tipos tidos como “anormais”.

Conclusão

O tema da educação sexual no Brasil tem sido problematizado por diversos autores observando aspectos ligados a formação da cadeira científica da sexologia e a trajetória dos atores históricos envolvidos nesse empreendimento. Enquanto manifestação da cultura nacional analisamos a educação sexual brasileira como um movimento que coadunou um conjunto de saberes científicos e pedagógicos que mobilizaram as opiniões de intelectuais, políticos, religiosos, entre outros associados para interpretar a realidade nacional e propor soluções para o projeto de nação brasileira.

As três primeiras décadas do século XX apresentaram uma grande riqueza de debates sobre a formação da nação e principalmente a regeneração da população brasileira, diante daquilo que era entendido como a questão nacional. Médicos, advogados, professores, sacerdotes e outros grupos sócio-profissionais participaram de conferências diversas estabelecendo debates que demonstravam a pluralidade de opiniões, entre outros aspectos, que inferiam em debates com variadas posições e diversos saberes que poderiam colaborar para o futuro nacional.

Pensar na problemática da formação do Brasil enquanto uma nação moderna é uma tarefa indissociável da formação das ciências no país. No contexto em questão as ciências biológicas foram amplamente discutidas pelos intelectuais brasileiros que partilhavam muitas opiniões relativas aos debates internacionais. As teorias evolutivas, que no Brasil obtiveram grande aceitação, eram entendidas como ferramentas fundamentais para a manutenção da raça brasileira. No entanto, tais discussões revelavam aspectos que somente podem ser compreendidos mediante a conjuntura social, política e econômica do país.

A ciência eugênica, o higienismo, o sanitarismo, a psiquiatria, a psicanálise e diversos outros saberes apresentavam soluções aos problemas do Brasil. No entanto estas discussões proporcionavam aspectos que dividiam a opinião dos atores históricos envolvidos no debate. As dissensões muitas vezes eram estabelecidas devido a como as teorias científicas que aqui chegaram foram reinterpretadas de acordo com os interesses dos grupos que as discutiam, chocando a opinião tanto de grupos nacionais quanto estrangeiros. As discussões estabelecidas principalmente em torno da educação sexual tiveram suas principais divergências ligadas a quem seria dada a tarefa de educar e quais as bases formativas fundamentais para a elaboração dessa educação.

Almejava-se a formação de uma população salubre em seus aspectos físicos e mentais que pudesse produzir, com o trabalho, uma nação moderna. Tal salubridade compreendia não somente as condições biológicas dos corpos, mas a moralidade dos costumes. O temor da degeneração racial, em seus aspectos físicos e mentais, que atravessou o século XIX, chegou ao século XX ainda apresentando grande número de adeptos. Havendo ou não a crença na hereditariedade dos problemas da população, se fazia necessário, segundo os intelectuais, a reeducação da população tanto na esfera pública quanto na privada.

A imagem de nação doente, viciada, pervertida, promiscua e ociosa herdada dos debates dos séculos XVIII e XIX precisava ser mudada. A educação e a medicina possuíram papéis-chaves nos processos de reeducação e remodelagem da população. Neste contexto é que as discussões sobre a educação sexual brasileira ganhavam destaque. Planejar uma educação sexual significava ditar normas de conduta sociais e biológicas. O matrimônio, a vida conjugal, a gravidez, os papéis sociais de homens, mulheres e crianças faziam parte do empreendimento da educação sexual.

Elaborar modelos de educação sexual significava proteger e prevenir o futuro nacional de males anti-higiênicos e para alguns evitar problemas hereditários e ainda sim moralizar os hábitos da população de modo a construir uma imagem ideal de progresso. A educação sexual durante o contexto que nos debruçamos fez parte do modelo eugênico sanitarista nacional. Este modelo foi marcado por influências das teorias eugênicas e de outras teorias como da psicanálise e psiquiatria que pressupunham problemas como a hereditariedade de caracteres adquiridos, vícios, neuroses, entre outros considerados como perigos nacionais. A crença nestas teorias fez com que o debate sobre a relação entre natureza e cultura adquirisse novos contornos em fins da década de 1930. Como a historiografia sobre o tema apontou, no Brasil desta periodicidade poucos possuíam domínio sobre as discussões da genética moderna e da hereditariedade, havendo ainda forte ressonância de concepções deterministas tanto biológicas quanto climáticas.

Em meio aos diálogos de médicos e cientistas estas concepções ganhavam notoriedade e dividiam opiniões principalmente configurando estratégias e maneiras de aplicação de tais saberes. As escolas passaram a ser entendidas pelos profissionais da saúde e das ciências como lócus de intervenção normatizante e reeducação de hábitos, sendo muitas vezes entendido como portas para os espaços domésticos. Com o movimento da Escola Nova, tornou-se ainda maior a intervenção das ciências sociais e

biomédicas nos processos educacionais nacionais, relacionando à pedagogia, a psicologia, a sociologia, a sexologia entre outros conhecimentos. Com o escolanovismo, a educação sexual adquiriu espaço nas escolas inaugurando novos horizontes da educação higiênica.

A educação sexual, que relacionou os saberes eugênicos, higienistas, psiquiátricos e psicanalíticos, tinha como preocupação fundamental a moralização das condutas. Esta moralização também dividia opiniões, pois era pensada mediante padrões que variavam de acordo com as teorias científicas a serem empregadas. As discussões destas teorias foram bases para pensar como estabelecer uma educação sexual que padronizasse um comportamento moral ideal ou um modelo pedagógico apoiado na conservação das individualidades. Questões como: “de que forma desenvolvê-la?” também trouxeram à tona as discussões sobre a moral científica e a moral religiosa, mesmo após a laicização do ensino, e ainda sobre os projetos tradicionalistas e liberais de educação.

Todas as posições que abordamos ao longo desta conclusão e em toda a dissertação estiveram presentes na I Conferência Nacional de Educação, promovida pela Associação Brasileira de Educação que entendemos como uma das principais entidades que discutiram o futuro nacional expresso nas novas diretrizes da educação. A tribuna livre da conferência nos proporcionou importante relato sobre como as ciências no Brasil foi discutida para a proposição de soluções aos problemas físicos, mentais e morais, sendo discutidas por médicos, professores, eugenistas, sanitaristas, pedagogos, tendo como objeto a educação enquanto uma das principais ferramentas para a regeneração nacional.

Referências bibliográficas:

ABRANTES, Antônio Carlos Souza de Ciência, educação e sociedade: o caso do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) e da Fundação Brasileira de Ensino de Ciências (FUNBEC). Rio de Janeiro: 2008.

ADIALA, Julio Cesar. Drogas, medicina e civilização na primeira república. Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.

AGUIAR, Marcela Peralva. Aprimorando a “raça brasileira”: uma análise dos discursos da psiquiatria no início do século XX no Brasil / Marcela Peralva Aguiar. – 2009.

ARAUJO, José Carlos Souza. Direitos humanos, educação e o escolanovismo de Fernando de Azevedo (1894 – 1974). São Paulo: site http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_050.html , 2006 acesso em: 03/01/2011

BARROS, Roque Spencer Maciel de. A Ilustração Brasileira e a Ideia de Universidade. São Paulo: Editora EDUSP, 1986.

BASSALO, L. M. B. . O Controle do Corpo: Os Discursos sobre a Educação Sexual em Belém nas Décadas de 30 e 40. In: I Congresso Brasileiro de História da Educação, 2000, Rio de Janeiro. I Congresso Brasileiro de História da Educação - Educação no Brasil: História e Historiografia, 2000. p. 133-134.

_____, A EDUCAÇÃO SEXUAL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX NO BRASIL. In: 33a Reunião Anual da Anped, 2010, Caxambu/MG. 33a Reunião Anual da Anped: Educação no Brasil: o balanço de um década. Rio de Janeiro : ANPED, 2010.

BENCHIMOL, Jaime Larry. Dos micróbios aos mosquitos: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz: Ed. UFRJ, 1999.

CARRARA, Sérgio Luis; RUSSO, Jane. Araujo: A psicanálise e a sexologia no Rio de Janeiro de entreguerras: entre a ciência e a auto-ajuda. História, Ciências, Saúde — Manguinhos, Rio de Janeiro, vol. 9(2):273-90, maio-ago. 2002.

CARRARA, Sérgio. Estratégias Anticoloniais: sífilis, raça e identidade nacional no Brasil do entre-guerras. In: HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (Orgs.). Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2004. p.427-453.

CASTRO, A. H. . Escola Nova e o movimento de renovação do ensino. O diário de Barretos e brasilecola.com, 17 mar. 2005.

CARVALHO, José Murilo. Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Cia das Letras, 2004 (1996).

CID, M. P. O aperfeiçoamento do homem por meio da seleção: Miranda Azevedo e a divulgação do darwinismo, no Brasil, na década de 1870. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz - Rio de Janeiro, 2004.

COELHO, Lúgia Martha Coimbra da Costa. Brasil. Era Vargas: 1930-1945 Produção do conhecimento no campo da história da educação – A produção do HISTEDBR: um estudo preliminar. São Paulo: disponível no site: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_056.html , 2006. acesso em: 15/12/2010.

COSTA, J. S. F. . Foucault e a terapêutica dos prazeres. Revista Agora, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 9-25, 1999.

CUNHA, M. V. . A Desqualificação da Família Para Educar. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), São Paulo, n. 102, p. 46-64, 1997.

DUARTE, R. H.: Em todos os lares, o conforto moral da ciência e da arte.: a Revista Nacional de Educação e a divulgação científica no Brasil (1932-34). História, Ciências, Saúde . Manguinhos, vol. 11(1):33-56, jan.-abr. 2004.

FERREIRA, Susana da Costa. I Conferência Nacional de Educação da Associação Brasileira de Educação (ABE, Curitiba, 1927): revendo significados da sua relação com a origem da Escola Nova no Brasil . Revista Educação em Questão, Natal, v. 26, n. 12, p. 69-92, maio/ago. 2006.

FREIRE, Maria Marta de Luna. Mulheres, mães e médicos. Discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GALTER, M. I. . A educação pública na Conferência Nacional de educação de 1927. 2002.

GONDRA, J. & ASCOLANI, Adrian. Pela classe, pelo livro: a fundação de uma História da educação para professores, no Brasil e na Argentina. In: VIDAL, Diana & SCOLANI, Adrian (orgs). Reformas educativas no Brasil e Argentina. São Paulo: Cortez, 2009.

GOULD, Steven Jay. A falsa medida do homem. São Paulo: Cia das Letras, 1991.

HORA, Dayse Martins. Medicalização, Escola Nova e Modernização da Nação: 1930-1945. São Paulo: disponível no site: http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_frames/artigo_034.html, 2006. acesso em: 23/10/2011.

LUZ, Madel Therezinha. Medicina e ordem política brasileira: políticas e instituições de saúde (1850-1930). Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982.

MALUF, Marina e MOTT, Maria Lúcia: Recônditos do Mundo Feminino. In: SEVCENKO, Nicolau (org). História da Vida Privada no Brasil. vl.3, São Paulo: Editora Schwarcz LTDA, 1998.

MARQUES, Vera Regina Beltrão. Eugenia da disciplina - o discurso médico-pedagógico nos anos 20. Dissertação de mestrado - Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, 1992.

MARTINS, Leonardo Tavares. A educação do corpo nas duas primeiras Conferências Nacionais de Educação da Associação Brasileira de Educação (1927 e 1928) SP: 2010.

MIGNOT, Ana Chrystina, XAVIER, Venâncio e Libânia Nacif . Páginas da história: notícias da II Conferência Nacional de Educação da ABE. Belo Horizonte, 4 a 11 de novembro de 1928/Arlette Pinto de Oliveira e Silva, Organizadora. – Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2004

MOTT, Maria Lúcia B. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil (1930-1945). *Cadernos Pagu* (UNICAMP), Campinas, v. 16, 2001, pp. 199-234.

NAGLE, Jorge. A educação na primeira república. In: FAUSTO, Boris (Org.). História geral da civilização brasileira: o Brasil republicano, sociedade e instituições (1889-1930). t. III. São Paulo: Difel, 1978. v.2. p.259-291.

NOFUENTES, Vanessa Carvalho, Um desafio do tamanho da nação: a campanha da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo (1915-1922) Dissertação (Mestrado em História)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

OLIVEIRA, M. T. de, Prescrições médicas sobre Higiene e Sexualidade e suas Relações com a Educação: 1920 – 1930. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Paraná, Paraná – 2004.

RAGO, E. J. . Higiene, Feminismo e Moral Sexual. *Gênero*, v. 6, p. 1-231, 2006.

REIS, José Roberto Franco, Higiene Mental e Eugenia: O projeto de “regeneração Nacional” Da Liga Brasileira de Higiene Mental (1920-1930). Universidade de Campinas, 1994.

ROHDEN, Fabíola. Honra no Brasil: da moral sexual à imagem da nação. *Hist. cienc. saude-Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.8, n.3, Dec. 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702001000400016&lng=en&nrm=iso>. Acessado em 07 May 2012.

SANTOS, Cristiane de Oliveira. A regulação política da sexualidade no âmbito da família por saberes e instituições médicas brasileiras (1838-1940). 2010. 221f. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva) – Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro 2010.

SAMPAIO, G. R. Nas trincheiras da cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial. São Paulo: Editora da Unicamp, 2001.

SILVA, P. L. Breve Histórico da Associação Brasileira de Educação. Publicado em 13/12/2009.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de A Política Biológica como Projeto: a “Eugenia Negativa” e a construção da nacionalidade na trajetória de Renato Kehl (1917-1932) / Vanderlei Sebastião de Souza. – Rio de Janeiro: 2006.

STEPAN, Nancy. _____. A Eugenia no Brasil – 1917 a 1940. In: HOCHMAN, Gilberto. & ARMUS, Diego (orgs). Cuidar, Controlar, Curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe. Rio: Editora Fiocruz, 2004, pp. 331-391.

VENTURA, Roberto. Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil 1870-1914. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

Fontes Primárias:

ALBUQUERQUE, A. V. C. C. de. A unidade da pátria pela cultura moral. IN, COSTA, M. J. F. F. (Org.). Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. p. 528 – 532.

ALBUQUERQUE, J. de. Moral Sexual. Rio de Janeiro: Calvino Filho. 1930.

_____. O perigo venéreo na paz, na guerra e no pós-guerra: utilidade da educação e profilaxia antivenéreas nas classes armadas e suas vantagens. Rio de Janeiro: Livraria Editora Freitas Bastos. 1941.

_____. Quatro letras, cinco lustros. Rio de Janeiro, 1958.

ANGELIS, N. M. de. Pela perfeição da raça brasileira. IN, COSTA, M. J. F. F. (Org.). Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. p. 437 – 446.

CARRERO, J. P. P. O caráter do escolar, segundo a psicanálise. IN, COSTA, M. J. F. F. (Org.). Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. p. 367 – 381.

CUNHA, R. de A. A unidade Nacional pela cultura moral: A educação religiosa como melhor meio de nacionalizar a infância. IN, COSTA, M. J. F. F. (Org.). Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. p. 407 – 409.

DECHANDT, L. V. Formação do caráter do povo brasileiro. IN, COSTA, M. J. F. F. (Org.). Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. p. 425 – 428.

FREIRE, M. L. da M. C. Sobre a necessidade de prestar atenção, na escola, à educação do caráter, assim como ao cultivo da personalidade da criança. IN, COSTA, M. J. F. F. (Org.). Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. p. 410 – 415.

GUIMARÃES, A. Educação e Higiene Mental. IN, COSTA, M. J. F. F. (Org.). Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. p. 464 – 470.

- KEHL, R. O problema da educação sexual: Importância eugênica, falsa compreensão e preconceitos - como, quando e por quem deve ser ela ministrada. IN, COSTA, M. J. F. F. (org.). Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. p. 433 – 437.
- LACOMBE, I. J. A unidade Nacional pela cultura moral: A educação religiosa como melhor meio de nacionalizar a infância. IN, COSTA, M. J. F. F. (Org.). Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. p. 265 – 267.
- LIMA, N. O celibato pedagógico feminino. IN, COSTA, M. J. F. F. (Org.). Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. p. 404 – 406.
- MACEDO, A. C. P. A moral na Escola Primária. IN, COSTA, M. J. F. F. (Org.). Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. p. 545 – 548.
- MACEDO, M. P. de. A unidade Nacional pela cultura moral: A educação religiosa como melhor meio de nacionalizar a infância. IN, COSTA, M. J. F. F. (Org.). Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. p. 317 – 322.
- MELLO, P. B. de A educação moral na escola primária. IN, COSTA, M. J. F. F. (Org.). Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. p. 542 – 545.
- MENDES, N. O ensino da Moral e do Civismo. IN, COSTA, M. J. F. F. (Org.). Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. p. 532 – 540.
- MORAES D. de A Psicanálise na Educação. IN, COSTA, M. J. F. F. (Org.). Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. p. 382 – 388.
- OSÓRIO, F. L. A unidade Nacional pela cultura moral: A educação religiosa como melhor meio de nacionalizar a infância. IN, COSTA, M. J. F. F. (Org.). Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. p. 250 – 265.
- PADILHA, C. Sobre a educação sexual. IN, COSTA, M. J. F. F. (Org.). Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. p. 428 – 433.
- PENNA, B. Por que se impõe a primazia da Educação Higiênica Escolar. IN, COSTA, M. J. F. F. (Org.). Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. p. 29-33.
- PIMENTA, J. A. de M. A educação moral dos escolares com base no sentimento. IN, COSTA, M. J. F. F. (Org.). Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. p. 419 – 425.
- PRADO, R. A Educação do Futuro. IN, COSTA, M. J. F. F. (Org.). Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. p. 103 – 107.
- RIBEIRO, E. B. A higiene nos internatos: Estudo das condições sanitárias dos internatos de São Paulo. IN, COSTA, M. J. F. F. (Org.). Conferência Nacional de Educação. Brasília: INEP, 1997. p. 478 – 519.